

cláusulas contratuais, no prazo máximo de 10 dias úteis após a emissão da autorização de despesa.

Artigo 21.º

Controlo

1 — A operação está sujeita a acções de controlo a partir da data da celebração de contrato de financiamento, nomeadamente para verificação do respeito do n.º 1 do artigo 72.º do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho, de 20 de Setembro.

2 — Para além do disposto no número anterior, a operação está sujeita a controlo até 24 meses após o pagamento final.

3 — As acções de controlo podem ser efectuadas sem aviso prévio, sendo o beneficiário notificado para se pronunciar no prazo de 10 dias úteis sobre o respectivo relatório da visita.

Artigo 22.º

Reduções e exclusões

Em caso de incumprimento ou qualquer irregularidade detectada, nomeadamente no âmbito dos controlos realizados, são aplicáveis ao beneficiário as reduções e exclusões previstas no Regulamento (CE) n.º 1975/2006, da Comissão, de 7 de Dezembro.

Artigo 23.º

Disposições transitórias

1 — As despesas efectuadas após 1 de Janeiro de 2007 são consideradas elegíveis quando sejam satisfeitas cumulativamente as seguintes condições:

- a) Os candidatos apresentem os pedidos de apoio ao primeiro concurso em que se enquadrem;
- b) As respectivas operações não estejam concluídas antes da data da aprovação do pedido de apoio.

2 — Às despesas referidas no n.º 1 não é aplicável o disposto na alínea i) do artigo 9.º

ANEXO I

Despesas elegíveis e não elegíveis

(a que se refere o artigo 8.º)

1 — Despesas elegíveis. — São elegíveis, atendendo ao respectivo valor de mercado, as despesas com a aquisição de equipamentos para melhoramento ambiental e da eficiência energética das explorações, outros equipamentos e máquinas, com exclusão de tractores e viaturas, pequenas construções e pequenas plantações plurianuais.

2 — Para todas as operações de investimento são ainda elegíveis as despesas com o IVA, nas seguintes situações, a demonstrar por certidão da repartição de finanças:

- a) Regime de isenção: o IVA é totalmente elegível, com excepção dos isentos ao abrigo do artigo 53.º do CIVA, cujo IVA não é considerado elegível;
- b) Regimes mistos:
 - i) Afectação real: o IVA é elegível no caso de a actividade em causa constituir a parte isenta da actividade do beneficiário;

ii) *Pro rata*: o IVA é elegível na percentagem em que não for dedutível.

3 — Despesas não elegíveis. — Não são elegíveis as seguintes despesas:

- a) Bens de equipamento em estado de uso ou de simples substituição;
- b) Captação de águas subterrâneas através de furos;
- c) Instalações e equipamentos financiados através de contratos de locação financeira ou de aluguer de longa duração;
- d) Juros das dívidas;
- e) Constituição de garantias;
- f) O IVA, nas seguintes situações:
 - i) Regime de isenção ao abrigo do artigo 53.º do CIVA;
 - ii) Regimes mistos:
 - a) Afectação real: o IVA não é elegível no caso de a actividade em causa constituir a parte não isenta da actividade do beneficiário;
 - b) *Pro rata*: o IVA não é elegível na percentagem em que for dedutível;

iii) Regime normal: o IVA não é elegível.

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 5/2009/A

Orientações de Médio Prazo 2009-2012

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º e do n.º 1 do artigo 232.º da Constituição e da alínea b) do artigo 34.º e do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

São aprovadas as Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

Artigo 2.º

É publicado em anexo ao presente diploma, dele fazendo parte integrante, o documento contendo as Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

Aprovado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 2 de Abril de 2009.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.

Assinado em Angra do Heroísmo em 24 de Abril de 2009.

Publique-se.

O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

INTRODUÇÃO

Com a aprovação do Programa do X Governo dos Açores, inicia-se um novo ciclo de planeamento e de programação para a legislatura presente.

Nos termos do Sistema Regional de Planeamento dos Açores (SIRPA), este ciclo integra as Orientações de Médio Prazo, documento que a seguir se apresenta, e os Planos Anuais que dão forma e substância às opções e objectivos de médio prazo, nos respectivos períodos anuais de vigência.

A preparação das Orientações de Médio Prazo 2009-2012 teve em consideração a rápida alteração e modificação da envolvente à realidade regional, pontuada e caracterizada por traços de depressão económica e de um certo ambiente de crise para, pelo menos, se fazer sentir durante a primeira parte desta legislatura.

Para além de conterem alguns elementos de antecipação aos efeitos do ambiente externo, oportunamente anunciados pelo Governo, as prioridades e a execução dos instrumentos de política pública, incluindo a despesa de investimento, referenciados neste documento e explanados no Plano Anual de 2009 e seguintes, serão acompanhados e monitorizados em ordem à sua progressiva adaptação à evolução das condicionantes externas, despistando-se os efeitos perniciosos de choques exteriores no processo de desenvolvimento da sociedade açoriana.

O presente documento integra uma análise prospectiva da realidade regional, a apresentação das prioridades e da política económica e social a prosseguir, detalhada por sectores e domínios de intervenção, uma definição dos meios financeiros afectos à execução dos Planos Anuais para o quadriénio, complementada pela apresentação dos principais co-financiamentos comunitários para o período, e ainda um exercício de avaliação do impacte e da coerência das propostas apresentadas.

1. O DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

1.1 UMA ENVOLVENTE EXTERNA POUCO FAVORÁVEL

Uma economia internacional em desaceleração

A evolução da economia mundial vem sendo caracterizada pela desaceleração acentuada da actividade a nível global e pela sua interacção com a crise financeira internacional.

Para a desaceleração da actividade económica contribuiu em grande parte o forte aumento no preço das matérias-primas nos mercados internacionais e o ajustamento em baixa de diversos mercados de habitação.

Evolução da Economia Mundial
Taxa de Variação, em percentagem

	2006	2007	2008	2009
PIB Economia mundial	5,1	5,0	3,7	2,2
Economias avançadas	3,0	2,6	1,4	-0,3
EUA	2,8	2,0	1,4	-0,7
Japão	2,4	2,1	0,5	-0,2
Área do euro	2,8	2,6	1,2	-0,5
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,9	8,0	6,6	5,1
Rússia	7,4	8,1	6,8	3,5
China	11,6	11,9	9,7	8,5
Índia	9,8	9,3	7,8	6,3
Médio Oriente	5,7	6,0	6,1	5,3
Brasil	3,8	5,4	5,2	3,0
Volume de comércio mundial de bens e serviços	9,4	7,2	4,6	2,1
Economias avançadas				
Importações	7,5	4,5	1,8	-0,1
Exportações	8,4	5,9	4,1	1,2
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	14,9	14,4	10,9	5,2
Exportações	11,2	9,6	5,6	5,3
Preços no consumidor				
Economias avançadas	2,4	2,2	3,6	1,4
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,4	6,4	9,2	7,1
Variação dos preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)				
Petróleo (<i>brent</i>)	20,5	10,7	40,2	-31,8
Matérias-primas não energéticas	23,2	14,1	9,4	-18,7

Fontes: Fundo Monetário Internacional e Banco de Portugal.

Estas condições foram depois agravadas pelo impacto negativo da crise financeira, afectando a confiança e expectativas dos agentes económicos. Assim, a actividade económica mundial está a evidenciar um abrandamento pronunciado e alargado, à medida que os vários efeitos económicos e financeiros se propagam geográfica e sectorialmente.

Efectivamente, o enfraquecimento da actividade nas economias avançadas e a deterioração das condições nos mercados financeiros estão a contribuir para uma desaceleração nas economias emergentes e em desenvolvimento, as quais vinham registando ritmos de crescimento superiores aos tendenciais e variações de preços reveladoras de pressões inflacionistas.

É certo que as importações das economias emergentes e em desenvolvimento continuam a registar intensidades de crescimento significativas, situando-se em níveis superiores aos da média global. Todavia, o abrandamento da procura nas economias avançadas, afectando as exportações das economias emergentes e em desenvolvimento, e consequentemente a dimensão do rendimento e da procura global, começou a repercutir-se em termos de quebra das suas importações, retroagindo sobre a desaceleração do comércio e produção mundiais.

Esta desaceleração em termos de actividades económicas produtivas repercute-se depois ao nível dos preços no consumidor. Todavia, observam-se diferenças de intensidade em função das estruturas económicas de produção e de consumo das diversas economias. É assim, quando se verifica que os índices de preço no consumidor permanecem mais contidos quando são mais independentes de determinadas componentes, como por exemplo da energética. É assim, também, quando se verifica

que nas economias emergentes e em desenvolvimento a variação de preços no consumidor, além de ser condicionada por factores gerais de crescimento da actividade económica e da percepção de expectativas quanto a tendências de evolução, incorpora uma componente na sua estrutura que decorre do maior peso da alimentação nos cabazes de consumo.

De qualquer forma a estabilização dos preços incentivada pela quebra da procura e num contexto de recessão nos países desenvolvidos faz despontar a hipótese de deflação. Porque os factores determinantes se encontram na quebra de procura e não em choques reais de oferta, as medidas para combater os riscos recessivos devem concentrar-se na produção de efeitos em termos de expansão daquela procura no curto prazo.

Sendo assim, compreende-se a maior escala de utilização da política orçamental, já que a eficácia da política monetária é sempre menor para responder a riscos recessivos do que aos riscos de inflação elevada.

A entrada da economia nacional num ciclo negativo

A evolução da economia portuguesa nos últimos anos tem sido marcada pela ocorrência de curtos períodos alternados de aceleração e desaceleração da actividade, seja por efeito das condições e mudanças de estrutura interna, seja por aspectos de envolvimento externa, designadamente com a participação crescente nos mercados europeu e mundial de países de grande dimensão e baixos níveis de custos unitários de trabalho, em concorrência com os sectores transaccionáveis tradicionais.

Em paralelo com o esforço de consolidação orçamental nos anos de 2006 e 2007, o investimento registou uma recuperação moderada e as exportações apresentaram um certo dinamismo através do aumento do peso de serviços e de bens com maior tecnologia, ao mesmo tempo que se registava uma certa diversificação geográfica. Todavia, no quadro mais recente de interacção entre a deterioração da actividade económica mundial, nomeadamente dos principais parceiros de Portugal, e a crise nos mercados financeiros internacionais, aquela dinâmica de recuperação foi afectada.

Evolução da Economia Portuguesa

Cenário Macroeconómico

	2006	2007	2008 (e)	2009 (p)
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)				
Consumo Privado	1,9	1,6	1,2	0,4
Consumo Público	-1,4	0,0	-0,3	0,2
Investimento (FBCF)	-0,7	3,1	-0,8	-0,9
Exportações	8,7	7,5	0,1	-4,4
Importações	5,1	5,6	1,0	-1,3
PIB	1,4	1,9	0,3	-0,8
2. Preços (taxas de variação, em %)				
Deflator do PIB	2,7	2,9	1,6	2,4
Taxa de Inflação (a)	3,1	2,5	2,6	1,2

	2006	2007	2008 (e)	2009 (p)
3. Emprego e desemprego				
Emprego Total (taxa de variação, em %)	0,7	0,0	0,6	-0,7
Taxa de desemprego (%)	7,7	8,0	7,7	8,5
4. Administrações Públicas (% do PIB)				
Saldo das Administrações	-3,9	-2,6	-2,2	-3,9
Dívida Pública	64,7	63,6	65,9	69,7

Notas: +a) Variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (e) estimativa; (p) previsão.

Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, Orçamento de Estado para 2009, e Banco de Portugal.

O abrandamento nas actividades e a redução das perspectivas de crescimento nos diversos países e grandes regiões económicas, assim como a forte incerteza quanto à profundidade e duração da actual fase descendente do ciclo económico, propiciam factores negativos sobre a procura externa dirigida às empresas nacionais e sobre as expectativas dos agentes económicos quanto à evolução futura.

De facto, a evolução recente da economia reflecte o abrandamento das exportações e da procura interna. Como seria de esperar, o investimento reage de forma mais pronunciada a um contexto macroeconómico adverso, enquanto o consumo apresenta uma evolução mais alisada, mas também fortemente condicionada na sua sustentabilidade pelo nível estrutural de poupança existente e pelo ajustamento nos mercados financeiros. Assim, o investimento surge como uma das componentes mais significativas para a queda da produção interna. Processo comparável, e em certo sentido correlacionável, afecta as exportações, quer as de mercadorias, quer as de serviços, particularmente o turismo.

Numa fase descendente de ciclo económico com deterioração dos balanços das empresas e das famílias existe uma normal diminuição da procura de crédito que, num contexto de crise financeira, pode coexistir com uma diminuição gerada pelas restrições da oferta pelos próprios bancos. De qualquer forma, torna-se necessário assegurar a solidez do balanço do sistema financeiro, de modo a garantir o acesso ao crédito dos agentes económicos com estruturas de balanço adequadas e projectos viáveis.

A inflação medida em termos médios anuais vinha apresentando uma evolução relativamente estável nos últimos anos, circunscrevendo-se a um intervalo de variação com amplitude não superior a um ponto percentual. Todavia, mais recentemente o novo enquadramento macroeconómico implicará o acompanhamento da economia portuguesa na fase recessiva da economia internacional, com descida de preços de forma mais acentuada, situando-se em níveis inferiores.

Algumas ameaças à economia regional, mas também oportunidades

O período de programação para o quadriénio 2009-2012 tem à partida um grau de alguma incerteza sobre as principais condicionantes externas à sociedade açoriana.

À data da elaboração deste documento, está consolidada uma perspectiva muito clara, pelo menos para a primeira parte deste ciclo de programação a médio prazo, de algumas dificuldades financeiras a nível internacional, com alguma generalização da estagnação das principais economias mundiais, em alguns casos inclusivamente recessão e crescimento do desemprego.

Os Açores, embora num contexto territorial e geográfico específico e com autonomia na formulação das políticas públicas, não estão imunes ao que se passa no contexto nacional e internacional. Esta crise financeira mundial, e progressivamente também económica, conjugada com a consolidação do alargamento da União Europeia e com a globalização, poderá induzir alguma alteração dos equilíbrios existentes, penalizando regiões/estados com potenciais económico, territorial e/ou demográfico mais reduzidos. Por outro lado, embora estejam em marcha medidas para combate à crise e de recuperação económica, subsiste com alguma probabilidade o registo de algumas dificuldades para as exportações regionais, incluindo, também o sector do turismo.

A manterem-se os efeitos mais recentes da envolvente, por exemplo ao nível da evolução do custo de algumas matérias primas e subsidiárias, incluindo os combustíveis, e também o nível muito baixo das taxas de juro, poder-se-á abrir a oportunidade para aumentar e diversificar a actividade económica regional em alguns sectores, principalmente nos menos ameaçados pela concorrência externa.

1.2 AS PESSOAS E AS DINÂMICAS DA SOCIEDADE AÇORIANA

Situação demográfica exigente

• *População residente em crescimento*

A evolução demográfica no último período intercensitário caracterizou-se pelo crescimento da população residente, cerca de 1,7%, explicado em grande medida pela quebra acentuada da emigração, dado que o saldo natural, ainda que positivo, tem vindo a decrescer. Em 2001 a população recenseada atingia os 241,7 mil residentes no arquipélago.

Após décadas de perda de população por via da emigração para o continente americano, designadamente o Brasil e a América do Norte e Canadá e também, em menor escala, para Portugal continental, os Açores passam por um novo ciclo de crescimento demográfico.

Através da análise comparada de alguns indicadores demográficos, verifica-se que a Região tem acompanhado a evolução geral observada no país, embora com valores favoráveis em relação à média nacional.

Indicadores Demográficos (Permilagem)

	1995		2000		2005	
	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal
Taxa de Natalidade	14,5	10,4	14,5	11,7	12,5	10,4
Taxa de Mortalidade	11,2	10,3	10,9	10,3	10,1	10,2
Taxa de Nupcialidade	7,2	6,6	7,6	6,2	6,2	4,6

Fonte: INE, SREA, DREPA.

Em termos prospectivos, as estimativas que o Instituto Nacional de Estatística realizou para o conjunto do país apontam, em qualquer dos três cenários adoptados, para a continuação do crescimento demográfico nos Açores nos próximos anos. Com efeito, as hipóteses retidas pelo INE apontam para uma redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de pressão sobre o mercado de trabalho regional.

População Residente – Recenseamento Geral (2001) e Projecções

		2001	2010*	2020*
0-14 anos	%	21,4	18,6	16,7
15-24 anos	%	17,0	14,0	12,0
25-64 anos	%	48,6	54,8	56,7
>65 anos	%	13,0	12,6	14,6
População	Nº	241 763	247 860	254 638
Índices:				
Envelhecimento		60	68	87
Dependência				
Jovens		33	27	24
Idosos		20	18	21

* Cenário Base – entre Cenário Baixo e Cenário Elevado.

Fonte: INE

A emigração tende a estabilizar em números relativamente baixos, por vezes com carácter sazonal, com data de partida e de regresso (p.e. Bermudas). Por outro lado, a imigração tende a evoluir mais em função do volume e estrutura da procura de trabalho, sendo um fenómeno relativamente recente, mas com algum significado, originando necessidades de adopção de algumas medidas para a sua fixação.

- **Um povoamento diferenciado**

O sistema de povoamento dos Açores remonta à fixação dos primeiros habitantes, nos séculos XV e XVI. Desde então, surgiram diversos aglomerados e povoações, mantendo-se, porém, um padrão de

povoamento desde esses tempos remotos: para além de núcleos marcadamente urbanos, em razão de funções administrativas e comerciais, todos eles implantados no litoral das respectivas ilhas, o restante povoamento desenvolveu-se ao longo da linha de costa, mais denso a Sul, segundo um modelo linear, ao longo de uma via litoral de comunicação terrestre.

Encontra-se ainda um certo nível de ruralidade e de baixa/média densidade na ocupação do território regional. Tendo em consideração a existência actual de 5 aglomerados urbanos com a categoria de cidade, regista-se, porém, que 27% da população açoriana reside em área predominantemente rural, 52% da população reside em lugares com um efectivo inferior a 2.000 habitantes e apenas 39% da população reside em áreas predominantemente urbanas. Embora haja evolução recente relativamente rápida e notória desta situação, face aos anos que passaram sobre o período de observação, esta situação tem grande significado a nível regional na formulação das políticas públicas e no equilíbrio social e ambiental desejados.

Distribuição da População (Rec. 2001) Segundo a Dimensão dos Lugares (%)

	Lugares <1999 hab.	entre 2000 e 4999 hab.	entre 5000 e 9999 hab.	entre 10000 e 20000 hab.	Isolados e superior a 20000 hab.
Portugal	42,4	9,4	7,7	9,6	30,9
Açores	51,6	23,8	11	12,5	1,1
Grupo Oriental	34,5	30,9	19,3	14,6	0,7
Grupo Central	73,0	15,0	0,0	10,2	1,7
Grupo Ocidental	98,5	0,0	0,0	0,0	1,5

Fonte: INE.

• *O alojamento das famílias em mutação*

A evolução demográfica e social condiciona a tipologia, a dimensão e as necessidades futuras de habitação das famílias. Essas alterações e a evolução recente da sociedade são significativas, destacando-se a diminuição da dimensão média da família, inclusivamente, com o aumento das constituídas por uma só pessoa, para além do aumento das famílias sem crianças.

A aquisição de habitação através do crédito mais que triplicou nos últimos 20 anos, registando-se uma alteração importante no processo de financiamento do acesso à habitação, embora subsista um mercado de arrendamento, de forma marginal, designadamente nos dois principais centros urbanos. As tipologias também evoluíram, assistindo-se a um aumento de alojamentos por edifício, sobretudo no contexto das freguesias marcadamente urbanas.

Ao nível das carências, observa-se uma relação entre a idade dos alojamentos e os problemas relacionados com o seu equipamento e o estado de conservação, verificando-se, porém, uma menor gravidade quando comparada com a situação média do país, no que concerne ao parque habitacional mais antigo. Regista-se, por outro lado, no domínio das infra-estruturas e equipamento, uma transformação da situação sobre a lotação dos alojamentos, mercê da política entretanto desenvolvida, ao nível da urbanização dos solos, do apoio ao investimento das famílias na habitação, e da produção de habitação em propriedade resolúvel, entre outras medidas.

As competências e o mercado de trabalho

- **Escolaridade crescente**

Nos nossos dias, quer para os Açores, quer para qualquer outro território, a educação de base dos recursos humanos constitui-se como factor quase exclusivo de valorização e de empregabilidade dos recursos humanos e também como alavanca da competitividade.

Em termos do sistema oficial de ensino, um primeiro traço de tendência pesada situa-se ao nível da demografia, ou seja, na diminuição do número de jovens no sistema. Porém, dentro deste, observaram-se nos últimos anos algumas alterações: o crescimento acentuado do ensino profissional e a abertura de novos programas, como sejam o PROFIJ e as novas oportunidades, entre outros.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

Ensino Oficial e Particular

Anos Lectivos	Currículo Regular					Progra- ma Cida- dania	Ensino Recor- rente	Progra- ma Opor- tunidade	PROFIJ	UNE CA PER E	Ensino Profis- sional	Total Geral
	JI	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec.							
1995/96	6 819	19 716	9 527	11 419	8 818		2 619				237	59 155
1996/97	7 044	19 191	9 635	11 404	9 114		2 655				383	59 426
1997/98	6 977	18 659	9 523	11 320	9 028		2 728				458	58 693
1998/99	6 803	18 157	9 033	11 274	8 602		2 288		356		627	57 140
1999/00	6 793	17 638	8 730	11 017	8 473		1 633		373		747	55 404
2000/01	7 341	17 254	8 322	11 390	7 613		1 709		318		1 118	55 065
2001/02	7 318	16 448	8 340	10 587	7 342	112	2 292	776	339		1 411	54 965
2002/03	7 634	16 292	7 993	10 337	6 936	111	1 675	815	330		1 971	54 094
2003/04	7 710	16 125	8 007	9 517	6 831	52	1 026	1 151	917		2 358	53 244
2004/05	8 121	15 926	7 809	9 359	6 504	60	941	1 117	1 220		2 391	53 448
2005/06	7 894	15 389	7 471	9 160	6 266	37	814	1 126	1 403		2 884	52 444
2006/07	7 779	15 252	7 121	9 133	5 690	75	874	538	1 290	2 083	2 554	52 389

Nota: Não foram incluídas as matrículas em creches.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

A população escolar corresponde à própria população residente nas idades compreendidas entre os 6 e 14 anos, por força da escolaridade obrigatória nessa faixa etária. A escolaridade é cada vez menor à medida que as idades se vão afastando da faixa de obrigatoriedade. No entanto, é verdade que na evolução ao longo do tempo mais recente, verifica-se uma tendência de alargamento progressivo da frequência escolar a elementos em faixas etárias que antes permaneciam fora do sistema educativo.

Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transição ou de Conclusão
 Ensino Oficial e Particular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
4º	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0	94,9	92,4
6º	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6	90,3	90,7
9º	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0	87,0	88,4
12º	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1	50,5	68,5

a) Consideraram-se como representativos os anos terminais de cada ciclo do ensino básico e secundário. Não Inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

Fonte: Direcção Regional da Educação - Estatísticas da Educação.

• ***Uma relação com o mercado de trabalho em evolução***

Nos Açores não se registam taxas de desemprego elevadas, sendo sistematicamente inferiores à média nacional. Anteriormente, a emigração constituiu-se como factor de ajustamento no mercado de trabalho, contudo, nos últimos anos, a animação económica tem absorvido o aumento da procura de emprego.

Com efeito, tem-se observado durante os últimos anos uma média de criação líquida de perto de 2000 postos de trabalho/ano. A taxa de actividade tem vindo a aumentar, mercê de uma maior participação do segmento feminino no mercado de trabalho. Porém, em comparação com a média nacional, o nível de actividade é ainda inferior, não sendo estranho o facto de, em termos relativos, a população açoriana ser também a mais jovem de Portugal, havendo por consequência uma maior peso relativo dos que ainda não têm idade para trabalhar e/ou se encontram a frequentar o sistema de ensino.

	Condição da População Perante o Trabalho						Nº Indivíduos	
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Activa	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159
Empregada	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284
Desempregada	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875
População Inactiva	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222
Tx. de Actividade (%)	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1
Tx. de Actividade Feminina (%)	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na população activa empregada e distribuída segundo os sectores de actividade evidenciou-se ao longo dos últimos anos a tendência normal das economias em processo de desenvolvimento: perda de peso relativo do sector primário, por contrapartida do crescimento do sector terciário e de serviços.

Na composição do emprego por grandes sectores de actividade há que assinalar uma ligeira, mas notada alteração de estrutura do emprego no sector dos serviços: por um lado, o aumento do peso relativo do emprego no sector privado, como são exemplos o crescimento de emprego nos ramos de

alojamentos turísticos, na restauração e nos de transportes e comunicações, por contrapartida de menor representatividade relativa do emprego público ao nível da administração pública e do ensino.

Quanto à população activa empregada, segundo a situação na profissão, verifica-se que a componente de trabalhadores por conta de outrem tem vindo a aumentar paulatinamente, passando de um peso de 72,8% em 2002 para 78,5% em 2007.

Em termos mais globais, o capital humano conterà os elementos de funcionalidade adequados às condições económicas e sociais correntes no arquipélago, mas há indicadores que apontam no sentido de alguma debilidade, cuja correcção tem-se vindo a implementar, mas que implicam períodos alargados, ao nível geracional.

Se os níveis de actividade e de participação no mercado de trabalho não estão muito distantes de outros registados em estruturas sociais e económicas comparáveis, já no âmbito das qualificações, aliás à semelhança do que se verifica no país, haverá que passar da actual predominância do ensino básico da população activa, para o que já se encontra na União Europeia, em que a qualificação se centra no grau de ensino intermédio, isto é, no ensino secundário.

Progresso e Melhoria das Condições de Vida

• *Alargamento da Saúde Pública*

Um nível sanitário satisfatório é condição essencial para o bem-estar, para o trabalho e para as actividades lúdicas e sociais, ao fim ao cabo para o desenvolvimento da sociedade.

A percepção dos açorianos sobre o seu estado de saúde não é muito diferente dos restantes residentes no espaço nacional. Aliás, em termos gerais, os residentes nos Açores quando instados sobre a apreciação que têm do seu estado de saúde, apresentam percentagens mais elevadas quando o caracterizam de forma neutra ou positiva, por contrapartida de uma auto-avaliação negativa da sua situação.

Auto-apreciação do estado de saúde (%)

	Continente			R. A. Açores			R. A. Madeira		
	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau	Muito bom ou bom	Razoável	Mau ou muito mau
Homens e Mulheres	53,2	32,8	14,1	64,3	26,3	9,4	52,3	37,3	10,4
Homens	59,3	30,2	10,4	69,9	23,7	6,4	58,6	32,7	8,7
Mulheres	47,4	35,1	17,5	58,8	28,8	12,4	46,6	41,4	11,9

Fonte: INSA/INE – Quarto Inquérito Nacional de Saúde (2005-2006).

O sistema de saúde pública implantado na Região estende-se não só à prevenção, com um número que ronda actualmente as 65 mil inoculações nos centros de saúde, designadamente as orientadas para a

vacinação das crianças de menor idade, como também à prestação de cuidados médicos, incluindo um leque diferenciado dos cuidados diferenciados.

Em termos médios, actualmente, cada açoriano consulta os médicos do sistema de saúde 2 vezes por ano, seja no hospital, seja no centro de saúde, e é atendido em urgência cerca de 1,7 vezes/ano. 1 em cada 8,8 residentes esteve internado no sistema e passou cerca de 7,7 dias no respectivo estabelecimento de saúde. No atendimento regista-se nos últimos anos uma certa tendência para a desaceleração do atendimento em urgência, por oposição à consulta normal nos centros de saúde e nos hospitais.

O número de profissionais tem vindo a aumentar: o número de médicos no quinquénio 2002-2007 aumentou mais de 18%, sendo a variação relativa do número de enfermeiros neste período superior, mais de 24%. Estes profissionais foram responsáveis por mais de 3,6 milhões de meios complementares de diagnóstico, correspondendo 3,2 milhões aos diversos tipos de exames e análises clínicas, representando as restantes 467 milhares de ocorrências em diversos tratamentos, como por exemplo fisiátricos, hemodiálise, gastroenterologia, electrocardiografia, que se desenvolvem sobretudo nos hospitais ou, então, em centros de saúde com capacidade de internamento.

Indicadores

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Consultas (Nº)	427 901	464 368	473 958	481 555	507 715	508 567
Urgências (Nº)	443 163	438 718	423 607	432 357	419 259	416 912
Internamento (Nº doentes)	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870	27 761
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (Nº)	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554	3 643 839
Médicos (Nº)	435	466	465	506	510	514
Enfermeiros (Nº)	1 011	1 013	1 036	1 095	1 212	1 256

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

Ao nível das dependências e através de alguns indicadores conhecidos e integrados em contexto nacional, observam-se taxas menos favoráveis para a Região, a merecer alguma atenção e seguimento, como por exemplo ao nível da dependência do tabaco, em que 24 % dos açorianos revelou ser fumador, mais 4% em média que no restante espaço nacional, havendo, em relação ao álcool situações diversas em função dos escalões de idades, porém a merecer seguimento e intervenção, bem como nas toxicodependências, onde as estatísticas rareiam em razão das questões de legalidade associadas.

• *Maior Fruição dos Bens Culturais e Acesso ao Desporto*

As manifestações de ordem cultural e desportiva no arquipélago dos Açores assumem-se como formas de expressão com maior evidência social e vivência comunitária, proporcionando não só a valorização dos recursos humanos, mas também a materialização de condições à fixação das populações em cada uma das nove ilhas do arquipélago.

No caso particular da cultura haverá que referir que, ao nível da recuperação e reabilitação dos bens históricos ou de outros equipamentos, e o apoio a algumas iniciativas e eventos culturais, para além do objectivo imediato de se chegar às populações, tem proporcionado, como efeito lateral, o enriquecimento do produto turístico associado à imagem dos Açores.

O investimento público em infra-estruturas e equipamentos desportivos tem tido retorno, representado na evolução do número de praticantes em diversas modalidades. Os registos e apuramentos estatísticos apontam para uma realidade regional muito própria: os mais de vinte milhares de atletas regionais, representam cerca de 4,4% no conjunto do país, ou seja, mais do dobro da proporção da população residente num e no outro território.

Os níveis crescentes de procura e acesso registados nestas actividades, marcam uma etapa importante e não despendiêda do processo de coesão social, de equilíbrio e de valorização social, que importa manter e apoiar. Porém, são sectores exigentes em investimento público, quer ao nível da construção/modernização e funcionamento das infra-estruturas e equipamentos, como também na formação de quadros com capacidade para intervir com qualidade no desenvolvimento dos respectivos sistemas.

• *Utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação no quotidiano dos indivíduos e das famílias dos Açores*

O nível de penetração da designada Sociedade da Informação no quotidiano dos açorianos não diverge significativamente do que se passa em média no restante espaço nacional, havendo situações em que os indicadores tomados pelo sistema oficial de estatística apresentam valores superiores na Região.

Com efeito, a percentagem de agregados domésticos com computador é superior nos Açores, incluindo as ligações à internet, designadamente as suportadas em rede de banda larga. Onde se regista algum desvio, embora sem significado, será na utilização dos meios para determinadas actividades, como algumas situações de utilização do computador e a utilização da rede de multibanco para pagamentos de alguns serviços, podendo neste particular ser eventualmente compensada pela maior utilização nos Açores de computador em casa, para esses pagamentos.

Sociedade da Informação – Indicadores

Sociedade da Informação - Indicadores													Unidade: %		
Agregados Domésticos				Indivíduos											
Posse de computador	Ligação à Internet	Ligação à Internet através de banda larga	Utilização de computador				Utilização de Internet				Utilização de telemóvel	Utilização de Caixas Multibanco			
			Total	Dos quais			Total	Dos quais				Total	Dos quais		
				Em casa	No local de trabalho	Na escola ou Universidade		Em casa	No local de trabalho	Na escola ou Universidade			Para Carregamentos de telemóvel	Para pagamentos de serviços	
Açores	50,0	39,9	32,5	37,4	84,1	45,6	19,1	30,5	70,9	41,9	20,7	77,3	62,0	78,8	44,8
Portugal	48,3	39,6	30,4	45,8	79,4	48,2	19,8	39,6	68,5	43,0	21,0	82,6	66,6	76,2	56,6

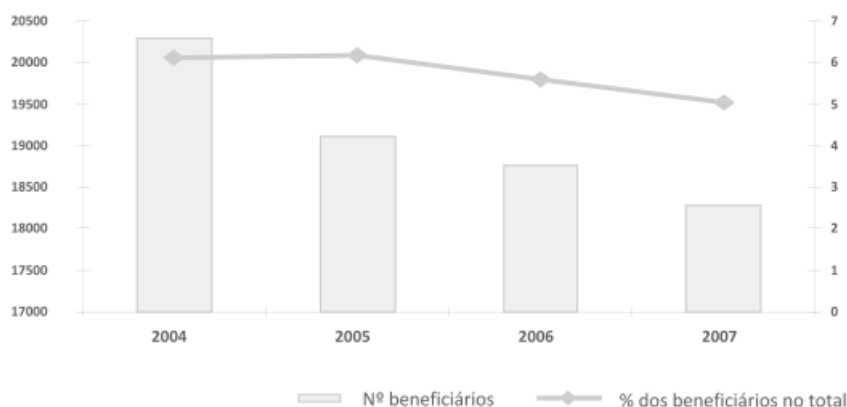
Fonte: INE.

• Coesão e integração social

Décadas de abandono e de isolamento originaram fenómenos de exclusão e de pobreza, que as anteriores correntes emigratórias e a actual dinamização económica não extinguiram por completo. Por outro lado, fenómenos mais recentes, como por exemplo as toxicodependências e o repatriamento forçado de açorianos residentes em países estrangeiros, obrigam à formulação de políticas públicas dirigidas a públicos específicos em risco e em situação potencial de exclusão social.

O Rendimento Social de Inserção é um dos instrumento de política social em vigor na Região e que nos últimos anos tem conhecido uma situação inversa à registada no conjunto do país.

Com efeito, enquanto a nível Açores o número de beneficiários com requerimento de RMG e RSI activo tem vindo a decrescer em termos absolutos, a nível nacional a tendência tem sido inversa, conduzindo este efeito conjugado a uma perda de peso relativo dos Açores no contexto nacional.



A animação económica acompanhada pelas políticas activas de fomento do emprego tem proporcionado a existência na Região de taxas de desemprego com valores relativamente reduzidos, aproximando-se de um nível que, em termos técnicos, se considera como de quase pleno emprego (taxas de desemprego iguais ou inferiores a 4%).

Evolução do Desemprego nos Açores

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Tx. de Desemprego (%)	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3

Fonte: Direcção Regional de Saúde, DREPA.

Face às ameaças detectadas, em termos do choque originado pela envolvente externa, haverá que monitorizar uma situação potencial de exclusão provocada por desocupação involuntária prolongada de activos. Por outro lado, haverá que ponderar algumas medidas em função das parcelas em que se aplicam, com discriminação positiva para as ilhas de menor potencial e dimensão.

1.3. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

- *Níveis crescentes de riqueza produzida*

A primeira questão que emerge quando se aborda a actividade económica de um território, numa perspectiva de posicionamento e da evolução do grau do desenvolvimento existente, é respondida através do conhecimento e enquadramento do nível da riqueza produzida.

Os últimos dados conhecidos e publicados pelo INE, para o período 1995-2007, ainda que para o último ano os considere como preliminares, informam que o valor do PIB per capita nos Açores representa cerca de 89% do valor equivalente apurado para o conjunto do país. Em termos de comparação com o valor médio para o conjunto da União Europeia, a 27 estados membros, introduzindo as paridades de poder de compra (PPC) para uma aferição mais realista, este índice situa-se nos 68% da média europeia.

Em termos dinâmicos, observa-se que a economia dos Açores tem convergido não só com os valores médios nacionais, mas também com o espaço europeus. Com efeito, enquanto os Açores em 1995 eram a região menos desenvolvida a nível do país e consequentemente na comunidade europeia, com os últimos resultados pode-se constatar que o ritmo de crescimento económico permitiu aproximar o produto per capita da média nacional. Este desempenho originou uma subida dos Açores no contexto das regiões portuguesas, deixando de ser o espaço com menor riqueza criada por habitante, como também conduziu a um esbatimento significativo do desequilíbrio em comparação com o que se regista a nível europeu, ou seja, uma evolução positiva no processo de convergência real.

	Produto Interno Bruto						
	Unid.: Milhões de Euros						
	1995	1997	1999	2001	2003	2005	2007*
1. Açores	1 607	1 785	2 155	2 488	2 785	3 018	3 343
2. País	85 138	97 898	114 192	129 308	138 582	149 123	163 119
% (1/2)	1,88	1,82	1,89	1,92	2,01	2,02	2,05
PIB per capita (mil euros/hab.)	8,5	9,7	11,2	12,6	13,3	14,1	15,4
PIB per capita (Portugal=100)	79	77	81	83	88	88	89
PIB per capita PPC (UE 27=100)	60	59	63	65	67	67	68

* Resultados preliminares.

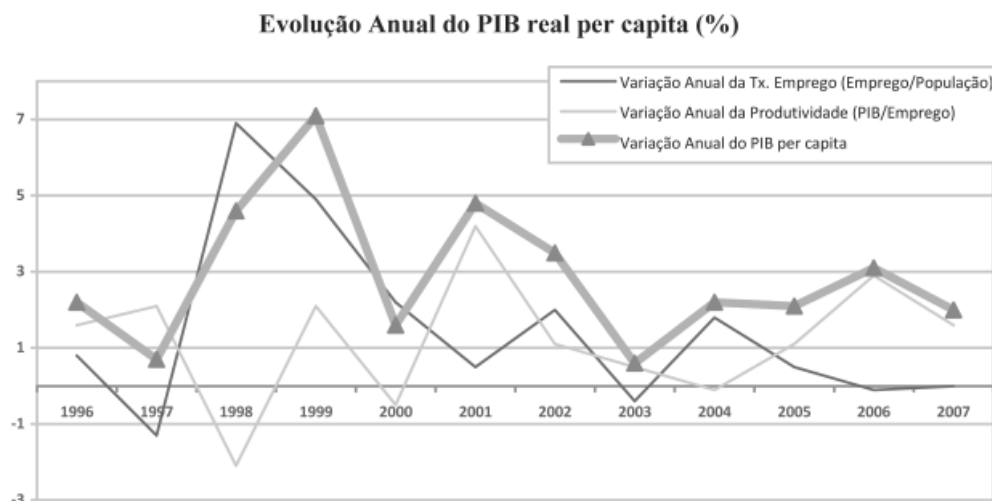
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Recorrendo a uma análise interna sobre as grandes alavancas do crescimento económico da Região, poder-se-á recorrer à análise da evolução da capitação do produto interno, através da sua decomposição em dois factores: o nível de produtividade do factor trabalho e o aumento do emprego.

Embora se deva acentuar a importância do aumento da produtividade de uma economia, por estar intimamente ligada ao crescimento do rendimento a prazo alargado e também à competitividade, não é

menos importante o crescimento do emprego, já que baixos níveis de empregabilidade relacionam-se intimamente com a exclusão social e a pobreza.

Nos Açores, através dos dados conhecidos, observou-se uma composição e interacção entre o aumento da taxa de emprego e o crescimento da produtividade bruta, em que nos primeiros anos da série conhecida o crescimento do emprego terá sido o motor mais potente do aumento da produção de riqueza na Região e no período final o aumento da produtividade terá sustentado o crescimento económico.



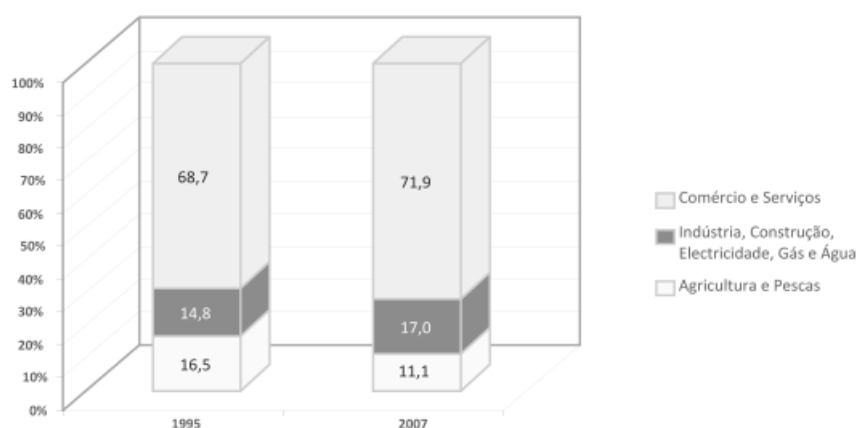
Em termos prospectivos, cruzando com a informação das projecções demográficas e a evolução da taxa de actividade da população, designadamente a feminina, existe ainda margem de progressão para um crescimento intensivo, embora se aponte um aumento mais efectivo da produtividade, face ao efeito progressivo do envelhecimento da população, em que o processo de convergência obrigará a um crescimento económico obtido por actividades económicas com maior potencial ao nível da geração de valor acrescentado, e também para a manutenção de um nível satisfatório da competitividade da produção regional, designadamente dos bens e serviços transaccionáveis.

- **Especialização produtiva vincada, mas em evolução**

A repartição do Valor Acrescentado na economia regional não registou alterações profundas nos últimos 12 anos. O sector primário, mercê das condições endofo-climáticas características, detém um peso apreciável, mas é nos serviços que efectivamente se cria mais valor na economia regional. Em termos dinâmicos, a evolução detectada é própria dos territórios em desenvolvimento, em que a actividade terciária ganha peso e preponderância em relação às demais.

Em termos intra-sectoriais, no sector secundário destacam-se os ganhos relativos do subsector da energia, gás e água. No terciário releva-se, no domínio do privado, a actividade comercial, o alojamento e a restauração, com ganhos de representatividade, sendo as variações da esfera pública relacionadas com a educação e saúde.

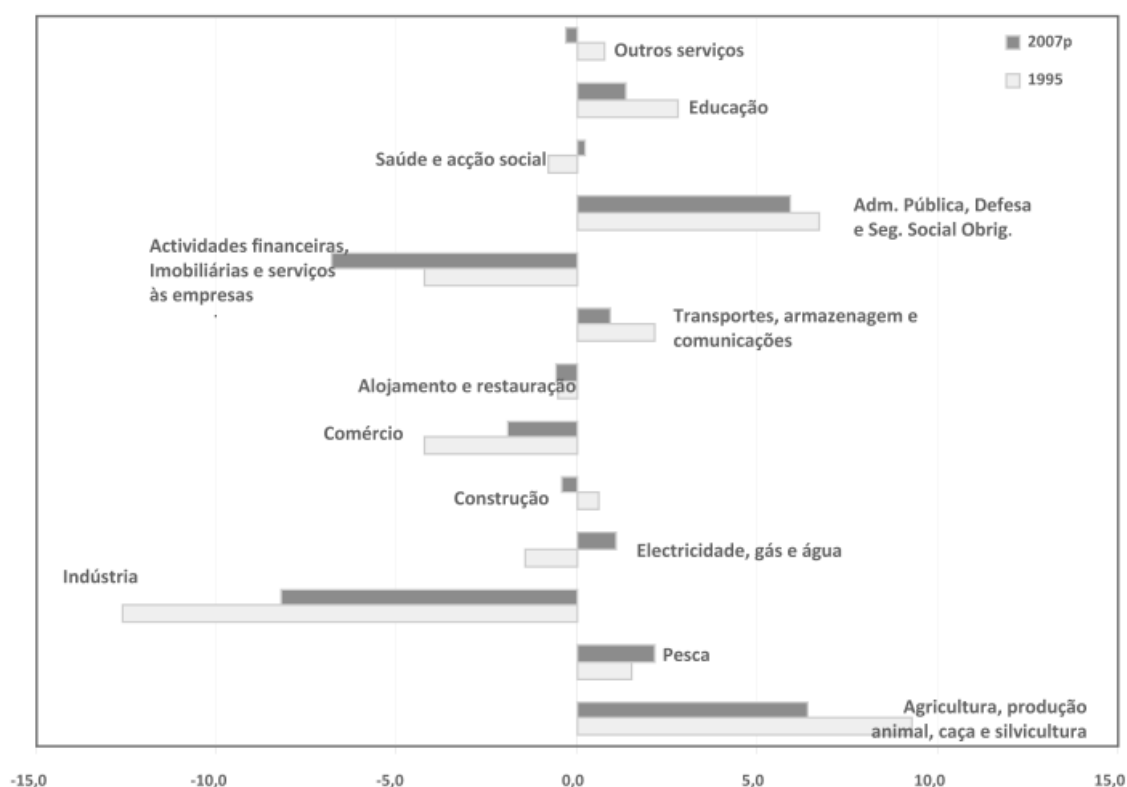
Repartição do VAB – 1995 e 2007



Em termos da especialização produtiva, tomando por padrão a distribuição dos pesos relativos dos VAB sectoriais verificados no país, observa-se que os Açores apresentam, em termos gerais, a configuração de uma pequena região insular e periférica, onde assume especial importância a especialização em produções em que se dispõe de vantagens pela proximidade e pela abundância da matéria prima, no caso a actividade pecuária e a pesca. Por via da configuração territorial específica regista-se o peso proporcionalmente maior do sector energético, dos transportes e de alguns serviços públicos.

Em termos dinâmicos, porém, no período considerado (1995-2007) constata-se uma redução das disparidades na comparação das estruturas do VAB da região e o nacional (o desvio padrão em 2007 é menor que o calculado para 1995).

Diferença entre as Estruturas dos VAB's Sectoriais (Açores/País) (%)



É reconhecido o peso e a importância que as fileiras de especialização tradicional, a agro-alimentar, a agro-florestal e ainda a das pescas têm na economia regional. No caso particular da transformação, embora o quadro anterior não seja integralmente esclarecedor, face ao nível de desagregação sub-sectorial disponível, pode-se referir que, através dados do Observatório Regional do Emprego e da Formação Profissional, as indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco afectam perto de 60% de todo o emprego na indústria transformadora na Região.

Com alguma propriedade poder-se-á apontar a fileira agro-pecuária dos Açores como um cluster regional, tomando a concentração da localização de empresas, com ligações e interdependências entre si, com uma boa imagem junto do consumidor, fortalecendo-se a articulação entre autoridades públicas, Universidade, empresas, e outros agentes.

É neste contexto que indiscutivelmente o sector agrícola apresenta um bom desempenho, quando enquadrado no contexto nacional. Com efeito, as explorações, ao mesmo tempo que apresentam uma dimensão relativamente reduzida, têm uma intensidade de utilização de volume de trabalho menor, permitindo uma eficiência equilibrada na utilização destes recursos básicos às actividades agrícolas. Assim, não surpreenderá a elevada produtividade alcançada nos Açores, onde a orientação para a produção agro-pecuária origina margens brutas de exploração que contribuem para a elevação dos índices médios.

Indicadores

Classes	Açores	Portugal	Açores/Portugal (%)
Dimensão (Ha/Expl.)	8,0	11,4	70,2
Volume de trabalho (UTA/Expl.)	0,8	1,2	66,7
Eficiência (UTA/100 ha)	10,1	10,9	92,7
Produtividade (UDE/UTA)	17,1	5,6	305,4

Fonte: INE, Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas, 2005.

A actividade pesqueira no arquipélago tem uma expressão significativa à nossa escala, com impacte no emprego gerado que na actividade propriamente dita, cerca de 3,8 mil indivíduos, entre pescadores, apanhadores e trabalhadores em terra de apoio em terra à actividade do mar, para além do emprego e rendimento gerado indirectamente no sector transformador (conservas), comercial, transporte, entre outras actividades. O volume de pescado descarregado nos portos de pesca da Região que rondará, em termos médios, as 10 mil toneladas/ano abastece não só o mercado regional, como também favorece o sector exportador.

Em termos prospectivos, o investimento realizado no âmbito das infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade deverá proporcionar aumento de rendimento gerado nesta actividade, em conjugação com a necessária reprodução e sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

Haverá ainda que atender à regulamentação comunitária respeitante a esta actividade.

• Alargamento da Base Económica

O sector do Turismo constitui-se já como um novo pilar da base económica regional, pela dimensão e pelo papel que já tem no conjunto da actividade económica desenvolvida na Região. A maior parte da oferta hoteleira dos Açores foi construída de novo e a parte restante foi, na sua maioria, profundamente remodelada e reestruturada. Ao nível da procura, nos últimos oito anos mais que duplicou o número de dormidas nos estabelecimentos regionais.

A actual conjuntura na Europa, espaço principal de origem dos turistas que procuram os Açores, poderá afectar de algum modo o sector. Em termos prospectivos releva-se a necessidade de aumentar o esforço de divulgação e promoção do destino Açores, procurando novos mercados geradores de fluxos, para além do trabalho a desenvolver em outras componentes, com vista a melhorar as taxas de ocupação fora da época estival e equilibrar a exploração das unidades hoteleiras, designadamente as mais recentes.

Procura e Ofertas Turísticas

Capacidade*					Dormidas				
Ano	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total	Ano	Hotelaria Tradicional	Turismo em espaço rural	Outros	Total
1999	3 811	149	405	4 364	1999	524 129	10 179	18 050	552 358
2001	4 321	237	454	5 013	2001	718 095	17 571	25 088	760 754
2003	5 967	276	462	6 705	2003	804 028	16 710	23 130	843 868
2005	8 075	313	395	8 783	2005	1 136 452	19 381	17 843	1 173 676
2007	8 153	609	735	9 497	2007	1 184 375	19 679	87 018	1 291 072

* Média anual da oferta mensal de camas.

Fonte: SREA, Estatísticas do Turismo.

Os sectores privados de comércio e de prestação de serviços vão-se adaptando, como no restante espaço nacional, a novas realidades e á evolução da sociedade.

Por via de um certo envelhecimento da população, uma menor representatividade dos jovens, a preponderância de famílias mais pequenas e com perfil de comportamentos e de consumo mais próximos de um estilo de natureza urbana tem condicionado a evolução da actividade comercial. Novos padrões de consumo implicam, ainda que de forma não dominante, a associação entre o tempo das compras necessárias e a ocupação do tempo livre, com a procura de agrupamentos de pontos de vendas em centros comerciais.

A actividade comercial em geral nos Açores evidencia já alguma dualidade, designadamente nos principais centros urbanos. Por um lado, um modelo de negócio familiar e de sobrevivência e, por outro lado, o aparecimento e consolidação nas principais zonas urbanas de empresas com dimensão e com poder de mercado, inseridas em cadeias nacionais de comércio por grosso e a retalho, com uma forte influência em alguns casos a montante, ao nível da logística e até da produção.

O sector dos serviços nos Açores conheceu recentemente um crescimento acentuado, quer os serviços de apoio às famílias quer, sobretudo, os serviços de apoio às empresas. Para além da prestação mais tradicional, surgiram novas actividades, algumas decorrentes das oportunidades criadas pelo desenvolvimento rápido do sector do turismo, outras com uma componente interessante de novas tecnologias de informação e do conhecimento.

• *Estrutura empresarial*

São as pequenas e as microempresas que predominam na estrutura empresarial dos Açores. Tomando alguns indicadores produzidos pelo sistema oficial de estatística verifica-se que, apesar das condições específicas e de potencial do mercado, existe uma certa capacidade empresarial na Região, ao nível do empreendedorismo, ou seja criação de empresas.

As empresas regionais revelam, proporcionalmente, uma dimensão menor no contexto nacional, tomando como variável o pessoal ao serviço, ou ainda o volume de negócios, já que o peso relativo destes indicadores no total do apurado para o país é inferior ao do número de unidades. O nível da integração vertical da produção é também relativamente menor, representado por um menor peso do valor acrescentado no contexto do volume global de negócios. Estes indicadores coadunam-se perfeitamente com o potencial do mercado regional, o seu perfil da especialização e o actual estágio de desenvolvimento da economia açoriana.

Empresas - 2006

	Nº		Milhões de euros		
	Empresas	Pessoal	Volume Negócios	VAB	Custos com Pessoal
Açores	18.850	60.608	4.597,7	1.036,1	644,3
% no País	1,74	1,62	1,39	1,33	1,38

Fonte: INE – Estatística das Empresas.

• *Sistemas Científico e de Inovação*

O Sistema Científico e Tecnológico Regional já compreende um conjunto apreciável de unidades de investigação, de infra-estruturas tecnológicas resultantes de parcerias público-privadas, centros de divulgação da cultura científica e tecnológica e espaços para a promoção das tecnologias de informação e da comunicação.

As Unidades de Investigação acreditadas distribuem-se pela Universidade dos Açores – Centros de Biotecnologia, de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, de Investigação e Recursos Naturais, de Investigação e Tecnologias Agrárias, de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos, IMAR –, na própria orgânica do governo regional – Laboratório Regional de Engenharia Civil – e pelo sistema regional de saúde – Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular e a Unidade de Genética e Patologia Molecular.

No âmbito das infra-estruturas tecnológicas, destaca-se o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores e a Escola de Novas Tecnologias dos Açores. Os Observatórios Astronómico, do Ambiente, do Mar e o Vulcanológico e Geotérmico dos Açores constituem-se como os principais espaços de Divulgação da Cultura Científica e Tecnológica.

No segmento da promoção de inovação, designadamente de parcerias entre entidades públicas e privadas, destaca-se o Instituto de Inovação dos Açores (INOVA), a Escola de Novas Tecnologias dos Açores, onde se tem vindo a consolidar níveis de cooperação e de interacção entre diversos actores, destacando-se por exemplo iniciativas no âmbito do incentivo à inovação empresarial, com parcerias com INETI, a Universidade Nova e personalidades de reconhecido mérito, ou outras mais dirigidas como são exemplos a prospecção, a avaliação de recursos minerais, envolvendo o Laboratório Regional de Engenharia Civil, a Universidade dos Açores, a valorização das águas termais nos Açores, que agrupa o INOVA, o INETI e o CEDINTEC, entre outros.

A cooperação e o estabelecimento de ligações e redes entre a esfera da investigação e da inovação e a economia real são factores decisivos para a competitividade da produção económica, registando-se algumas oportunidades para uma efectiva clusterização das principais produções regionais.

1.4. A VALIA DO TERRITÓRIO

• *O papel dos sistemas de acessibilidade intra-territorial*

As acessibilidades assumem um papel fundamental no contexto regional, seja pela distância que separa o Arquipélago do Continente português, seja por via da descontinuidade territorial, que obriga à existência de uma rede complexa de serviços de transporte marítimo e aéreo, e uma extensa rede viária associada à orografia e ao tipo de povoamento.

Em termos de organização da rede viária existem 3 grandes classificações: a regional, a municipal e a agrícola e florestal. Por sua vez a rede regional inclui as vias rápidas (2 faixas por sentido) e as estradas regionais de 1ª e de 2ª classe. A extensão da rede viária regional ronda os 1450Km. A rede regional, cuja construção/manutenção compete à administração regional, é constituída pelas estradas que ligam todos os aglomerados urbanos; a rede municipal, da responsabilidade das Autarquias, integra os troços dentro dos aglomerados urbanos e das respectivas áreas adjacentes; a rede agrícola e florestal, que permite ligações dentro dos perímetros de ordenamento agrário e dos perímetros e núcleos florestais, está alocada às autoridades regionais com a tutela sobre a actividade agrícola e florestal.

Em termos de velocidade média de deslocação observam-se valores entre os 58 Km/h em S. Miguel e os 30 Km/h na ilha do Corvo.

Não se regista uma grande intensidade nos movimentos pendulares ao nível do movimento de meios de transporte. A larga maioria da população estuda ou trabalha no concelho de residência, com algumas excepções para os concelhos próximos dos principais centros urbanos: Lagoa, onde mais de 1/3 da população trabalha ou estuda em Ponta Delgada, Vila Franca do Campo e Povoação onde perto

de 1/5 também estuda e trabalha em Ponta Delgada. Na ilha Terceira observa-se também que parte da população da Praia da Vitória estuda e/ou trabalha em Angra do Heroísmo.

Atendendo à orografia das ilhas e ao facto da distribuição da residência ao longo das costas, versus exploração agro-pecuária nos espaços mais interiores, obriga a uma rede relativamente densa de vias, associadas a custos de construção e de reabilitação relativamente elevados.

A utilização das estradas regionais tem vindo a crescer também em resultado do crescimento do parque automóvel dos Açores, aumento esse proporcionalmente maior do que observado no país, registando-se ainda, todavia, uma taxa de motorização inferior à média nacional. De destacar na composição do parque automóvel, o aumento significativo dos veículos mistos, adaptados ao tipo de economia local e, ainda, o crescimento do número de autocarros, indiciando também o desenvolvimento da actividade turística. Ao nível da segurança verifica-se que as 3,9 mil ocorrências registadas pela Polícia de Segurança Pública nos Açores, relativas a acidentes de viação, representam cerca de 10% do número de acidentes registados no Continente.

Têm sido afectos montantes significativos para a construção/reabilitação das redes viárias, registando-se actualmente condições, em termos médios, relativamente favoráveis. Haverá ainda que realizar intervenções com alguma expressão na rede viária regional, destacando-se a ligação rodoviária com o concelho do Nordeste, e a reabilitação de troços da rede viária concelhia, complementada por sistemas de estacionamento de viaturas, designadamente nos aglomerados urbanos de maior dimensão.

- ***O papel dos sistemas de acessibilidade inter-territorial***

Transportes Marítimos

A natureza dispersa e afastada das ilhas, conjugada com a característica do mar envolvente, originou uma certa especialização dos sistemas de transporte: o movimento das pessoas utilizando preferencialmente o transporte aéreo e as mercadorias pelo mar, com algumas excepções naturais, face à proximidade geográfica de algumas ilhas, como é o caso Faial - Pico.

Porém, mais recentemente, com a oferta de determinados meios tem surgido uma procura potencial para o transporte de passageiros por mar, com possibilidade de transporte de viaturas (navios tipo ferrie), situando-se numa dimensão complementar ao transporte aéreo e gerando possibilidades adicionais de movimentação inter-ilhas, seja para os residentes, seja para os visitantes.

Está em execução uma medida de política que visa introduzir racionalidade e economias no sistema, bem como uma maior segurança na oferta deste tipo de serviços e que se traduz na construção de 2 navios tipo ferrie ajustados às características do meio e adaptados às necessidades e volume de fluxos.

Cargas Movimentadas

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	<u>1000 Ton.</u> 2007
Aeroportos	12,7	13,1	13,3	12,7	13,2	11,9	11,3
Portos	2 501,8	2 647,9	2 726,9	2 797,1	2 825,6	2 857,5	3 050,1
Total	2 514,5	2 661,0	2 740,2	2 809,8	2 838,8	2 869,4	3 061,4

Fonte: SREA.

Todas as ilhas possuem um porto comercial das classes A (Ponta Delgada, Praia da Vitória e Horta) ou B (nas restantes ilhas). Face à crescente utilização destas infra-estruturas e ao desgaste provocado pelo estado do mar, os diferentes planos de ordenamento dos portos apontam para a necessidade de separar as actividades comercial, das pescas e do tráfego de passageiros, o reforço dos molhes, a melhoria das acessibilidades aos portos. Em consequência, persiste a necessidade de realizar pontualmente as correspondentes obras de requalificação.

Transportes Aéreos

À semelhança dos restantes sistemas de transporte, também se registaram investimentos públicos relevantes no transporte aéreo, quer os promovidos directamente pelo Governo Regional quer os que resultam de parceria com transportadora aérea regional, quer ainda por entidades nacionais com responsabilidade em algumas das aerogares/aeroportos com localização na Região.

Concluídas as principais obras, a Região ficou dotada com nove infra-estruturas aeroportuárias, que suportam 5 gateway nas ilhas Stª Maria, S. Miguel, Terceira, Faial e Pico, e uma rede de aerogares com capacidade para uma oferta de serviço eficiente para a movimentação dos passageiros e das cargas.

O nível de utilização das infra-estruturas aéreas tem sido crescente, alavancada quer pela mobilidade interna, quer pelos fluxos dos visitantes.

Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	Interno	Territorial	Internacional	Total
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
2006	827 567	695 955	228 378	1 751 900
2007	851 401	718 860	228 117	1 798 466

Fonte: SREA.

Em relação aos investimentos realizados em meios de transporte aéreo pela transportadora aérea regional, sublinha-se o esforço que a empresa pública regional desenvolve em termos de renovação dos meios para a operação inter-ilhas. As operações inter ilhas estão sujeitas às Obrigações de Serviço Público impostas ao transportador, exigentes em termos do número de frequências e em rotas deficitárias, originando um esforço financeiro de compensação dos sobrecustos daí decorrentes.

Comunicações

Historicamente os Açores desempenharam um papel estratégico no plano das redes de comunicações. Com a evolução tecnológica essa posição atenuou-se, embora a Região disponha de uma situação privilegiada, como se demonstra pela localização do centro de controlo oceânico na ilha de Santa Maria e mais recentemente a estação de rastreio de satélites também naquela ilha.

Ao nível das principais infra-estruturas destaca-se o cabo de fibra óptica, interligando, entre si, actualmente 7 ilhas dos Açores e, no futuro a totalidade do território, e a Região com o exterior.

Quanto à rede telefónica, a Portugal Telecom possui rede de voz e dados, de cobre e fibra óptica, complementada com feixes de microondas. Quanto às redes móveis estão operacionais os 3 operadores GSM, havendo uma taxa de penetração muito elevada.

Ao nível da TV por cabo, existe uma empresa fornecedora do serviço, controlada pelo Grupo Portugal Telecom (84%), sendo os restantes accionistas uma entidade bancária e a empresa pública de electricidade. A rede cablada cobre zonas urbanas, dando o serviço DTH cobertura ao restante espaço regional.

No que concerne à Internet estão disponíveis os diversos serviços dial-up gratuitos oferecidos a nível nacional. Embora anunciado o objectivo de cobertura com Banda Larga, o ADSL não está disponível em todos os locais. As redes Wireless de acesso à Internet estão disponíveis em aeroportos, alguns hotéis e em outros locais muito restritos.

• *Uma sólida rede pública de infra-estruturas sociais*

Educação

Tendo em conta a dispersão geográfica da população açoriana, a crescente concentração urbana e a necessidade de se criar um sistema educativo mais autónomo e descentralizado, o modelo territorial da rede açoriana de infra-estruturas escolares foi reestruturado, assentando, entre outros princípios:

- i- integração vertical da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- ii- concentração das actividades escolares do 1.º ciclo e da Educação Pré – escolar num único edifício em cada freguesia ou conjunto de freguesias;
- iii- expansão do ensino secundário na generalidade dos concelhos da Região, ampliando-se infra-estruturas, dotando as escolas de laboratórios e outros espaços específicos destinados ao ensino experimental das ciências e das tecnologias, e até mesmo a construção de novas escolas, para aquele nível de ensino.

A conjugação destes factores originou ao longo do tempo uma redução do número de estabelecimentos, em linha com uma melhor oferta de condições materiais e também com melhoria da relação entre oferta e dos recursos físicos e utilizadores e entre o número de docentes e o de discentes do sistema de educação. Porém, apesar deste esforço, face à descontinuidade territorial ainda se verifica uma proporção maior de infra-estruturas físicas na Região, em relação ao peso relativo populacional.

Estabelecimentos Públicos de Ensino Não Superior

	Número	% do país
Pré- escolar	175	3,7
Ensino Básico	237	2,8
Ensino Secundário	21	3,8

Fonte: SREA e DREPA.

No domínio da rede escolar, o instrumento de política pública regional, a Carta Escolar dos Açores, estão definidas as prioridades ao nível da construção/remodelação do parque escolar.

As estruturas físicas da Universidade dos Açores distribuem-se de forma tripolar, com os campus localizados nas cidades de Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel), Angra do Heroísmo (Terceira) e Horta (Ilha do Faial). Mais de quatro centenas de docentes e 3,3 mil alunos, dos quais 2/3 são do sexo feminino, desenvolvem a sua actividade na Universidade. Ao contrário do sistema de ensino oficial não universitário, que é dirigido e financiado por recursos financeiros com origem no Orçamento da Região, a Universidade dos Açores integra-se no sistema de ensino universitário nacional, embora ao nível de financiamento de novas infra-estruturas e equipamentos o Governo Regional tenha disponibilizado financiamentos com origem regional e comunitária, em ordem a promover as correspondentes obras de adequação.

Saúde

O serviço regional de saúde, ao nível dos equipamentos e das infra-estruturas, traduz a dispersão territorial da população pelos dezanove concelhos das nove ilhas dos Açores. Com efeito, se a população dos Açores não excede a de uma cidade média do território continental, esse efectivo populacional distribuído pelas nove ilhas obriga a um sistema complexo na organização do sector com consumo significativo de recursos financeiros.

A distribuição territorial dos equipamentos e serviços tende a dispersar-se pelos centros de saúde nas diversas ilhas, nomeadamente nas valências de medicina mais preventiva, e a densificar-se à volta das especialidades praticadas nos hospitais.

A citada dispersão obriga a uma certa multiplicação das infra-estruturas e equipamentos. Por exemplo, o número de camas nos hospitais regionais por milhar de residentes (7,2 camas) é superior ao dobro do valor do mesmo índice apurado para o resto do país. Porém ao nível dos profissionais que desenvolvem a sua actividade no território observa-se um menor peso do número de médicos por contrapartida do pessoal de enfermagem.

Indicadores de Saúde - 2007

	Enfermeiros/ 1000 hab.	Médicos/ 1000 hab.	Farmácias/ 1000 hab.
Açores	6,5	2,0	0,3
País	5,1	3,6	0,3

Fonte: SREA.

Além das 47 farmácias existentes em 2007, as unidades privadas registadas na Direcção Regional de Saúde incluem a oferta de cuidados de saúde prestados em clínicas e consultórios, laboratórios de análises e ginásios de fisioterapia e/ou reabilitação.

Para além das sempre necessárias obras de adaptação e modernização das estruturas de saúde, destaca-se pela oportunidade e necessidade a construção de um novo hospital na ilha Terceira, substituindo a antiga e desactualizada infra-estrutura existente.

Anualmente apura-se um volume elevado de despesa e de sobrecustos, substancialmente superiores aos que se verificam no espaço continental, em matéria de transporte de doentes inter-ilhas, por via aérea, para obtenção de cuidados diferenciados nos hospitais regionais, ou o movimento para o exterior do arquipélago para suprir falhas existentes ao nível de certas valências. As despesas associadas ao transporte de doentes assumem valores consideráveis, suportados pelo orçamento regional.

- ***Equilíbrio ambiental, valor a preservar***

Recursos Hídricos

As disponibilidades hídricas são, em termos médios, suficientes para satisfazer as necessidades da Região, embora se registem pontualmente alguns problemas quanto à degradação da qualidade das massas de água.

Os recursos hídricos superficiais são constituídos essencialmente por ribeiras, que reúnem na generalidade requisitos ambientais mínimos e pelas lagoas, com algumas situações de eutrofização, o que tem suscitado uma intervenção de correcção, a prosseguir no futuro.

As águas subterrâneas constituem a principal origem do abastecimento de água, satisfazendo cerca de 97% das necessidades. Não existem problemas acentuados de qualidade, embora, pontualmente, possam advir da sobre-exploração de aquíferos, com a consequente intrusão salina, do excesso de nitratos e da contaminação microbiológica relacionados com a poluição difusa, proporcionada pela exploração agro-pecuária. O nível de atendimento atinge praticamente os 100%. Subsistem alguns problemas de oferta em quantidade em alguns concelhos, no tratamento, na protecção das nascentes, nas perdas de água na adução e na distribuição e, em alguns concelhos, na necessidade de expandir/reabilitar as redes.

No caso particular das águas balneares, de um modo geral a maioria das zonas balneares apresenta uma qualidade de água bastante razoável, o que tem originado uma classificação adequada para ostentação de bandeira azul.

Saneamento

No que diz respeito à drenagem e tratamento de águas residuais, o modelo actual de gestão assenta na administração municipal, quer directamente, quer através de serviços municipalizados.

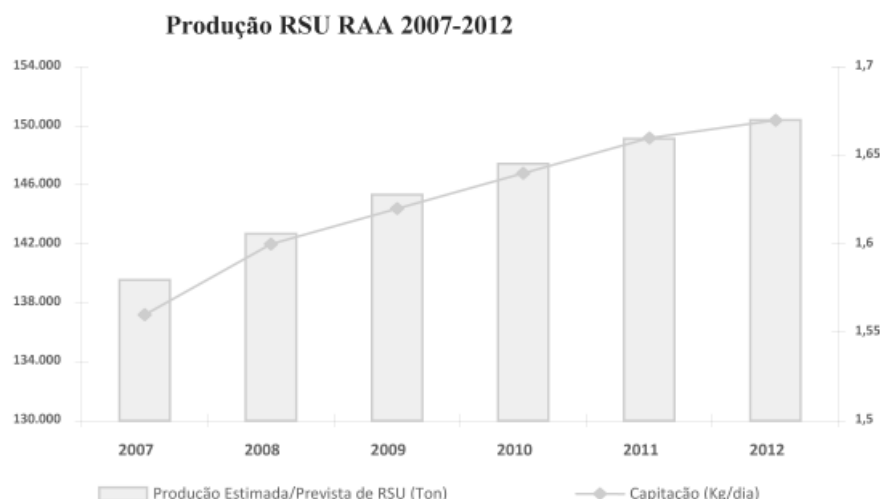
A implementação de infra-estruturas de saneamento básico associado às águas residuais tem registado progressos, mercê dos apoios comunitários, embora se registem ainda algumas limitações. Com efeito, cerca de 95% da totalidade das águas residuais drenadas na Região respeitam às ilhas de S. Miguel e Terceira, que por sua vez concentram mais de $\frac{3}{4}$ da população do arquipélago. A maior parte das águas domésticas associa-se aos usos domésticos e a estabelecimentos de comércio e serviços. Em termos de tratamento, as fossas sépticas colectivas constituem-se como o meio de tratamento de águas residuais mais comum na Região, em especial nos aglomerados urbanos de pequena dimensão.

Os níveis de atendimento não são suficientes. Estão disponíveis apoios financeiros com origem nos programas com co-financiamento comunitário para as autarquias locais melhorarem a situação.

Resíduos

A produção de resíduos sólidos urbanos tem aumentado, na razão directa do crescimento económico e também de outros fenómenos.

Estimam-se volumes de produção de resíduos sólidos urbanos próximos das 150 mil toneladas no final de vigência da actual legislatura, havendo orientações em ordem ao tratamento e destino final mais adequado.



A recolha selectiva tem vindo a aumentar progressivamente. Na RAA, o Sistema Ponto Verde proporciona uma cobertura a cerca de 212 000 habitantes, o que representa quase 88% da população. Para além do sistema de recolha porta-a-porta, as infra-estruturas de recolha associadas a este Sistema e distribuídas pelas quatro ilhas contabilizam um total de várias centenas de ecopontos.

Na Região foram elaborados diversos estudos e planos estratégicos que suportam as medidas de política pública dirigidas às principais tipologias de resíduos, incluindo os Industriais, dos quais cerca de 98% são resíduos industriais não perigosos; os hospitalares resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades de prestação de cuidados de saúde, em actividades de prevenção e diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras intervenções que envolvam procedimentos invasivos; os agrícolas e florestais, que não ultrapassam as 4,2 mil toneladas por ano, das quais apenas 21 toneladas podem ser consideradas como resíduos agrícolas perigosos e ainda os designados como os especiais, como sejam óleos usados (600 a 700 mil Kg/ano), as pilhas (cerca de 61 toneladas), os acumuladores (1,2 mil toneladas), as 3,2 mil toneladas de veículos em fim de vida, as 1,1 mil toneladas de pneus usados e ainda 4,7 mil toneladas relativas a equipamentos eléctricos e electrónico.

São várias as entidades gestoras de sistemas de fluxos de resíduos, com operadores licenciados nos Açores, que permitem estender às ilhas as soluções adequadas a determinadas tipologias de resíduos.

Qualidade do Ar

Os indicadores normalmente utilizados para a caracterização da qualidade do ar são o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), monóxido de carbono (CO) e partículas em suspensão. Existem outros poluentes, como o Ozono troposférico (O₃), que resultam de reacções químicas entre poluentes primários. Pelos dados disponíveis os valores observados na Região estão abaixo dos limiares apontados na legislação aplicável.

Conservação e Gestão da Natureza

Em termos da biodiversidade e relativamente à flora, estão identificadas 1020 plantas vasculares, sendo 302 nativas, das quais 39 têm estatuto de protecção. Das 66 espécies de flora endémicas dos Açores, 31 estão protegidas. Na RAA consideram-se com carácter invasor 17, das 702 espécies de flora exótica existente.

Estão identificadas cerca de 47 espécies de aves nos Açores, das quais 35 nidificam regularmente na Região, 5 são introduzidas, 25 residentes e 12 migradoras. Em relação aos mamíferos, ocorrem nos Açores de forma natural 27 espécies, das quais 25 são cetáceos e as restantes correspondem a 2 mamíferos terrestres. O grupo de organismos terrestres mais diverso, os artrópodes, também se encontra disperso em todas as ilhas dos Açores com 2209 espécies e subespécies contadas, pertencentes a 1433 géneros. Das espécies todas presentes contaram-se 267 endémicas.

O território regional funciona como um local de reprodução, crescimento e descanso para muitas espécies marinhas. Devido a esta riqueza em habitats e espécies marinhas nos Açores foram definidos na Rede Natura 2000 cerca de 8772,7 ha de áreas marinhas. Há registo de 460 espécies de peixes, distribuídas por 142 famílias, dado que revela a grande riqueza da ictiofauna açoriana.

As fontes hidrotermais dos Açores também têm sido objecto de variados estudos devido à sua grande riqueza a nível de ecossistemas e à sua raridade à escala mundial. Estes factos explicam o investimento que se tem vindo a desenvolver ao nível da proposta de criação de algumas Áreas Marinhas Protegidas centradas em fontes hidrotermais como o Menez Gwen ou o Lucky Strike.

A natureza vulcânica dos Açores explica a presença de uma grande quantidade de escoadas lávicas de natureza basáltica e de um património espeleológico muito diversificado. Conhecem-se actualmente 250 cavidades vulcânicas de diversos tipos, tais como tubos lávicos e algares vulcânicos, fendas e grutas de erosão, ocorrendo por vezes combinação de formas. Qualquer um dos tipos de cavidade vulcânica existente apresenta uma grande diversidade de habitats naturais e espécies únicas, tendo sido contadas cerca de 20 espécies endémicas troglóbias nas cavidades conhecidas.

A Rede Natura 2000 engloba 38 locais, com uma área de 50 685 ha, enquanto as áreas protegidas distribuem-se por 31 locais, ocupando uma área de 68 400 ha. Estão definidos 23 Sítios de Importância Comunitária (SIC), que abrangem uma área total de 34 478 ha, 15 Zonas de Protecção Especial (ZPE), com uma área de 16 197 ha. Estão em curso acções promovidas pela administração regional em ordem à promoção do estudo e valorização do património natural, incluindo a vigilância e monitorização de áreas de valor ambiental.

Prevenção de Riscos

Os potenciais riscos que afectam a Região estão são relativamente bem conhecidos e estão de uma maneira geral diagnosticados, sejam os de origem natural, como os tectónicos (sismos e fenómenos vulcânicos), os geomorfológicos (movimentos em massa, erosão costeira, inundações/enxurradas) e os climáticos (temporais), sejam ainda os de origem antropogénica (poluição marítima, dos aquíferos, entre outros).

O Serviço Regional de Protecção Civil, departamento do Governo Regional, coordena o sector, desenvolvendo projectos e implementando medidas, desde a promoção de uma rede de telecomunicações de emergência, passando pelo apoio à construção e reabilitação de quartéis, a aquisição de viaturas e de equipamentos de emergência, até à informação e sensibilização da população, e ainda a promoção de estudos diversos, recorrendo à assessoria técnico-científica com a Universidade dos Açores.

Recursos Energéticos Endógenos

A Região apresenta condições muito favoráveis para a produção de energia eléctrica a partir de recursos renováveis, em alternativa à queima de combustíveis derivados do petróleo nas centrais térmicas.

Para além dos fluidos geotérmicos de alta entalpia aproveitados de forma industrial em S. Miguel, que adicionados às outras formas de produção renovável cobrem perto de 50% das necessidades de produção total de electricidade na ilha, registam-se já valores interessantes do aproveitamento das energias hídrica e eólica nas restantes ilhas, com destaque para o peso que a hidroelectricidade tradicionalmente tem na ilhas das Flores. Há ainda um potencial a explorar e que está contemplado nos planos de investimento da empresa regional de electricidade.

Produção de Electricidade - 2007

	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	RAA
Produção total (GHw)	19,8	428,9	207,7	13,1	26,6	43,4	52,8	11,4	1,2	804,9
Produção renovável (%)	10,0	46,7	1,6	14,1	9,1	10,9	7,0	53,3	0,0	27,9

Fonte: EDA.

1.5 UMA VISÃO ESTRUTURADA E ESTRATÉGICA DO DIAGNÓSTICO

Em termos de finalização de um diagnóstico estratégico da situação regional, realiza-se um exercício de sistematização dos principais factores que condicionam o processo de desenvolvimento da Região no próximo futuro, devidamente orientado para os grandes desígnios estratégicos que presidem a esta legislatura e constam do Programa do X Governo dos Açores.

Identifica-se de seguida uma abordagem aos principais domínios analisados anteriormente, onde se evidenciará de forma sintética os pontos fortes a desenvolver, os fracos a corrigir e também as “ameaças” da envolvente externa, bem como as janelas e as oportunidades que o ambiente externo poderá abrir para os actores regionais do desenvolvimento.

As principais linhas de orientação da política económica e social, em termos gerais, e de investimento público, em particular, resultam da ponderação política entre as condicionantes do ambiente interno (pontos fortes e fracos) com o ambiente externo (oportunidades e ameaças).

As orientações de médio prazo orientam-se para o aproveitamento das situações de vantagem competitiva resultante da conjugação dos pontos fortes com oportunidades, da necessidade de robustecer a capacidade de defesa existente, face às ameaças da envolvente externa, da necessidade de reorientação de políticas para situações de oportunidades e finalmente de acompanhar e agir sobre uma situação de vulnerabilidade, decorrente da interacção entre um conjunto de pontos fracos a nível interno com ameaças da envolvente externa.

No quadro seguinte apresentam-se os principais pontos do balanço da situação regional analisada.

BALANÇO DA SITUAÇÃO REGIONAL

Pontos Fortes:

- Localização estratégica no Atlântico Norte, a “meio caminho” entre a Europa e a América.
- Organização política, administrativa e financeira própria, com capacidade de tomada de decisões e de implementação de políticas.
- Dinâmica demográfica, com população jovem
- Património Cultural específico e diferenciado
- Potencial económico associado ao aproveitamento dos recursos endógenos
- Disponibilidade de condições para o arranque efectivo de parcerias estratégicas entre as empresas, a universidade, os institutos públicos e a administração pública, visando a clusterização da produção económica.
- Um nível razoável de disponibilidade de infra-estruturas e equipamentos de base
- Uma ZEE extensa e uma boa imagem nacional e internacional ao nível da conservação da natureza e dos equilíbrios ambientais.
- Uma eventual e séria valorização do mar, no contexto da política nacional e comunitária.

Pontos Fracos:

- Isolamento e grande distância face aos continentes europeu e americano, com ausência de mercados de proximidade
- Potencial demográfico reduzido e repartido pelas parcelas.
- Grau de escolarização reduzido nos níveis mais elevados do sistema de ensino.
- Reduzida expressão de produções de natureza transaccionáveis e Fraca expressão das economias de escala e de aglomeração na produção económica.
- Fraco conteúdo tecnológico da produção e incipiente ligação entre as empresas, os centros de investigação e de inovação e a Universidade.
- Sobrecustos na exportação da produção económica regional, na movimentação das pessoas
- Debilidade na interacção entre o tecido empresarial e o sistema científico e tecnológico regional.
- Processo de extremo de globalização, acentuando da perifericidade da Região.

Pontos Fortes:

- Condições para o desenvolvimento de cooperação política e económica não só com os espaços tradicionais e com as comunidades, mas também com novos territórios.
- A manutenção das actuais condições, ou mesmo o seu reforço, em matéria de política regional europeia, designadamente no que concerne ao financiamento e aprofundamento do estatuto de região ultraperiférica.

Condições para o desenvolvimento de um sector turístico diferenciado e referenciado internacionalmente.

Pontos Fracos:

- Generalização dos factores psicológicos e reais da crise internacional, aumentando as dificuldades de exportação.
- Perda de população nas ilhas de menor dimensão.
- Eventual adopção de normas comunitárias restritivas e/ou penalizadoras da actividade económica regional.
- Alguma diversificação a nível internacional da oferta de produtos turísticos com relações qualidade/preço muito competitivas.
- Pressão sobre os sistemas ecológico e paisagístico e exposição a riscos naturais.

O diagnóstico estratégico combina elementos especiais características do território açoriano com a evolução socioeconómica que se tem vindo a verificar, enquadrada na actual situação e conjuntura nacional e internacional.

Os Açores apresentam um conjunto de singularidades que colocam um conjunto de exigências acrescidas no sentido de garantir níveis de qualidade de vida semelhantes aos existentes numa região que possuindo contiguidade territorial tem outras condições de desenvolvimento económico e social.

É neste contexto muito concreto que o X Governo dos Açores apresenta de seguida as principais orientações estratégicas, os objectivos de desenvolvimento e os traços gerais das políticas sectoriais e respectiva programação para os próximos 4 anos.

2. AS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO

2.1 UMA ESTRATÉGIA GLOBAL, VÁRIAS AGENDAS A CUMPRIR

Para o próximo quadriénio perspectivam-se algumas ameaças ao normal processo de desenvolvimento regional, oriundas de um ambiente externo marcado por uma recessão económica. Porém,

se os Açores deixaram de ser a região mais pobre e atrasada do país, apresentando-se em crescendo no contexto particular do posicionamento nacional na produção de riqueza por habitante,

se foram despistadas, já há alguns anos, as sucessivas perdas de população para a emigração, registando-se actualmente saldos migratórios positivos,

se o ritmo de criação líquida de postos de trabalho tem sido suficiente para a absorção do aumento do número de activos, apresentando em consequência uma taxa de desemprego razoável,

se foram estabilizados e reduzidos os focos de pobreza e de exclusão,

se diminuem as taxas de insucesso e de abandono escolar,

se a cobertura e a qualidade da oferta de bens e serviços públicos aumentaram em diversos domínios,

se o financiamento das políticas públicas promovidas na Região situou-se num plano de equilíbrio das finanças públicas e de contributo para o esforço nacional de contenção do défice,

se, em suma e ao fim ao cabo, são reais os progressos económico e social dos Açores,

em consequência a estratégia a prosseguir nesta conjuntura difícil tem de incorporar elementos de acção que não fragilize ou faça retroceder o estágio de desenvolvimento e as dinâmicas da sociedade açoriana.

As grandes linhas de orientação estratégica para o próximo quadriénio, para além dos aspectos principais a reter no campo da formulação, parametrização e monitorização das políticas com impacte mais prolongado, conferem uma certa importância a instrumentos e a pontos críticos de algumas medidas, em ordem a mitigar alguma pressão desfavorável do ambiente algo depressivo que nos envolve, designadamente no primeiro biénio deste período de programação.

Uma governação partilhada, mas firme, com rigor e eficiência na prossecução das políticas públicas, a adopção de mecanismos de parceria e de cooperação com um conjunto de instituições da sociedade civil que se vem afirmando nos Açores, nos domínios universitário e científico, no económico e na esfera social e da solidariedade, são elementos estratégicos na intervenção pública.

Serão combinadas e articuladas medidas dirigidas não só à expansão da actividade empresarial como também ao seu financiamento, defendendo os postos de trabalho, por um lado, reforçando, por outro lado, os mecanismos e instrumentos de solidariedade e de protecção social aos segmentos mais vulneráveis da população.

- ***Uma política económica activa***

No âmbito da Política Económica serão enfatizados os aspectos conducentes a uma política activa de Reforço da Competitividade da Base Produtiva Regional, procurando a modernização e a introdução de elementos de “clusterização” nos sectores tradicionais, as fileiras da agro-pecuária e da pesca, alavancando o novo pilar da base económica, o Turismo, apoiando paralelamente a diversificação da produção económica, através do apoio a acções empreendedoras oriundas da sociedade.

Estas linhas de orientação complementam-se com a criação de infra-estruturas e de equipamentos proporcionadores de economias externas às unidades produtivas, e também uma intervenção com uma dimensão imaterial importante para a afirmação da competitividade dos produtos, através da qualidade e de marcas reconhecidas, o estabelecimento de parcerias estratégicas entre sectores privado e público, incluindo a cooperação com outras entidades públicas, no domínio da investigação e da inovação.

Este quadro de intervenção será devidamente articulado com o reforço e a facilitação do apoio financeiro às empresas, seja através dos sistemas de incentivos ao investimento, seja através de novos instrumentos de financiamento, em ordem a estabilizar a produção económica do sector empresarial privado, com repercussão na vertente da defesa do emprego.

- *Uma política e uma agenda orientadas para a coesão*

No domínio da Política Social, as grandes linhas de força da intervenção pública concretizam-se na valorização do equilíbrio e da coesão social, com especial destaque para a qualificação, a defesa do emprego e a solidariedade social.

Especial importância será conferida à qualificação dos açorianos e à eficácia e eficiência do sistema público de ensino, monitorizado por variáveis relacionadas com o aproveitamento escolar e o abandono escolar.

A necessidade de evitar qualquer efeito dos sinais externos emitidos pela conjuntura externa, a taxa de desocupação involuntária de activos na Região será acompanhada por políticas activas de fomento de emprego em ordem a não se ultrapassar um tecto máximo de 6 a 7% da população activa.

Aos sectores da solidariedade social e da saúde será conferida especial prioridade ao alargamento e qualidade dos serviços e apoios prestados, no quadro da utilização eficiente dos recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis. Os indicadores que apontam uma fruição crescente das redes regionais de equipamentos culturais e desportivos avaliarão o retorno dos investimentos realizados.

- *A operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de base, observando a qualidade ambiental*

O diagnóstico evidenciou algumas áreas de intervenção em matéria de defesa e valorização ambiental, onde os instrumentos de ordenamento e planeamento estão prontos e orientarão a intervenção pública.

Em todo este conjunto de instrumentos se definem objectivos e metas que serão observadas, em especial aquelas que se relacionam com o cumprimento de directivas comunitárias, obviando a situações penalizadoras de incumprimento. Havendo alguns domínios que integram outros níveis da administração pública serão estabelecidas plataformas estratégicas de cooperação técnica e financeira em ordem a se cumprirem os objectivos fixados.

Será priorizada a intervenção no ordenamento, requalificação e a eficiência dos sistemas terrestres, marítimos e aéreos.

O nível de utilização dos recursos endógenos na produção de energia será monitorizado, em articulação com a empresa regional, no quadro das metas definidas em matéria de penetração das renováveis na produção de electricidade.

- *Equilíbrio financeiro e eficiência na acção governativa*

Em matéria de Governação, serão acelerados processos conducentes a uma maior eficiência administrativa, passando pela combinação da simplificação e desmaterialização dos procedimentos, pelo aumento da taxa de penetração de práticas de e-government, com o recurso intensivo às tecnologias de informação e à formação e actualização dos funcionários, introduzindo elementos novos de avaliação dos recursos humanos e das próprias unidades orgânicas.

No quadro do financiamento da actividade governamental, os limites passam pela parametrização dos saldos financeiros que se pretendem na senda do equilíbrio. As taxas de execução dos instrumentos de planeamento e de programação com participação comunitária constituem-se como referência, não só do grau de concretização de medidas de política pública, como também informação da capacidade de absorção dos financiamentos disponíveis.

2.2 A DEFINIÇÃO DOS GRANDES OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO

Em linha com o programa do X Governo dos Açores para a legislatura, coerente com as respostas devidas ao diagnóstico estratégico realizado, apoiando-se nas linhas e orientações estratégicas enunciadas, e ainda, dando corpo e substância aos compromissos assumidos com a Comissão Europeia em matéria de programação da política regional 2007-2013, definem-se os seguintes grandes Objectivos de Desenvolvimento.

- MELHORAR AS QUALIFICAÇÕES E AS COMPETÊNCIAS DOS
AÇORIANOS

Qualificar os açorianos constitui-se como a via mais sustentada a médio prazo para um rumo de progresso e desenvolvimento da Região. A este objectivo geral associam-se preferencialmente as políticas sectoriais a desenvolver no âmbito da Educação e Formação, da Cultura, da Juventude, da Qualificação Profissional, do Desporto e Informação e Comunicação Institucional.

- PROMOVER O CRESCIMENTO SUSTENTADO DA
ECONOMIA

Uma agenda orientada para a competitividade da economia regional, em articulação com instrumentos de regulação conjuntural, poderá manter a senda do crescimento económico de forma sustentada, dentro das propostas genéricas da Agenda de Lisboa revista.

A este objectivo geral associam-se as políticas sectoriais a executar nos sectores da Agricultura e Florestas, Pescas, Indústria, Comércio e Exportação, Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado.

- REFORÇAR A SOLIDARIEDADE E A COESÃO SOCIAL

Para além da eficiência desejável dos sistemas e serviços públicos de apoio e protecção social, haverá neste ciclo de planeamento que articular as medidas de política com intervenções minimizadoras do eventual impacte mais forte da crise externa.

São associados a este objectivo as políticas a desenvolver no domínio da Saúde, da Solidariedade e Integração Social, Igualdade de Oportunidades e Habitação.

- GERIR COM EFICIÊNCIA O TERRITÓRIO, PROMOVEDO A QUALIDADE AMBIENTAL

Este objectivo não se esgota exclusivamente na satisfação de compromissos e metas definidas a nível comunitário, mas principalmente para dotar o território das infra-estruturas de base adequadas ao funcionamento dos sistemas social e económico e também preservar o equilíbrio ambiental, valor importante e estratégico na política regional. Para isso, são associadas as políticas a desenvolver em matérias como o Ordenamento, Sistemas de Informação Geográfica, Prevenção de Riscos e Protecção Civil, Ambiente e Recursos Naturais, Eficiência Energética e Acessibilidades.

- QUALIFICAR A GESTÃO PÚBLICA E A COOPERAÇÃO

Modernização Administrativa, Programação e Financiamento Público, os novos apoios financeiros às empresas para a coesão e ainda Cooperação Externa, são áreas de incidência das políticas e respectivas medidas a promover no quadriénio, em direcção a aumento da eficiência dos sistemas de governação pública nos Açores.

2.3 AS METAS DE DESENVOLVIMENTO

A partilha de informação fiável, oportuna e ajustada constitui um pilar fundamental do modelo de governação regional associado à execução dos planos de investimento público, em particular, mas também do quadro das políticas em geral.

A monitorização da execução dos planos focalizou-se, como é normal, na execução financeira e material das acções inscritas. Porém, haverá que introduzir alguma métrica para algumas variáveis, em ordem a se conhecer, detectar e parametrizar a evolução da situação social e económica regional, em que se enquadra e se realizam as políticas e os investimentos públicos.

O aparelho estatístico e outras fontes disponibilizam actualmente para a Região, de forma aberta e atempada, informações e dados em múltiplos domínios e áreas da realidade açoriana.

Tendo em atenção algumas das questões nucleares que o diagnóstico prospectivo apresentado no documento destacou, e também uma necessidade de percepção e de análise justa e coerente sobre a evolução desejável, foram seleccionadas algumas variáveis que se apresentam no quadro seguinte, fixando de forma realista, as metas para atender no final do actual período de programação de médio prazo.

Estas variáveis introduzem elementos de acompanhamento de natureza macro, como seja o processo de convergência real medido pela capitação do produto interno bruto regional, no quadro da Europa comunitária, como também questões do mercado de trabalho, onde, na actual conjuntura, a evolução da taxa de desemprego é evidentemente escrutinada, não neste contexto de médio prazo, mas em períodos temporais mais curtos e em outra sede. Por outro lado, apresenta-se adicionalmente um conjunto de variáveis com uma natureza mais sectorial, mas que poderão evidenciar alguns elementos de evolução em domínios estratégicos e críticos da realidade regional.

Indicadores	Unidade	Fonte	Ano de referência	Situação de Partida	Meta 2012
População residente	n.º	SREA	2001	241 763	249 000*
Aproveitamento escolar - 12.º ano	%	DRE	2006/2007	68,5	73 - 75
Nível de escolaridade completo da pop. Activa - com ensino secundário	%	DRE	2007	13,6	15 - 17
Produto Interno Bruto - Índice (UE 27=100)		INE	2007	68	72
População Activa	1000 indivíduos	SREA	2007	112	119 - 120
Taxa de actividade Feminina	%	SREA	2007	36,0	39 - 40
Rendimento de Inserção Social (beneficiários c/ requerimento de RMG e RSI activo)	1000 indivíduos	MTSS	2007	17	14 - 15
Peso relativo da produção de queijo no total dos produtos lácteos	%	SREA	2007	56,8	60
Dormidas na Hotelaria	1000 dormidas	SREA	2007	1 291	1 500
Proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente	%	SREA	2005	6,5	15 - 20
Movimento marítimo de mercadorias	1000 ton.	SREA	2007	3 050	3 400 - 3 500
Movimento passageiros nos aeroportos	1000 indivíduos	SREA	2007	1 798	2 000 - 2 100
Valorização do pescado em lota c/ exclusão dos tunídeos	€/Kg	SREA	2007	4,9	6 - 7

* INE, Projecções da População Residente - Cenário base

INE - Instituto Nacional de Estatística; SREA - Serviço Regional de Estatística; DRE - Direcção Regional de Educação; MTSS - Ministério do Trabalho e Segurança Social

3. AS POLÍTICAS SECTORIAIS

AS MEDIDAS DE POLÍTICA DE INVESTIMENTO PÚBLICO

Neste ponto serão explanadas as principais linhas de política pública para os diversos sectores e domínios de intervenção, estruturando-se a sua apresentação pelos grandes objectivos de desenvolvimento fixados para o quadriénio 2009-2012.

- *Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos*

Educação

A Educação é um sector privilegiado em termos de investimento já que ela constitui um desafio dinâmico capaz de alterar paradigmas, comportamentos e hábitos geracionais, contribuindo para a criação de uma massa crítica tão necessária para o desenvolvimento, progresso e modernização de qualquer região nos dias de hoje.

A política educativa nos Açores, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se em cumprimento de objectivos definidos como prioritários cujo enfoque se centrou no aumento do nível de educação da população, na redução do analfabetismo e da iliteracia, no combate ao absentismo e ao insucesso e abandono escolares, no desenvolvimento de um currículo regional, complementar do currículo nacional, no desenvolvimento e generalização do ensino profissional e de forma mais objectiva na construção de infra-estruturas educativas, na renovação e requalificação do parque escolar, passando pela modernização dos equipamentos e pela organização e gestão administrativa das unidades orgânicas.

Passada que está esta fase, importa agora consolidar as medidas já implementadas e definir novos objectivos prioritários que se centrem na melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem privilegiando a eficácia do acto educativo e formativo.

Assim sendo, as grandes medidas para a Educação desenvolvem-se e concretizam-se através deste plano a médio prazo em perfeita articulação com o programa do governo.

Neste sentido, as prioridades de investimento para este sector e para o próximo quadriénio são as seguintes:

- Construir uma rede de informação em linha que integre todas as escolas da Região, públicas, privadas e cooperativas;

- Criar condições para possibilitar o acesso directo, por via informática, de todas as escolas aos fundos bibliográficos e aos catálogos de todas as bibliotecas, arquivos e museus regionais, bem como às principais bibliotecas, arquivos e museus nacionais;
- Disponibilizar, gratuitamente, de forma progressiva, os manuais escolares para o 1º ciclo do ensino básico promovendo assim uma maior coesão social, significando para os encarregados de educação uma redução significativa das despesas anuais com a aquisição de materiais escolares;
- Criar programas de mobilidade de alunos inter-ilhas, em regime de troca de ambiente familiar;
- Dar corpo a um grupo de trabalho para aprofundar o desenvolvimento e a operacionalização do currículo regional, de modo a incluir no sistema educativo conteúdos que promovam e valorizem, em simultâneo, a diversidade e a unidade dos valores identitários de “Ilha”, de “Região” e de “País”;
- Reforçar as relações directas entre a educação e as principais linhas de desenvolvimento estratégico da Região, com o objectivo de criar massa crítica regional como garantia de sustentabilidade futura da região;
- Promover o estabelecimento de parcerias e protocolos entre as escolas, designadamente as escolas profissionais, e organismos regionais e empresas, públicos ou privados, com vista a uma melhor integração da escola no contexto regional;
- Consolidar o processo de autoavaliação e de avaliação externa das escolas como estratégia para melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Educativo Regional;
- Valorizar a profissão e as funções docentes;
- Promover a educação ao longo da vida, como factor da formação pessoal e da actualização de saberes dos cidadãos, no contexto de uma política sustentada que promova o desenvolvimento das competências individuais;
- Favorecer as condições para o reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da vida, através das vias informais ou outras, valorizando a experiência e os saberes auto construídos;
- Continuar a executar a carta escolar dando seguimento ao programa de construções escolares e requalificação de infra-estruturas educativas, bem como à modernização de equipamentos que se encontrem obsoletos;
- Estabelecer protocolos com a Universidade dos Açores em matérias que, pela sua especificidade, possam constituir um factor de atracção para a Região, de massa crítica e de competências científicas altamente especializadas e prestigiadas a nível nacional e internacional;

Cultura

Dar-se-á seguimento a uma estratégia continuada de qualificação da actividade e do património culturais como factores incontornáveis de valorização da sociedade açoriana.

As prioridades da política cultural para o próximo quadriénio visam a gestão equilibrada do património cultural, nas suas várias expressões, em harmonia com o património natural da Região,

num diálogo permanente entre as tradições centenárias, profundamente enraizadas nas populações das ilhas e matriz fundamental da sua forma de estar no mundo, com uma atitude de permanente renovação e de aposta no Futuro.

A renovação e a produção de novos bens culturais assentam na consciencialização, reflectida nas opções do Plano para a Cultura, da importância vital de que estes se revestem enquanto aposta no Futuro, expressos quer nos novos equipamentos imóveis para a prática cultural, quer em iniciativas de estímulo à criação no domínio do imaterial, que, deste modo, contribuem para afirmar a capacidade criadora e intelectual dos açorianos no contexto das sociedades contemporâneas.

Uma das marcas mais destacadas das acções para Cultura nesta legislatura é a consolidação da rede de equipamentos para a prática cultural, cujo relevante investimento, em termos orçamentais, constitui um sinal inequívoco da importância da aposta na requalificação estrutural dos equipamentos para a cultura, enquanto factores de dinamização da actividade e dos consumos culturais.

A concretização de novas obras que marcarão indelevelmente esta legislatura, como a nova Biblioteca Pública e Arquivo Regional da Angra do Heroísmo e o Centro de Arte Contemporânea na Ribeira Grande, a reformulação do Museu de S. Jorge, a ampliação do Museu da Graciosa, o investimento num Centro Cultural Multiusos no Corvo, a reconversão do Recolhimento de Santa Bárbara, as intervenções museográficas e de manutenção em todos os Museus da Região, para além da criação da Casa Manuel de Arriaga no Faial - um tributo à República no seu Centenário - e da futura criação de um Museu da Autonomia, todos estes projectos reflectem a importância do investimento a médio e longo prazo no sector cultural, que deixará frutos para as próximas gerações.

As parcerias estabelecidas e os co-financiamentos no âmbito de fundos comunitários alargam a possibilidade de concretizações de algumas acções e contribuem para uma maior eficácia dos propósitos de coesão regional e nacional, onde a Cultura desempenha um papel determinante como referência de desenvolvimento social.

A formação de novos públicos e a interacção de iniciativas culturais com a Educação, o Turismo e o Ambiente são também uma preocupação na estratégia da política cultural, que confirmam a transversalidade da acção da Cultura nos mais diversos sectores da vida dos cidadãos açorianos.

Juventude

Os Açores são uma das regiões mais jovens da União Europeia e, se considerarmos que mais de 50.000 jovens se encontram inscritos nos diferentes dispositivos de educação e formação, entre o primeiro ano de escolaridade e o último de licenciatura, verificamos o enorme potencial humano que a nossa Região possui.

A riqueza que constitui o universo etário juvenil incorpora a definição de políticas transversais com medidas e propostas em todas as áreas de governação, o que se consolidará em ganhos para um papel mais preponderante e consolidado dos segmentos mais jovens na estrutura social, económica e cultural da Região. Tudo isto levanta novos desafios, que terão como palavras-chave Participação e Emancipação.

Assim, e tendo em consideração os dois grandes eixos de intervenção na área da juventude, as grandes linhas de orientação estratégica, para os próximos quatro anos, assentam nos seguintes objectivos: 1. Garantir a integração dos jovens na definição das políticas públicas de juventude assegurando a sua participação; 2. Reforçar o incentivo à criatividade e empreendedorismo dos jovens; 3. Aumentar a participação cívica dos jovens promovendo a consciência da açorianidade e da sua relação com o mundo; 4. Personalizar a relação dos Jovens com o Governo dos Açores; 5. desenvolver e reforçar os mecanismos de emancipação dos jovens açorianos.

Com a definição destes objectivos estratégicos, o Governo dos Açores levará a cabo, em parceria com instituições da sociedade civil, a implementação de medidas que visem a prossecução de todos esses objectivos.

Como primeiro destaque, temos a concepção e implementação do Plano Geral da Juventude que, de uma forma prospectiva e atendendo à aplicação de metodologias de avaliação ex-ante, tenderá a agrupar num único documento orientador todos os projectos, programas, acções e planos que possam ter impacto na juventude açoriana. Por esta via, e porque o envolvimento dos municípios açorianos na definição e concretização das políticas de juventude é cada vez mais necessário e urgente, é intenção do governo conceber e implementar planos sectoriais de actuação, numa lógica de desenvolvimento de geometria variável.

Em outro nível de actuação, a implementação do Sistema de Informação aos Jovens dos Açores merece destaque pois, ao fim de dez anos de trabalho nesta área, chegou a altura de evoluirmos para outros patamares de actuação. Assim, e de acordo com o Programa de Governo, promover-se-á, em conjunto com vários departamentos, a articulação e, quando necessário a fusão, dos diversos equipamentos públicos que promovam a disponibilização de informação aos jovens açorianos, sempre com a perspectiva de oferecermos mais informação, com mais qualidade, descobrindo novas oportunidades e colaborando com os jovens na definição do seu projecto pessoal de vida. Esta medida agregadora, será compatibilizada com a optimização dos programas de discriminação positiva orientados para os jovens das ilhas com necessidades especiais e com problemas de consolidação demográficos, bem como o desenvolvimento de projectos de parceria de inclusão e participação dos jovens oriundos de zonas mais vulneráveis ao risco de exclusão. Tudo isto monitorizado através do Observatório de Juventude dos Açores.

Como o Governo acredita que os Açores são um local especial para fazer pontes entre vários mundos; e porque a juventude açoriana demonstra, dia após dia, que é capaz de ombrear com outros jovens da Europa aonde nos inserirmos, será reforçada a presença dos jovens na Europa, em especial nas redes europeias Eryca, Eurodesk, SVE, entre outros, potenciando, igualmente, o contributo açoriano em fóruns e mecanismos de participação e decisão europeus. Tudo isto, interligado com a aposta constante nos programas de mobilidade interna e externa.

Outra área estratégica será a do incentivo à criatividade e empreendedorismo. Aqui, para além da articulação com outros programas do Governo potenciadores do surgimento de projectos ao nível empresarial, será lançada a rede de oficinas de criação, que optimizando recursos já existentes, irá confluir num único conceito vários equipamentos que já trabalham nesta área de actuação. Assim, e na

sequência destes novos projectos, será reforçado o uso das metodologias da educação não formal, criando um sistema de validação e reconhecimento de competências adquiridas por esta via.

Por outro lado, e porque reconhecemos que as formas de participação dos jovens açorianos estão a mudar rapidamente, é intenção regulamentar o SIAJ – Sistema de Apoio ao Associativismo Juvenil –, que dará primazia ao surgimento de projectos sociais verdadeiramente empreendedores. Outra novidade é o surgimento do projecto Fórum Jovem que, em parceria com diversas instituições e utilizando as diversas plataformas de comunicação existentes, dará especial enfoque à participação informal da juventude açoriana.

Qualificação Profissional

A acção das políticas públicas para o emprego para este período de programação é estruturado, por um lado, por uma actuação forte, multifacetada e diversificada, e o mais individualizada possível, sobre a empregabilidade dos açorianos, e, por outro lado, por uma actuação intensa sobre as condições, junto das empresas, de criação e de manutenção de emprego, privilegiando acções que visam a criação de emprego de qualidade ou a transformação de emprego não qualificado em emprego qualificado.

Como políticas activas para a empregabilidade das pessoas, impõem-se aqui políticas de formação profissional inicial, políticas de qualificação e de valorização profissional dos trabalhadores, bem como políticas de qualificação pertinente dos desempregados, sendo estas políticas consideradas, assim, como políticas que visam a melhoria das condições estruturais da criação de emprego.

Assim, encontram-se aqui contidas vários pilares desta política para o emprego e a empregabilidade.

Em primeiro lugar, um leque de acções que visam a qualificação pertinente dos trabalhadores que permita melhorar ao mesmo tempo uma maior segurança no percurso profissional que atravessam, bem como proporcionar uma valorização das suas carreiras. Neste leque de acções para a qualificação também é disponibilizado às empresas a criação de condições de uma melhoria da sua competitividade e da qualidade da sua organização, financiando planos de qualificação dos trabalhadores associados a acções de consultoria estratégica das empresas.

Como elemento fundamental das políticas para a empregabilidade, também é tida em consideração a acção concertada para o desenvolvimento de uma maior capacitação para o emprego de público fragilizado. Por outro lado, são reforçadas as estratégias de transição para o mundo do trabalho, em particular os planos de estágio para licenciados e os planos de estágio no estrangeiro.

Um outro pilar importante é a abordagem intervenção social para a empregabilidade de público fragilizado.

Merece também particular atenção as acções para minimizar os efeitos sociais do desemprego tais como os programas do Mercado Social de Emprego, bem como um leque de medidas para a melhoria das condições laborais, visando melhorar as condições de trabalho dos activos açorianos

Desporto

A política desportiva açoriana tem seguido um rumo estável centrado num grande objectivo, a democratização da prática desportiva, mantendo como estratégia fundamental uma relação directa de

apoio e franca colaboração com os parceiros do processo de desenvolvimento desportivo, as entidades do movimento associativo desportivo, as escolas e autarquias.

Consolidada a sua posição como a região do País com o maior número de atletas federados relativamente à população residente, importa, manter o nível de investimento na construção e requalificação das instalações desportivas, procurando a obtenção de resultados de excelência e continuar a desenvolver políticas de apoio à formação e qualificação desportiva dos nossos jovens.

Por outro lado pretende-se reforçar as políticas que favoreçam a prática da actividade física e desportiva associada à saúde em todas as idades.

Com o propósito de melhorar a competitividade do movimento associativo será posto em prática um projecto de formação de dirigentes desportivos.

As orientações estratégicas para o investimento público para o período terão por base o aumento da prática do desporto federado e das actividades físicas e desportivas da população açoriana, o alargamento da oferta e a melhoria da qualidade das instalações de prática desportiva; o crescimento do número de agentes desportivos não praticantes e melhorar a qualidade da sua intervenção; o reforço da posição do desporto açoriano no contexto nacional e internacional; a promoção da melhoria da organização e gestão do movimento associativo; e finalmente, mas não menos importante, a promoção e o aumento da prática do desporto escolar.

Informação e Comunicação

Reforça-se a prioridade para o aperfeiçoamento constante da comunicação jurídico-institucional entre a Administração e o Cidadão, privilegiando, entre outras formas e meios, a comunicação através do Portal do Governo e do Jornal Oficial Electrónico.

Por outro lado, reconhecendo-se a importância e o papel dos órgãos de comunicação social na informação, na formação e na participação cívica dos indivíduos e da sociedade em geral, desenvolvem-se medidas de política que visarão apoiar a capacidade produtiva, a inovação e a emissão dos diversos órgãos de comunicação social regionais através do apoio à modernização tecnológica e à difusão informativa, do fomento da qualificação e valorização profissionais dos agentes de comunicação social e do estímulo à diversificação e projecção dos mesmos no contexto regional, nacional e internacional.

- *Promover o Crescimento Sustentado da Economia*

Agricultura

A actividade agrícola nos Açores é um factor determinante para a sua economia, de forma directa e indirecta, bem como para o rendimento e bem-estar da população.

As Orientações a Médio Prazo prevêem intervenções específicas para garantir a competitividade do sector, por um lado, e a valorização do Mundo Rural, por outro, considerando estes dois aspectos como as duas grandes dimensões, que se complementam.

A realização de intervenções nas infra-estruturas públicas que servem de base para o desenvolvimento agrícola e florestal da Região constituem uma aposta muito significativa neste período de programação. Estão neste âmbito a reestruturação fundiária com investimentos em caminhos agrícolas, rurais e florestais, abastecimento de água e de energia eléctrica às explorações, bem como os investimentos em infra-estruturas de abate e de sanidade.

A sanidade animal e vegetal será outro pilar da acção pública onde, a par das intervenções nas infra-estruturas públicas fitossanitárias, sobressaem os planos de vigilância e combate sanitários e da certificação sanitária dos produtos, contribuindo inequivocamente para o cumprimento das normas internacionais e para a melhoria do bem-estar animal e da segurança alimentar.

Com vista à difusão de conhecimento desenvolver-se-ão acções de âmbito mais alargado de experimentação e divulgação agrárias de onde sobressaem a elaboração de manuais de boas práticas, a elaboração de programas televisivos, de sessões técnicas de esclarecimento e de feiras.

Numa clara aposta ao apoio personalizado à melhoria do desempenho técnico-económico das explorações agrícolas, destacam-se as acções de valorização e qualificação profissional dos agricultores, o reforço das acções de vulgarização e extensão rural nas explorações e da implementação de serviços de gestão e aconselhamento às explorações agrícolas.

Os incentivos ao investimento privado nas explorações, à instalação de jovens agricultores, à reforma antecipada e à compra de terras agrícolas constituirão instrumentos de acção importantes para continuar a reestruturação das explorações, o rejuvenescimento do tecido produtivo, a melhoria das condições de produção e de trabalho e, assim, da competitividade.

O desenvolvimento de acções de resgate da quantidade de referência, possibilitará a afectação de mais quota leiteira para os produtores mais produtivos, tornando as explorações leiteiras mais viáveis e permitindo acelerar a reestruturação da fileira do leite.

O apoio às organizações de produtores permitirá melhorar o seu nível técnico, contribuindo para a sua viabilidade e serviços prestados aos agricultores.

De forma a reforçar a capacidade de execução financeira e o acesso das explorações ao crédito financeiro criar-se-á um programa complementar aos projectos de investimento destinado a eliminar os custos intercalares entre o investimento e o reembolso das despesas.

Com vista ao aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais continuar-se-á a promover a renovação e competitividade na área da Indústria agro-alimentar, através de incentivos aos projectos de modernização em unidades industriais, bem como ao escoamento da sua produção e regularização de mercado.

Com vista à valorização dos produtos açorianos apostar-se-á também nas acções de promoção dentro e fora dos Açores, de onde se destaca o Plano Operacional de Marketing e a construção de parques de

exposições agro-comerciais, que possibilitarão a organização e requalificação dos eventos promocionais na Região.

Ao nível da valorização do Mundo Rural, desenvolver-se-ão acções que visem a diversificação da economia e a gestão sustentável dos recursos naturais baseadas na valorização da tradição, dos saberes e do património.

Assim, apoiar-se-á a diversificação económica através do apoio às culturas tradicionais e a actividades não agrícolas, como as actividades turísticas e a criação de serviços básicos para a economia das populações e valorização do património natural, inseridas nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Paralelamente, assegurar-se-ão os investimentos na floresta, através da produção de plantas florestais para projectos de arborização, da continuação do Programa de Melhoramento Florestal dos Açores e no desenvolvimento do Plano de Ordenamento da Floresta Açoriana e do Plano de Sanidade Florestal. No âmbito destas actividades destaca-se a criação do Centro de Multiplicação de Plantas e de um projecto-piloto de gestão florestal sustentável.

Promover-se-á a preservação e valorização do ambiente e da paisagem rural, nomeadamente através de medidas que visam manter a actividade agrícola, valorizar o esforço agro-ambiental de extensificação da produção pecuária e preservação de raças, culturas agrícolas tradicionais e de áreas inseridas na rede Natura 2000.

Assegurar-se-á igualmente a gestão, manutenção, valorização e requalificação das Reservas Florestais de Recreio da Região que contribuem para o bem-estar das populações, sensibilização ambiental e actividades turísticas.

As intervenções ao nível da cinegética e da pesca em águas interiores são igualmente estruturantes para estas actividades, destacando-se a produção de espécies cinegéticas e piscícolas para repovoamentos, o reforço da capacidade de fiscalização e os estudos sobre a bioecologia e gestão de espécies cinegéticas.

Pesca

O sector regional das pescas constitui uma das nossas principais fontes de exploração do mar, representando uma relevante fonte de alimentação, uma importante actividade económica e uma fonte de emprego com impacte social significativo e que promove o desenvolvimento das nossas zonas costeiras.

As actividades relacionadas com a fileira das pescas ao proporcionarem alimentos saudáveis e saborosos, garantem não só a segurança do nosso auto-abastecimento alimentar, como constituem um potencial económico e de exportação de produtos de marca da nossa Região.

O programa de desenvolvimento do sector das pescas para este quadriénio assenta assim em quatro grandes objectivos - valorização económica, sustentabilidade da actividade, valorização das profissões do sector e requalificação da frota e das infra-estruturas de apoio.

A tendência dos mercados é de valorizar o pescado selvagem, em todas as suas formas de comercialização, pelo que iremos apostar, nesta legislatura, no aumento da qualidade do pescado, na utilização de novas técnicas de conservação e novas formas de apresentação ao consumidor, para criar mais valias económicas em toda a fileira da pesca.

O aumento da procura de produtos naturais provenientes do mar, como é o caso do nosso pescado, continuará a valorizar economicamente a actividade piscatória da nossa frota, que entretanto deverá diversificar a sua actividade para pescar outras espécies que ainda não estão a ser exploradas comercialmente, para aproveitarmos todo o potencial da nossa ZEE.

No entanto, como nestes últimos anos, os nossos próprios profissionais têm tomado cada vez mais consciência da esgotabilidade dos nossos recursos haliêuticos, é fundamental que seja aumentado o controlo e a gestão do sector da captura, de forma a que seja garantida a auto-renovação dos nossos recursos piscatórios e a protecção dos nossos ecossistemas marinhos, para que as nossas gerações futuras possam continuar a usufruir desta importante fonte de rendimentos.

Para que consigamos atingir esse objectivo é fundamental continuar a aprofundar, neste período, a descentralização e a partilha de tarefas, no âmbito da gestão dos recursos marinhos, entre a administração regional, os produtores e cientistas, para que se possa pescar cada vez mais racionalmente e mais responsabilmente. Ou seja, é necessário cada vez pescar melhor e pescar melhor não significa pescar mais, mas sim pescar de uma maneira mais sustentável e mais organizada, que não sobre-explore os recursos e que permita valorizar ao máximo as capturas, de forma a que os nossos produtores vendam em lota as espécies com tamanho adequado e nos períodos em que o mercado tenha maior procura.

A fragilidade biológica da nossa ZEE, obriga a que continuemos, de forma articulada com os parceiros do sector, a lutar pela restauração do limite das 200 milhas para reserva da nossa frota, dado que a solução que actualmente existe no âmbito da politica comum de pescas europeia não é suficiente para acautelar o objectivo de uma gestão de recursos precaucionária e sustentável, nem garante a estabilidade das capturas à nossa comunidade piscatória.

É pela importância estratégica que este património pesqueiro representa para a Região que o Governo Regional continuará a bater-se, em todas as instâncias comunitárias, por um regime de protecção especial da nossa ZEE.

O equilíbrio entre a rentabilidade e a sustentabilidade do sector das pescas, também passa pelo controlo da actividade de captura nas nossas costas e no mar. A Inspeção Regional das Pescas, não só continuará a incrementar as acções de fiscalização no nosso arquipélago, como intensificará a coordenação e o planeamento conjunto de acções de fiscalização para serem executadas por entidades nacionais com responsabilidades nesta área.

No âmbito da formação profissional, a ampliação das competências regionais no âmbito da certificação de marítimos, permitirá intensificar, de forma desconcentrada, em cada ilha, a formação dos nossos pescadores, como também possibilitará criar uma carreira na actividade da pesca que esteja perfeitamente de acordo com a nossa especificidade insular e que agilizará o acesso à profissão de pescador.

Para continuarmos o crescimento da produtividade e da competitividade dos nossos pescadores é absolutamente necessário aproveitarmos a oportunidade única que a Região conseguiu junto da União Europeia de podermos continuar a prosseguir a renovação da nossa frota de pesca neste período, com base num plano de construção de novas embarcações que trabalhámos em conjunto com as associações da pesca e apresentámos à Comissão Europeia no final de 2008.

A grande adesão dos nossos armadores a este programa de construção garante a criação de melhores condições de segurança, de habitabilidade e de autonomia às embarcações de pesca dos Açores nos próximos anos. O nosso objectivo não é aumentar o esforço de pesca, mas sim o desenvolvimento e modernização da frota de forma a garantir a salvaguarda da vida humana no mar e as condições de trabalho adequadas e assim promover mais emprego com qualidade e criar mais condições para a valorização do pescado capturado.

Progredimos evidentemente muito, nestes últimos anos, nas condições que proporcionamos aos nossos pescadores nas áreas portuárias, mas queremos continuar a reforma da nossa rede regional de portos, porque quanto melhores forem as condições oferecidas aos nossos pescadores, mais reforçada sairá a competitividade e a produtividade da nossa actividade pesqueira.

No âmbito da valorização comercial do pescado da nossa Região proceder-se-á também a uma profunda reforma da rede regional de frio. Serão construídos novos entrepostos de frio e os existentes serão tecnicamente requalificados de forma a ficarmos com um moderno dispositivo de refrigeração e congelação instalado em todas as ilhas.

As conservas de atum são um dos principais produtos da nossa exportação. A nossa indústria conserveira tem tido o mérito de criar um conjunto de novos produtos de elevada qualidade, baseados num trabalho artesanal de qualidade, que não só traz mais riqueza para a nossa Região, como também promove os Açores a nível internacional. Continuaremos por isso empenhados na capacitação da nossa indústria conserveira e de transformação, que contribui de forma relevante para o desenvolvimento económico da nossa Região.

Neste quadriénio desenvolveremos também a aquicultura, de forma a complementar a actividade da pesca com produtos do mar, que sejam típicos das nossas águas, para potenciar uma economia marítima que traga mais crescimento para a nossa Região.

Indústria, Comércio e Serviços

Os sectores do comércio, indústria e serviços assumem um peso significativo na economia dos Açores, quer em termos de contributo para o PIB – Produto Interno Bruto, quer em termos de emprego, deles dependendo, também, o reforço da coesão económica, social e territorial do Arquipélago dos Açores.

A flexibilidade e a capacidade de crescimento nestes sectores exige o desenvolvimento ou o apoio a iniciativas que promovam a inovação, a qualidade e a competitividade, assim como uma intervenção nos factores de modernização, em termos de gestão empresarial, de formação e qualificação profissional e de desenvolvimento de novos processos.

Assim, obter-se-á o resultado imediato da melhoria da performance desses sectores, mas, também, convém não esquecer, o respectivo impacto na melhoria de indicadores como o emprego ou o rendimento das famílias.

O sistema de incentivos ao investimento das empresas é um dos instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica. No domínio da política de incentivos será adoptada uma estratégia de actuação que crie condições para, por um lado, facilitar a adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade, e, por outro lado, acelerar o processo de ajustamento da economia regional em direcção a novos perfis de especialização.

Prosseguir-se-á com a criação de redes de suporte às empresas e de sensibilização para os factores críticos da competitividade em parceria com as associações empresariais, apostando-se, também, numa política de promoção do espírito empresarial e de redução da excessiva carga administrativa e regulamentar que, actualmente, pesa sobre as empresas açorianas.

Serão, ainda, fomentadas acções de comercialização e de marketing que reforcem a presença activa no mercado, cada vez mais global, de produtos e serviços com relevância para a economia regional, afirmando novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação, em estreita colaboração com as entidades de investigação e de desenvolvimento tecnológico da Região.

Com os objectivos de desenvolver nos Açores um sector comercial e de serviços de qualidade, moderno e ajustado ao espaço territorial onde se insere, de robustecer o sector e de preservar a actividade comercial e de proximidade serão fomentadas lógicas de integração das actividades em redes intersectoriais que se destinem a potenciar a criação de elementos distintivos de afirmação competitiva, valorizando a diferença dos produtos vincadamente regionais pela qualidade, certificação, registo de marca e promovendo novos métodos organizacionais e de distribuição, reduzidos os custos de contexto e facilitado o processo de licenciamento e apoiada a realização de campanhas e de acções de publicitação da actividade comercial tradicional.

De igual modo, com o objectivo de fomento das actividades produtivas, em geral, e da transformadora, em particular, serão promovidas campanhas específicas de missões empresariais, e de acções de sensibilização, de informação e formação para os empresários, e reduzidos os custos de contexto, designadamente ao nível do processo de licenciamento das actividades, da articulação de competências regulamentadoras da actividade e do ordenamento territorial.

Por outro lado, será revigorada a estratégia de promoção do investimento externo, considerando a necessidade de melhoria de eficácia desse nível de actuação, favorecendo a concretização de projectos estratégicos, por via de um tratamento diferenciado e de proximidade, e de projectos portadores de emprego, criadores de riqueza e proporcionadores de transferência tecnológica. Serão, também, organizadas acções de divulgação junto dos principais mercados, e desenvolvidas missões empresariais ao território, em parceria com as associações empresariais, empresários locais, entidades regionais e demais actores e agentes envolvidos nas iniciativas empresariais.

Neste, como em todos os outros sectores, visa-se, igualmente, introduzir mecanismos e procedimentos tendentes a concretizar uma política de “accountability”, imprescindível para a maximização dos recursos materiais e humanos afectos a estas áreas.

Turismo

O Governo dos Açores aposta decisivamente no desenvolvimento do sector do turismo na Região, enquadrando-o como um dos pilares da sua estrutura económica, consciente de que neste sector, os Açores possuem uma vantagem competitiva natural, diferenciada e, por conseguinte, sustentável no tempo, dada a especificidade das suas características naturais e culturais. Assim, com vista a atingir os objectivos ambicionados no Programa do X Governo Regional, planeia-se o desenvolvimento das acções que permitem reforçar a sustentabilidade do sector do Turismo, sem degradação do ambiente, qualificando a oferta e ampliando a procura turística externa.

No domínio da qualificação da oferta turística da Região, serão incentivadas e promovidas a qualificação e diversificação da oferta, existente e prevista, através de acções directas levadas a cabo junto dos promotores, fomentando os mecanismos e medidas destinados à consolidação dos projectos existentes, nomeadamente, ao nível do incremento da qualidade dos serviços relacionados com o sector.

No âmbito da expansão da oferta hoteleira e do turismo em espaço rural de forma sustentável procurar-se-á corresponder ao desafio de manter e reforçar o nível de qualidade, valorizando os empreendimentos e tendo em atenção a sua inserção económica nas comunidades em que se situam. Pretende-se garantir a preservação do ambiente natural e humano para que este contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação da disparidade entre os diversos espaços constitutivos da Região, ao mesmo tempo que constitui um importante activo no desenvolvimento do turismo, em geral.

Em termos de promoção e animação será aperfeiçoada a definição dos objectivos operacionais da promoção turística, valorizando uma especialização potenciadora de produtos turísticos concretos que constituem mais valias comparativas da Região. Paralelamente, serão Incentivados os projectos de promoção e animação turística enquadrados no Subsistema de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo, reforçando, à escala de cada um dos interessados, uma cultura e uma prática de co-responsabilização dos objectivos estratégicos definidos para o sector.

Com a Implementação do Plano de Marketing Estratégico serão desenvolvidas acções promocionais nos mercados emissores tradicionais, de forma a aumentar a nossa penetração nestes mercados dando maior relevo aos produtos elencados no Plano de Marketing Estratégico, aproveitando todas as possibilidades de crescimento face à oferta específica da Região, em conjunto com acções de prospecção em novos mercados nos quais o conhecimento dos Açores é, ainda, muito exíguo, de forma a detectar novas oportunidades de negócio procurando diversificar e aumentar a procura turística

No que concerne à qualificação dos recursos humanos e das infra-estruturas de apoio serão desenvolvidas e apoiadas iniciativas formativas de forma a dotar os profissionais do turismo de melhores e maiores conhecimentos para o desenvolvimento da sua actividade, permitindo a prestação de serviços com maior qualidade. Em complemento melhoradas a prestação dos serviços de informação turística recorrendo às novas tecnologias e tornando mais atractivos os respectivos espaços.

Promover e incentivar a edição dos roteiros temáticos enquadrados num âmbito promocional que permite disponibilizar aos visitantes melhor e maior diversidade de informação, realçando aspectos dos usos e costumes açorianos e incentivar e estruturar a criação de rotas temáticas que servirão de estímulo e apoio aos visitantes em cada ilha serão linhas de política a promover neste âmbito.

Ciência e Tecnologia e Comunicações

O Plano Integrado para a Ciência e Tecnologia e Inovação (PICTI), aprovado pela Resolução do Conselho do Governo n.º 41/2008 de 3 de Abril, constitui-se como o referencial da política regional em matéria de Ciência e Tecnologia.

O PICTI é um instrumento de política pública que define as grandes linhas estratégicas de médio prazo nesta área de intervenção, designadamente, a consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Regional; a internacionalização das unidades de I&D; o desenvolvimento de projectos de I&D no âmbito das políticas públicas; o aumento dos recursos humanos a exercer actividades de Ciência e Tecnologia; a dinamização dos centros de ciência; o desenvolvimento de actividades de I&D em contexto empresarial; a promoção das tecnologias de informação e comunicação e o apoio ao carácter tripolar do ensino superior. Estas diversas componentes abrangem um leque variado e amplo de agentes e instituições que se pretende que desenvolvam a sua actividade em inter-acção com a sociedade em geral, e o sector económico, em particular, rentabilizando os recursos aplicados e elevando a produção económico a outros patamares de qualidade e diferenciação.

Tendo em conta a dispersão do arquipélago e a posição geográfica face aos continentes europeu e americano, as Comunicações emergem como um factor primordial no desenvolvimento dos Açores. Procurar-se-á garantir a melhoria dos padrões de qualidade dos serviços, a libertação dos mercados, substituindo alguns défices de desempenho na malha concorrencial, levando a que os operadores invistam mais na Região de forma a facultar a toda a população o acesso fácil a todos os serviços, com qualidade e mais baixos preços.

- *Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social*

Saúde

A saúde é um factor essencial no desenvolvimento do bem-estar da população, e a qualidade neste sector aparece hoje como uma exigência de todos os que nele se encontram envolvidos. Por isso, tem sido privilegiado o investimento na prevenção e no tratamento, assegurando desta forma a universalidade, a equidade e a acessibilidade.

No âmbito do Serviço Regional de Saúde e, sendo claras as dificuldades colocadas por um sector tão complexo em particular numa Região como a dos Açores, é prioridade do Governo prosseguir com os esforços de investimento na melhoria dos cuidados de saúde.

São várias as vertentes da intervenção no sector. Assim, em primeira linha será promovida a universalidade e acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, num quadro de

maximização da eficiência dos serviços, de fomento de parcerias com entidades públicas e privadas, promovendo a integração das novas tecnologias de informação, com a correspondente racionalização da gestão e dos custos, onde a exploração de novas ferramentas, como o bom e eficaz funcionamento da Central de Compras, constituirá um bom exemplo.

Ao nível das infra-estruturas e equipamentos destacam-se a construção do novo hospital da ilha Terceira, dos novos centros de Saúde da Graciosa, Madalena e Ponta Delgada e a ampliação do Centro de Saúde de Vila Franca do Campo, Centro de Saúde da Calheta, Centro de Saúde da Horta, Bloco C do Hospital da Horta, EPE, a Criação do Centro de Reabilitação e Tratamento de Jovens com menos de 18 anos e a Construção e apetrechamento do Heliporto da Calheta – S. Jorge, sem prejuízo do processo de aquisição de viaturas para o Serviço Regional de Saúde.

Finalmente cabe uma referência às políticas de promoção da qualidade dos serviços e de captação e qualificação dos profissionais de saúde; as de Saúde Materna, Planeamento Familiar e de incentivo à Natalidade; a Reorganização e requalificação das extensões dos Centros de Saúde;

Combate às Dependências

As orientações políticas na área da prevenção e combate às dependências vão de encontro à continuidade de investimentos em áreas fundamentais, tais como: assegurar ganhos em saúde potenciando a adesão ao tratamento, criação de um programa de apoio às famílias, desenvolver um plano de intervenção precoce, manter e alargar os Acordos de Cooperação com Instituições no âmbito do tratamento, garantir o bom funcionamento das Comissões de Dissuasão de Toxicodependência. Destaca-se ainda a consolidação do Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psicoactivas/Drogas e o alargamento de parcerias e criação de um plano operacional de respostas integradas.

Solidariedade Social

O modelo de política proposto enquadra um conjunto alargado de acções que resultam da combinação e articulação de objectivos estratégicos, formas de intervenção e de cooperação entre os diferentes organismos públicos, a quem compete contribuir de forma inovadora e sustentada para a definição das políticas, e medidas sociais inclusivas. A estes cabe também o desafio de operacionalizar as políticas de forma interactiva com os diferentes actores e sectores sociais, assim como avaliar o seu impacto;

Estão presentes princípios da territorialização, parceria, participação e co-responsabilização. Procuram atender aos dados fornecidos pela Carta Social e aos indicadores das taxas de cobertura nas diferentes valências, por ilha / concelho. As Respostas Sociais são projectadas para que se assegurem os equilíbrios entre a distribuição da população residente e as suas necessidades sócio-demográficas.

Privilegia-se as parcerias com as redes sociais locais, IPSS, Misericórdias e Casas do Povo, que, pela sua proximidade à comunidade assumem um papel importante na identificação das necessidades e na operacionalização das respostas. As medidas a implementar estarão direccionadas para a participação das famílias e dos próprios beneficiários. Os equipamentos integrados facilitarão a eficácia das respostas à família e garantem um suporte efectivo às dinâmicas do seu ciclo vital.

O investimento público na melhoria das redes dos serviços de apoio domiciliário, Centros de Dia e Centros de Noite, terá um impacto directo nos processos de envolvimento dos familiares e prolongamento da estadia dos idosos no seu domicílio.

As acções estarão estruturadas por públicos alvo, destacando-se o apoio a Idosos, à Infância e Juventude, à Apoio à Família, Comunidade e Serviços e também aos públicos com Necessidades Especiais.

Igualdade de Oportunidades

As políticas da Igualdade de Oportunidades que serão desenvolvidas ao longo deste período terão como desígnio o reforço da coesão social e a promoção de uma sociedade mais justa e solidária.

Estratégias que promovam a igualdade de direitos, de representação, de reconhecimento e de respeito, onde se ofereçam a todas as pessoas, independentemente do sexo, origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual, serão desenvolvidas ou apoiadas.

Para este efeito será incrementada uma abordagem transversal e intersectorial da Igualdade de Oportunidades, numa lógica de inclusão social; desenvolvido um instrumento de política pública, o Plano Regional para a Igualdade de Oportunidades, criado o Conselho Regional da Igualdade de Oportunidades, e a promoção e a disseminação da perspectiva da Igualdade de Género e na implementação de políticas afirmativas e amigas das famílias.

Em paralelo serão prevenidas formas localizadas de pobreza e de exclusão social grave junto de grupos mais vulneráveis, designadamente mulheres, idosos, crianças e minorias étnicas e fomentadas a autonomia e a independência de pessoas portadoras de necessidades especiais, numa estratégia preventiva, promovendo a reabilitação e a habilitação.

Habitação

As orientações políticas para a área da habitação implementadas ao longo dos últimos anos, que têm contribuído para a melhoria de condições de vida dos agregados familiares com necessidades especiais, serão desenvolvidas e reforçadas, dando assim um contributo muito forte para a coesão social. Nesta perspectiva, a estratégia definida para o sector desdobra-se em diversas linhas de intervenção, destacando-se:

- Contribuir, através das políticas habitacionais, para o ordenamento harmonioso e sustentável do território da Região, aplicando as orientações ambientais e de eficiência energética e promovendo o princípio da discriminação positiva dirigido aos territórios e às populações mais desfavorecidos que lhes permita atingir um nível de desenvolvimento integrado compatível com as necessidades da Sociedade actual.
- Reforçar o investimento no âmbito das políticas habitacionais, tendo em consideração os objectivos definidos em termos de dinâmica populacional e de consolidação da melhoria do parque habitacional.

- Promover, como eixo fundamental das políticas de habitação, a melhoria das condições infra-estruturais e sociais indispensáveis ao desenvolvimento do bem-estar social das populações da Região.
- Dirigir a sua actuação política, preferencialmente, para o reforço dos apoios à aquisição de habitação, à recuperação do parque habitacional existente, bem como à dinamização do mercado de arrendamento e para a dotação de infra-estruturas desportivas, culturais e comerciais que sejam promotoras de hábitos saudáveis e que contribuam para a fixação da população.
- Contribuir, através da política de habitação, para reforçar o sector económico imobiliário, designadamente, através da constituição de um Fundo de Apoio Imobiliário, que permita dinamizar o mercado regional de habitação.
- Reorientar o papel da Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas (SPRHI), no sentido de possibilitar que esta empresa passe a estabelecer a constituição de parcerias público privadas nos domínios da Habitação, na gestão do parque habitacional público e na construção e manutenção de infra-estruturas. Nestas parcerias reforça-se a intervenção das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), nomeadamente através das empresas de inserção, no âmbito da construção, recuperação, manutenção e gestão do referido parque habitacional.
- Actualizar e desenvolver os indicadores de recenseamento habitacional e social dos agregados familiares com necessidades especiais e criar o Observatório Regional da Habitação, que disponibilize a informação estatística necessária à definição e ao controlo das políticas habitacionais da Região.
- Articular estratégias e intervenções de diversos agentes, com o objectivo de desenvolver uma intervenção social integrada que reforce a melhoria das condições de vida, os hábitos e as competências das populações mais desfavorecidas.

- *Gerir com Eficiência o Território,
Promovendo a Qualidade
Ambiental*

Ambiente

As principais prioridades de política a seguir no sector distribuindo-se por várias frentes.

No domínio do ordenamento do território e dos Recursos Hídricos prevê-se a conclusão, a harmonização e a implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial, com destaque para a implementação das orientações para o uso e gestão do território definidas no Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores. Por outro lado, promover-se-á a avaliação e a monitorização dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, de modo a verificar a eficácia e a eficiência da sua implementação, criando para o efeito o Observatório do Território e do Urbanismo, bem como o Sistema Regional de Informação Territorial. O planeamento e a gestão das zonas costeiras, com

destaque para a necessidade de definir a Estratégia Regional para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras, das bacias hidrográficas de lagoas, com destaque para a elaboração de planos especiais de ordenamento do território para as bacias hidrográficas das lagoas designadas como “em risco ou em dúvida” face aos objectivos ambientais da Lei da Água.

Serão definidas as condicionantes de risco, com destaque para a necessidade de elaboração da Reserva Ecológica Regional, adaptando à Região a legislação da Reserva Ecológica Nacional e da Estratégia Regional de Adaptação às Alterações Climáticas; promovido um estudo para a aplicação da Convenção Europeia da Paisagem nos Açores e também desenvolvidas acções de acompanhamento, divulgação, sensibilização e apoio à tomada de decisão, promovendo a articulação institucional, o acompanhamento e a divulgação das operações de transformação e uso do território insular.

Numa perspectiva mais ampla da qualidade ambiental, a intervenção pública orienta-se para a garantia de que a capacidade de carga do ambiente natural não é excedida e, em simultâneo, estimular a boa utilização do mundo natural do arquipélago. Assim, as principais linhas de política resultam da imediata análise de problemas ambientais dos Açores: a proliferação de espécies invasoras e a inadequada gestão de resíduos, tanto na componente activa como passiva. Ambos os problemas foram identificados no passado e têm o respectivo Plano resolutivo estipulado (PRECEFIAS e PEGRA). Tal como está definido no PEGRA, ir-se-ão auxiliar as autarquias da Região a implementar as estruturas de gestão de resíduos acompanhando com especial relevo as ilhas da Coesão.

Grande parte do património ambiental dos Açores está classificado sendo, também por isso, reconhecido a nível internacional. Às classificações de Património Mundial, Rede Natura 2000, OSPAR, RAMSAR e Reservas da Biosfera, iremos juntar o GeoParque para além de reforçar os anteriores. Todas estas figuras e outras, são geridas através dos Parques Naturais de Ilha. A médio prazo serão finalizados e publicados os respectivos Planos de Ordenamento e implementados os Planos de Gestão.

Será conferida especial importância no acompanhamento das actividades potencialmente mais poluentes através de processos de licenciamentos ambientais. Em paralelo, continuar-se-á a acompanhar o desenvolvimento da legislação comunitária e nacional, adaptando-a à Região sempre que relevante ou oportuno. Através de iniciativas como a criação do Parque Marinho, aspecto em que os Açores estão na vanguarda internacional, iremos reforçar a boa gestão do ambiente e do meio marinho em particular.

Na perspectiva de dar utilidade prática, incluindo a valorização do açoriano em relação ao seu património e ao benefício económico do seu ambiente, continuar-se-á a investir em estruturas de sensibilização e informação ambiental e fomentar-se-ão as parcerias que, neste momento já movimentam mais de cem eco-escolas.

Energia

No domínio do sector energético, será contemplado um conjunto diversificado de acções destinadas à promoção da eficiência energética e a uma maior produção e utilização de energias renováveis na economia açoriana.

Uma elevada dependência do petróleo e seus derivados, um recurso não renovável e limitado, acarreta, por um lado, fortes impactos ambientais e, por outro lado, grande instabilidade dos preços devido ao risco associado ao actual sistema de abastecimento, muito dependente de regiões politicamente instáveis, à especulação e a um aumento da procura mundial resultante do crescimento económico dos países emergentes.

A sustentabilidade dos sistemas energéticos exige uma aposta significativa e continuada nas energias renováveis e na eficiência energética, facto que é suportado pelas orientações de diversas instituições e organizações internacionais.

Importa assim criar condições para a promoção de um Sistema Sustentável de Energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico, que aproveite o potencial de recursos endógenos existentes e transforme os Açores num laboratório e numa região de referência nos domínios da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

As principais prioridades de política seguir para o quadriénio são:

- Promoção da utilização racional de energia e da eficiência energética;
- Aumento da participação do sector eléctrico na estrutura do consumo de energia primária nos Açores;
- Aumento da penetração da produção energia proveniente de fontes renováveis ou de recursos endógenos no sector eléctrico;
- Aumento da participação da produção de energia a partir de recursos endógenos na estrutura de consumo de energia primária nos Açores;
- Definição e operacionalização, em termos estratégicos, dos níveis de armazenamento de combustíveis nas diferentes ilhas.

Prevenção de Riscos e Protecção Civil

No quadriénio 2009-2012, os principais objectivos estabelecidos prendem-se com a garantia da qualidade e capacidade de intervenção dos serviços de protecção civil, com o reforço da intervenção junto da população e fomento e garantia do seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança. Paralelamente prosseguir com a implementação dos planos estratégicos de intervenção e continuar a fomentar as parcerias no âmbito da investigação e cooperação.

De modo a atingir estes objectivos, as principais medidas de política sectorial conducente são:

Dotar as corporações de bombeiros de recursos humanos e dos equipamentos necessários em ordem a garantir à população um socorro mais rápido e eficaz, apoiando financeiramente a aquisição de viaturas de combate ao fogo, ambulâncias de socorro medicalizáveis, ambulâncias de transporte e ambulâncias de transporte múltiplo.

Prosseguir com a estratégia de investimento no âmbito da modernização, beneficiação, recuperação e construção de novas infra-estruturas, apoiando financeiramente os projectos e as acções correspondentes.

Prosseguir e aprofundar o desenvolvimento da política de formação, e fomentar as parcerias com as demais Regiões Ultraperiféricas.

Acessibilidades

O sector dos transportes constitui o centro nevrálgico da política de desenvolvimento económico, social e territorial dos Açores. Assim sendo, a ele dedica-se uma atenção muito especial, não só pelo seu papel determinante para a Região, mas também pelo facto de requerer uma actuação complementar de diferentes entidades regionais e nacionais.

Transportes Terrestres

A política a desenvolver para este domínio de intervenção passa pela melhoria das acessibilidades, elevando os padrões de qualidade e segurança da mesma, mediante a reabilitação e conservação das vias existentes, dando prioridade à execução de projectos de variantes a alguns aglomerados urbanos; e também o reforço das condições de segurança nas Estradas Regionais, mediante a colocação de sinalização adequada e guardas metálicas.

Por outro lado, dar continuidade ao desenvolvimento de um sistema de transportes terrestres seguro e sustentável do ponto de vista económico-financeiro, ambiental e social, prosseguindo-se assim como medidas para a modernização das frotas, bem como continuar com a melhoria da qualidade do serviço público de transportes terrestres, prosseguindo com o serviço público de transportes colectivo nocturno de fim-de-semana e implementando medidas de reestruturação de carreiras, horários e tarifários, bem como, à reestruturação do sistema de transporte público de aluguer (Táxis).

Redução dos índices de sinistralidade rodoviária, através da promoção e apoio a acções e campanhas de informação e sensibilização de condutores e peões, da implementação de novas técnicas de formação e avaliação de candidatos a condutores, do incentivo a acções de reciclagem e actualização dos condutores e da continuidade da melhoria do sistema regional de inspecções periódicas de veículos.

Transportes Marítimos e Aéreos

Pretende-se a adopção de políticas que promovam uma crescente melhoria da performance deste sector de actividade e que visem dotar a Região de uma estrutura logística, não só para melhor responder às necessidades do nosso mercado, como para assegurar uma participação crescente do transporte marítimo da Região nos fluxos entre o continente europeu e americano.

Pretende-se promover a atracção de capitais privados para a modernização e expansão da actividade do sector portuário e dos transportes marítimos, mantendo a Região a sua função de titular do espaço portuário e regulador dessa actividade, aspectos essenciais para o cumprimento do seu papel de garante do interesse público.

É prioridade da acção do Governo Regional agir para permitir maiores índices de produtividade e menores custos de operação, tornando-as mais competitivas e mais atractivas, de forma a potenciar a criação de mais oportunidades de negócio.

Pretende-se desenvolver e incentivar projectos que visem tornar o sistema de transportes mais eficaz e seguro e, simultaneamente, mais sustentável do ponto de vista económico, financeiro, ambiental e social.

Continuar a desenvolver o modelo de transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, seja pela construção e apetrechamento de novos navios, ou do apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região.

Atendendo a que é imprescindível continuar a melhorar os transportes inter-ilhas, a eficiência dos serviços prestados nos nossos portos e a acessibilidade aos mercados externos, foram definidos os seguintes objectivos de política sectorial: desenvolver e modernizar o sector portuário e dos transportes marítimos; desenvolver o sector marítimo-turístico e náutico; melhorar a eficiência das estruturas reguladoras e administrativas dos portos regionais; promover os portos da Região para a sua integração em, ou construção, de plataformas logísticas; proceder à liberalização, pelo menos parcial, se as condições de mercado o sugerirem, do actual regime das linhas marítimas regulares.

Importa, porém, tornar claro que, para o Governo Regional, o sistema de transportes marítimos de carga e passageiros, qualquer que ele seja, bem como a sua imprescindível interligação com o sistema de transportes aéreos, tem como objectivo claro e inequívoco: servir com eficiência, com eficácia e com fiabilidade, as necessidades de mobilidade dos Açorianos, sejam empresas ou famílias.

Assim, sem dogmas nem preconceitos, o Governo impulsionará todas as abordagens que, com esses objectivos presentes, pretendam, para além da satisfação das necessidades existentes, o aproveitamento do potencial que esse sector tem como elemento incentivador da mobilidade, da criação de um melhor mercado interno e da coesão económica, social e territorial dos Açores.

O desenvolvimento e a modernização de uma região de natureza insular, arquipelágica e ultraperiférica passa necessariamente pela existência de um serviço de transporte aéreo eficiente e competitivo.

Para assegurar a actividade do sistema de transportes aéreos da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional tem prosseguido uma política de financiamento público das infra-estruturas e de práticas tarifárias, que tem obedecido ao interesse das populações, possibilitando um desenvolvimento sustentado e um funcionamento eficaz do seu sistema de transportes e de acessibilidades.

Os modelos de obrigações de serviço público da rede regular doméstica entre os Açores e o Continente e a Madeira com subsídio ao preço de bilhete e, no interior do Arquipélago, com indemnizações compensatórias, serão ajustados em função das necessidades ditadas pela geografia, pelas populações, pela actividade económica e pela política de coesão prosseguida pelo Governo dos Açores.

Pretende-se, igualmente, promover, de forma coordenada e integrada, o reforço da oferta de transportes aéreos e da capacidade hoteleira da Região e desenvolver uma estratégia de continuidade que garanta fluxos de turistas inter-ilhas.

Ir-se-á prosseguir a política de desenvolvimento e consolidação das infra-estruturas e equipamentos aeroportuários que, nos últimos anos, tem envolvido avultados montantes financeiros e cujo plano de investimentos perspectiva idêntico esforço financeiro.

Também irá ser revisto o modo de gestão dos aeródromos regionais, actualmente assegurado com base num contrato de concessão da exploração.

Eficiência e competitividade são palavras de ordem para o sistema de transportes aéreos, rumo à modernidade e desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e à prestação de cada um cada vez melhor serviço aos Açorianos.

Neste sentido, e no âmbito dos transportes aéreos, o Governo dos Açores irá continuar a implementar uma política de desenvolvimento deste sector, fundamental à coesão nacional e insular, definindo como principal objectivo desta política sectorial “Manter um serviço de transporte aéreo eficiente e competitivo, ao serviço dos Açorianos.”

- *Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação*

Modernização Administrativa

No domínio da Administração Pública estão previstas como principais medidas de política para o quadriénio a Gestão integrada dos Recursos Humanos da administração regional dos Açores, a externalização de áreas concorrenciais com o sector privado, a Administração pública moderna e inclusiva e a promoção de projectos locais de interesse comum, no âmbito da cooperação com as autarquias locais.

A concretização destas medidas permitirá, em 2009 e anos seguintes, a criação de centrais de serviços e o estudo sobre a externalização, indo de encontro ao perspectivado no objectivo continuar a racionalização da despesa pública e a potenciação de parcerias estratégicas.

Serão ainda prosseguidas as políticas implementadas já no último quadriénio que têm contribuído para melhorar a qualidade dos serviços prestados e o acesso à informação por parte do cidadão/cliente, para a promoção de uma cultura administrativa assente no princípio da desburocratização, para a implementar uma política de gestão racional do emprego público e de cooperação técnica e financeira com a administração local tendo em vista o desenvolvimento de competências com a qualificação dos recursos humanos e do serviço prestado ao cidadão

Planeamento e Coesão

No domínio do apoio à coesão económica, o Governo criou apoios financeiros específicos para as empresas para fazer face à actual conjuntura. A “Linha de Crédito Açores Investe” destina-se ao reforço do fundo de maneiio ou dos capitais permanentes e novos investimentos, visando promover a disponibilização de recursos financeiros adicionais às empresas, facilitando o acesso ao financiamento bancário e reduzindo os encargos com essa disponibilização. No âmbito desta linha de crédito, a Região Autónoma dos Açores, como entidade financiadora, através da empresa Ilhas de Valor, S.A., efectua as necessárias dotações financeiras no Fundo de Contragarantia Mútuo, possibilitando que uma Sociedade de Garantia Mútua garanta até 75% do financiamento concedido às micro e pequenas empresas e até 50% do financiamento obtido pelas restantes empresas, enquadradas na respectiva Classificação de Actividade Económica (CAE) definida em regulamento próprio. Desse modo, a Região Autónoma dos Açores, através da empresa Ilhas de Valor, S.A., bonifica as taxas de juro aplicadas a esses financiamentos bancários de acordo com o determinado em regulamentação própria.

A “Linha de Apoio à Reestruturação de dívida bancária das empresas dos Açores” visa permitir a realização de operações de reestruturação de dívida bancária às empresas com sede nos Açores, possibilitando alterações de condições contratuais, assegurando, a Região Autónoma dos Açores, através da empresa Ilhas de Valor, S.A., uma bonificação de 50% do spread até ao limite de 1,5% e, desse modo, compensar as empresas pelo impacto negativo na sua estrutura de custos do aumento das taxas de juro ocorridas num determinado período definido em regulamentação própria.

Por outro lado, a execução dos fundos estruturais e comunitários disponíveis será estimulada, garantindo-se a desburocratização dos procedimentos para uma mais célere e eficiente actuação por parte diversos agentes e parceiros na gestão do conjunto de instrumentos financeiros com origem comunitária, em ordem à optimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

Cooperação Externa

A actuação externa do Governo Regional dos Açores para o quadriénio 2009-2012 visa consagrar o reforço progressivo da intensidade e relevância dos projectos e acções desenvolvidos na área da cooperação externa e dos assuntos europeus.

Neste contexto, a programação teve em conta, em primeiro lugar, a maior notoriedade que a estas matérias foi atribuída por força da orgânica do X Governo e pretende, ainda, dar cumprimento às principais linhas de força do Programa do Governo, a saber, o reforço progressivo da participação e visibilidade da Região no âmbito das diversas organizações de cooperação inter-regional, o aprofundamento da cooperação, de âmbito geral ou sectorial, com territórios de interesse prioritário, o reforço do conhecimento, coordenação e participação do Governo em relação a documentos políticos e legislativos da União Europeia e uma maior aproximação entre os Açores e a União Europeia.

Neste sentido, o Programa do Governo é claro ao apontar que, à semelhança do que foi conseguido no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, deve aproveitar-se a dinâmica e o maior destaque que será dado à Região, quer em 2010, no âmbito da Região Europeia do Ano, quer em 2012, durante a Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas.

Em particular, pretende-se garantir a realização, nos Açores e no exterior, de eventos e iniciativas que promovam a Região e o desenvolvimento das suas actividades económicas, bem como o reforço da intensidade de todos os projectos e acções com relevância externa do Governo dos Açores, para melhor aproveitar e potenciar as sinergias decorrentes da maior visibilidade dada à Região.

Comunidades

Em linha e em concordância com as principais referências do programa do governo estão definidas e são bem claras as principais prioridades de política a seguir nos próximos quatro anos, em matéria de política dirigida às comunidades. As principais linhas de rumo são:

- Aproximar as Comunidades dos Açores e os Açores das Comunidades no conhecimento actualizado e no relacionamento político, económico, científico, cultural e afectivo;
- Promover a integração dos emigrados açorianos nos respectivos países de acolhimento, e dos imigrados e emigrados regressados na R.A.A.;
- Despertar nos jovens o interesse pelas suas raízes e motivar a criatividade da sua acção integrada na comunidade de origem, mas também na sociedade de acolhimento.
- Divulgar os Açores e as Comunidades de hoje ao mundo;
- Proporcionar à sociedade açoriana o conhecimento de outras culturas e da sua expansão no mundo e facultar aos cidadãos imigrados o contacto com a sua cultura.

Estas prioridades serão desenvolvidas tendo por base o desenvolvimento de estudos na área das migrações, de parcerias com universidades, casas dos açores, associações e organizações das comunidades emigradas e imigradas, cujos objectivos se enquadrem nas linhas de acção política do Governo, assim como o apoio selectivo a projectos relativos às Comunidades emigradas e imigradas.

4. A PROJECCÃO DO INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO PÚBLICOS

4.1 PROJECCÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

O valor do investimento público a realizar pela Administração Regional no quadriénio 2009-2012 ascenderá a 3 278 milhões de euros, o que representa um investimento médio anual de 819,5 milhões de euros.

Em termos mais restritos e no que respeita a despesas inscritas exclusivamente no orçamento regional, apura-se um esforço financeiro global de mais de 2,1 mil milhões de euros.

Por grandes objectivos de desenvolvimento observa-se que o esforço de investimento com maior peso absoluto no quadriénio se destina à criação de condições ao desenvolvimento dos sectores produtivos

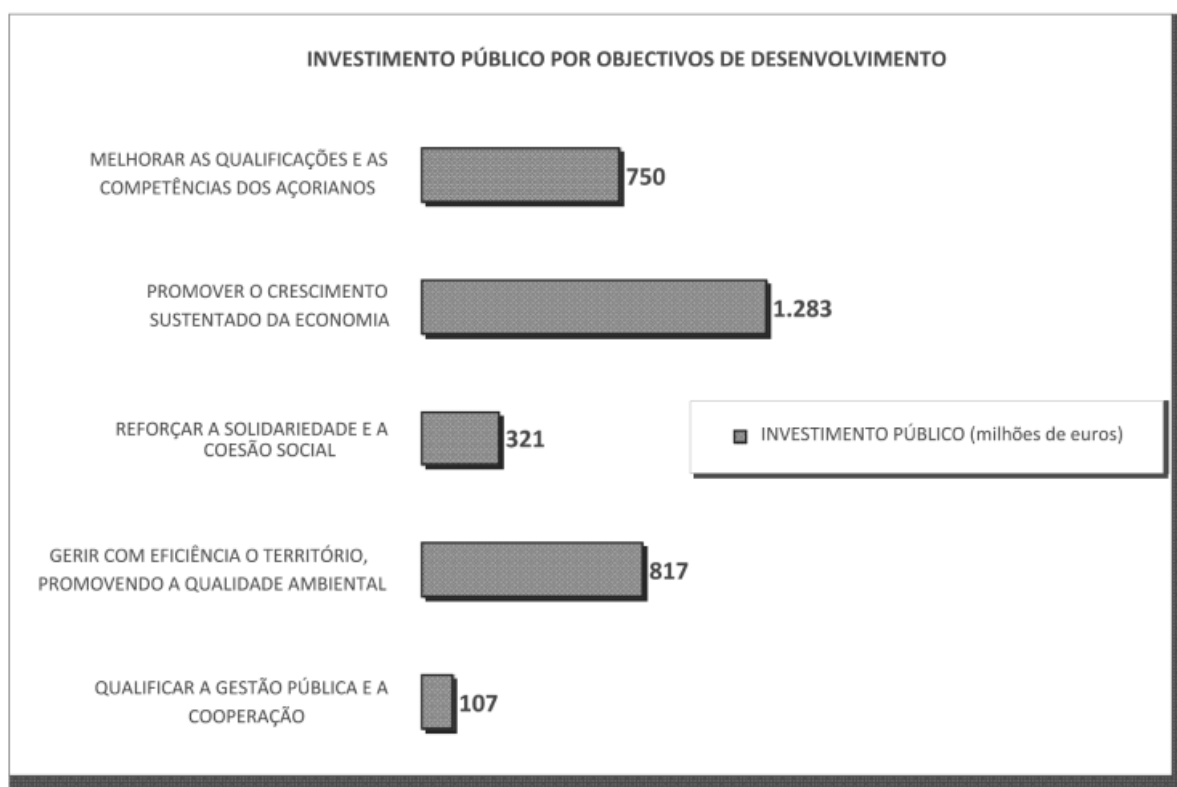
da economia, seja na agricultura, nas pescas, na indústria, no comércio e nos serviços, incluindo a despesa de investimento a realizar no âmbito da ciência, tecnologia. São cerca de 1,3 mil milhões de euros que serão despendidos no quadriénio.

Qualificar os Açorianos transforma-se em comando de política regional, com uma dotação financeira de perto de 750 milhões de euros para o investimento em educação, qualificação profissional e emprego, juventude e actividades ligadas à cultura e desporto.

As infra-estruturas de base e a preservação do ambiente recolhem cerca de $\frac{1}{4}$ de toda a despesa total, com um montante de 817 milhões de euros para as acessibilidades terrestres, marítimas e aéreas, o ordenamento e a qualidade ambiental e ainda a prevenção de riscos e a protecção civil.

Para a Coesão Social e a Solidariedade, com programação material nos domínios da solidariedade e segurança social, igualdade de oportunidades, saúde e habitação, está prevista uma dotação financeira global de 321 milhões de euros.

A eficiência administrativa, a gestão pública dos instrumentos de planeamento regionais e com comparticipação comunitária, instrumentos de engenharia financeira, a estatística e ainda a cooperação externa e as medidas orientadas para as migrações totalizam nas projecções das OMP um montante de perto de 107 milhões de euros.



Os Grandes Objectivos de Desenvolvimento assentam num conjunto de políticas sectoriais a prosseguir no período que por sua vez se concretizam em programação material de obras, de construção/aquisição de equipamentos e outras intervenções com carácter imaterial, que no seu conjunto se organizam no sistema de planeamento regional em Programas, estruturados em projectos e acções.

No quadro seguinte apresentam-se os programas de investimento público que irão vigorar neste período e respectivas dotações financeiras, cujo conteúdo será apresentado de forma detalhada nos planos anuais.

OBJECTIVOS / PROGRAMAS		2009			2010			2011			2012			2009 / 2012		
		Investimento	Plano	Outros Fundos	Investimento	Plano	Outros Fundos	Investimento	Plano	Outros Fundos	Investimento	Plano	Outros Fundos	Investimento	Plano	Outros Fundos
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos		190.040.419	114.129.419	75.911.000	179.905.000	100.600.000	79.305.000	185.908.000	104.400.000	81.508.000	194.010.000	110.300.000	83.710.000	749.863.419	429.429.419	320.434.000
1	Desenvolvimento das Infra-Estruturas Educacionais e do Sistema Educativo	59.604.345	53.693.345	5.911.000	62.600.000	56.400.000	6.200.000	65.200.000	58.800.000	6.400.000	68.600.000	62.000.000	6.600.000	256.004.345	230.893.345	25.111.000
2	Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor	91.555.000	21.655.000	69.900.000	76.400.000	3.400.000	73.000.000	78.500.000	3.500.000	75.000.000	80.600.000	3.600.000	77.000.000	327.055.000	32.155.000	294.900.000
3	Juventude	5.008.033	5.008.033		5.300.000	5.300.000		5.500.000	5.500.000		6.000.000	6.000.000		21.808.033	21.808.033	
4	Património e Actividades Culturais	16.703.041	16.603.041	100.000	17.605.000	17.500.000	105.000	18.108.000	18.000.000	108.000	19.110.000	19.000.000	110.000	71.526.041	71.103.041	423.000
5	Desenvolvimento Desportivo	15.715.000	15.715.000		16.500.000	16.500.000		17.000.000	17.000.000		18.000.000	18.000.000		67.215.000	67.215.000	
6	Informação e Comunicação	1.455.000	1.455.000		1.500.000	1.500.000		1.600.000	1.600.000		1.700.000	1.700.000		6.255.000	6.255.000	
Promover o Crescimento Sustentado da Economia		303.465.202	190.885.230	112.579.972	313.500.000	201.200.000	112.300.000	324.800.000	209.300.000	115.500.000	341.000.000	220.000.000	121.000.000	1.282.765.202	821.385.230	461.379.972
7	Aumento da Competitividade dos Sectores Agrícola e Florestal	122.263.924	58.053.314	64.210.610	117.700.000	61.200.000	56.500.000	122.000.000	63.500.000	58.500.000	129.000.000	67.000.000	62.000.000	490.963.924	249.753.314	241.210.610
8	Valorização do Mundo Rural	33.850.904	8.150.904	25.700.000	35.300.000	8.500.000	26.800.000	35.800.000	8.800.000	27.000.000	36.500.000	9.000.000	27.500.000	141.450.904	34.450.904	107.000.000
9	Modernização das Infra-Estruturas e da Actividade da Pesca	29.882.241	24.100.282	5.781.959	37.000.000	25.500.000	11.500.000	37.500.000	26.000.000	11.500.000	39.000.000	27.000.000	12.000.000	143.382.241	102.600.282	40.781.959
10	Desenvolvimento do Turismo	29.816.916	29.816.916		31.500.000	31.500.000		33.000.000	33.000.000		35.000.000	35.000.000		129.316.916	129.316.916	
11	Fomento da Competitividade	64.275.000	55.775.000	8.500.000	68.000.000	59.000.000	9.000.000	71.500.000	62.000.000	9.500.000	75.000.000	65.000.000	10.000.000	278.775.000	241.775.000	37.000.000
12	Ciência, Tecnologia, Sistemas de Informação e Comunicações	23.376.217	14.988.814	8.387.403	24.000.000	15.500.000	8.500.000	25.000.000	16.000.000	9.000.000	26.500.000	17.000.000	9.500.000	98.876.217	63.488.814	35.387.403
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social		103.398.587	83.998.587	19.400.000	69.500.000	55.000.000	14.500.000	72.700.000	57.500.000	15.200.000	75.800.000	60.000.000	15.800.000	321.398.587	256.498.587	64.900.000
13	Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social	18.439.240	16.439.240	2.000.000	19.500.000	16.000.000	3.500.000	20.100.000	16.500.000	3.600.000	20.700.000	17.000.000	3.700.000	78.739.240	65.939.240	12.800.000
14	Habituação	67.828.190	53.828.190	14.000.000	33.000.000	25.500.000	7.500.000	35.000.000	27.000.000	8.000.000	36.300.000	28.000.000	8.300.000	172.128.190	134.328.190	37.800.000
15	Desenvolvimento de Infra-Estruturas e do Sistema de Saúde	17.131.157	13.731.157	3.400.000	17.000.000	13.500.000	3.500.000	17.600.000	14.000.000	3.600.000	18.800.000	15.000.000	3.800.000	70.531.157	56.231.157	14.300.000
Gerir com Eficiência o Território, Promovendo a Qualidade Ambiental		201.314.955	128.255.113	73.059.842	207.600.000	132.200.000	75.400.000	201.000.000	130.000.000	71.000.000	207.400.000	134.500.000	72.900.000	817.314.955	524.955.113	292.359.842
16	Ordenamento do Território, Qualidade Ambiental e Energia	33.519.116	26.519.116	7.000.000	35.400.000	28.000.000	7.400.000	37.500.000	29.500.000	8.000.000	39.400.000	31.000.000	8.400.000	145.819.116	115.019.116	30.800.000
17	Protecção Civil	7.972.262	7.972.262		8.200.000	8.200.000		8.500.000	8.500.000		9.000.000	9.000.000		33.672.262	33.672.262	
18	Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos	49.955.220	45.012.000	4.943.220	53.000.000	46.000.000	7.000.000	54.500.000	47.000.000	7.500.000	56.000.000	48.500.000	7.500.000	213.455.220	186.512.000	26.943.220
19	Consolidação e Modernização dos Transportes Marítimos	59.762.932	22.972.095	36.790.837	60.000.000	24.000.000	36.000.000	62.500.000	25.000.000	37.500.000	65.000.000	26.000.000	39.000.000	247.262.932	97.972.095	149.290.837
20	Desenvolvimento dos Transportes Aéreos	50.105.425	25.779.640	24.325.785	51.000.000	26.000.000	25.000.000	38.000.000	20.000.000	18.000.000	38.000.000	20.000.000	18.000.000	177.105.425	91.779.640	85.325.785
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação		23.310.555	16.617.000	6.693.555	26.400.000	17.300.000	9.100.000	27.500.000	18.000.000	9.500.000	29.600.000	19.500.000	10.100.000	106.810.555	71.417.000	35.393.555
21	Administração Pública, Planeamento e Finanças	20.972.555	14.279.000	6.693.555	23.900.000	14.800.000	9.100.000	24.900.000	15.400.000	9.500.000	8.200.000	16.500.000	10.100.000	77.972.555	60.979.000	35.393.555
22	Cooperação Externa e Migrações	2.338.000	2.338.000		2.500.000	2.500.000		2.600.000	2.600.000		3.000.000	3.000.000		10.438.000	10.438.000	
TOTAL - Eixos		821.529.718	533.885.349	287.644.369	796.905.000	506.300.000	290.605.000	811.908.000	519.200.000	292.708.000	847.810.000	544.300.000	303.510.000	3.278.152.718	2.103.685.349	1.174.467.369

4.2 QUADRO GLOBAL DE FINANCIAMENTO

O investimento público projectado para o período 2009-2012 será executado num quadro de consolidação orçamental, não se prevendo qualquer recurso a endividamento adicional por parte da Região.

Esta política de equilíbrio orçamental, articula-se no âmbito do quadro de financiamento global previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas, baseando-se no seu integral cumprimento por parte do Governo da República e no pressuposto de uma correcta afectação de todas as receitas fiscais efectivamente geradas na Região.

Com estes pressupostos, apresenta-se no quadro seguinte as grandes linhas de orientação para o financiamento público do investimento a prosseguir para o quadriénio 2009-2012.

Financiamento Global da Administração Pública Regional

	2009		2010		2011		2012		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Origem de Fundos.....	1 417,2	100	1 404,6	100	1 431,7	100	1 480,0	100	5 733,5	100,
(1) Receitas Próprias.....	551,7	38,9	573,6	40,8	585,9	40,9	610,5	41,2	2 321,7	40,
(2) Transferências do OE.....	375,1	26,5	384,4	27,4	394	27,5	403,8	27,3	1 557,3	27,
(3) Fundos Comunitários.....	152,8	10,8	155,9	11,1	159	11,1	162,2	11	629,9	11,
(4) Outros Fundos.....	287,6	20,3	290,6	20,7	292,7	20,4	303,5	20,5	1 174,4	20,
Subtotal.....	1 367,2	96,5	1 404,6	100,0	1 431,7	100,0	1 480,0	100,0	5 683,5	99,
(5) Nec. de Financiamento.....	50	3,5	0	0	0	0	0	0	50	0,
Aplicação de Fundos.....	1 417,2	100	1 404,6	100	1 431,7	100	1 480	100	5 733,5	100,
(6) Despesas de Funcionamento	595,7	42,0	607,7	43,3	619,8	43,3	632,2	42,7	2 455,4	42,
Juros da Dívida.....	11,4	0,8	11,4	0,8	11,4	0,8	11,4	0,8	45,6	0,8
(7) Investimento Público na RAA	821,5	58,0	796,9	56,7	811,9	56,7	847,8	57,3	3 278,1	57,
Plano.....	533,9	37,7	506,3	36,0	519,2	36,3	544,3	36,8	2 103,7	36,2
Rácio (1)/(6).....	92,6%		94,4%		94,5%		96,6%			

5. A AVALIAÇÃO EX-ANTE DAS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO

Neste ponto ir-se-á apresentar um exercício de avaliação global do impacte das propostas contidas nas Orientações de Médio Prazo na economia dos Açores, em termos macroeconómicos, segundo as variáveis produto interno bruto e emprego, utilizando para o efeito um modelo base input-output construído para a economia açoriana.

Complementarmente será observada a articulação e a coerência das orientações de médio prazo e das políticas sectoriais associadas com a programação negociada com a Comissão Europeia, inscrita em programas operacionais com comparticipação pelos fundos comunitários.

Impacte das OMP na Economia Regional

Através do recurso ao modelo base input-output construído para a economia açoriana, pretende-se avaliar o impacto, em termos macroeconómicos, do investimento previsto para a Região Autónoma dos Açores, definido nas Orientações de Médio Prazo para o período de 2009 a 2012, sobre a economia dos Açores.

Esta avaliação é efectuada através do modelo referenciado, na óptica da procura. A lógica do modelo é de que a Oferta é determinada pela Procura, sendo exógenas todas as componentes da Procura Final, com excepção do Consumo Privado dos residentes e uma parcela induzida do investimento privado. O modelo utilizado é anual, estático e de determinação simultânea.

A avaliação dos impactos é feita por comparação dos resultados de duas simulações: uma simulação de referência, que reproduz a evolução prevista para a economia no seu conjunto e uma simulação relativa aos efeitos do investimento previsto num Planos Anual.

Para esta última simulação atribuem-se às variáveis exógenas os valores que decorrem da previsão do investimento descrito nos Planos Regionais Anuais. Da comparação dos resultados das duas simulações (a de referência e a relativa aos Planos Regionais Anuais) pode inferir-se o impacto macroeconómico do mesmo, em termos de percentagem do nível global das variáveis, designadamente, do PIB, do VAB, do Emprego e das Importações totais e por sectores.

Na construção do cenário de referência foi utilizada a evolução recente da economia açoriana para projectar o seu comportamento até 2012.

Em termos de valores de investimento, considerou-se os montantes de despesa pública referentes ao Plano (capítulo 40), sem a consideração dos “outros fundos”.

As despesas previstas no Plano foram classificadas, de acordo com a sua natureza, nas seguintes rubricas:

- Formação Bruta de Capital Fixo – verbas que correspondem a despesas de investimento e que constituem procura dirigida aos ramos da economia regional:
- Outras Despesas (onde se consideram, por exemplo as despesas com a formação profissional, os subsídios às empresas, entre outras).

Em termos de utilização do modelo, e como o mesmo é de natureza anual, foi necessário estabelecer que os investimentos previstos nas OMP para o quadriénio são de natureza homogénea, portanto para cada ano será executado $\frac{1}{4}$ do montante financeiro global previsto para o quadriénio.

Em termos de análise anual, os montantes financeiros previstos atribuem ao Plano uma certa relevância e peso específico no contexto do funcionamento da economia da Região. No seu conjunto,

a despesa a executar no âmbito do Plano representa cerca de 15,4% do PIB estimado para a Região em 2007. O montante da FBCF do Plano representa cerca de 27,7% da FBCF global estimada para a região em 2007; O montante de transferências para as famílias representará cerca de 4,2% do rendimento disponível das famílias.

O efeito combinado do Plano sobre as diversas componentes da despesa e sobre as importações traduz-se num nível adicional de Produto Interno Bruto de cerca de 26,5% do PIB total em 2009 e cerca de 29,7% em 2012.

No que respeita ao emprego, as despesas financiadas pelo Plano permitem a criação/manutenção de postos de trabalho correspondentes a cerca de 21,3% do emprego total em 2009 e 23,8% em 2012.

Em termos sectoriais e face à tipologia de investimento previsto é natural que seja na Construção que se verifique o maior impacto, representando o VAB atribuível ao Plano cerca de 50,6% do VAB total do sector em 2007 e 56,7% em 2012.

Os resultados obtidos demonstram a importância da despesa pública realizada no contexto dos Planos Regionais, não só como elemento de qualificação do capital físico e humano que proporciona e para os quais, em primeira linha, é dirigida a programação, mas também, e de forma não despicienda, os efeitos desta massa de recursos financeiros colocados na economia real, provocando uma procura adicional de bens e serviços junto das pessoas e das empresas regionais, originando riqueza e emprego.

Articulação das OMP com os Programas Operacionais com participação Comunitária

Uma primeira e muito pertinente questão suscitada pela implementação dos instrumentos de política regional europeia situa-se ao nível da coerência entre as agendas e os objectivos desses instrumentos e os objectivos e a programação dos planos elaborados pelas autoridades nacionais e regionais.

De facto, quando os programas operacionais com co-financiamento comunitário têm uma vigência que ultrapassa a duração das legislaturas e dos executivos, é natural questionar-se sobre a coerência entre esses instrumentos de programação.

De outro modo e fixando o caso açoriano, a questão é simples: as OMP 2009-2012 articulam-se de forma coerente com os programas operacionais negociados com a Comissão Europeia para o período 2007-2013?

Nos exercícios seguintes realizados de forma muito simples e com carácter informativo, apresentam-se as relações detectadas entre as OMP 2009-2012 e os diversos programas operacionais em vigor na Região para o período 2007-2013.

A) FUNDOS ESTRUTURAIS

FEDER**PROCONVERGENCIA**

Na avaliação da interacção dos Grandes Objectivos de Desenvolvimento definidos nas Orientações de Médio Prazo com os eixos estratégicos de desenvolvimento do PROCONVERGENCIA, optou-se por não referenciar o eixo V – Compensar os sobrecustos da Ultraperiféricidade, dada a especificidade de investimentos a que se destina, fundamentalmente de ordem corrente.

No que concerne à coerência verifica-se uma relação de interdependência global entre a maioria dos objectivos dos dois instrumentos. Isto é compreensível, tendo em conta que, por um lado, estamos perante um instrumento de planeamento onde é definida toda a política de investimentos da Região Autónoma dos Açores e por outro, um Programa Operacional que corresponde ao instrumento de intervenção comunitária com maior dotação financeira e que abrange o maior leque de sectores.

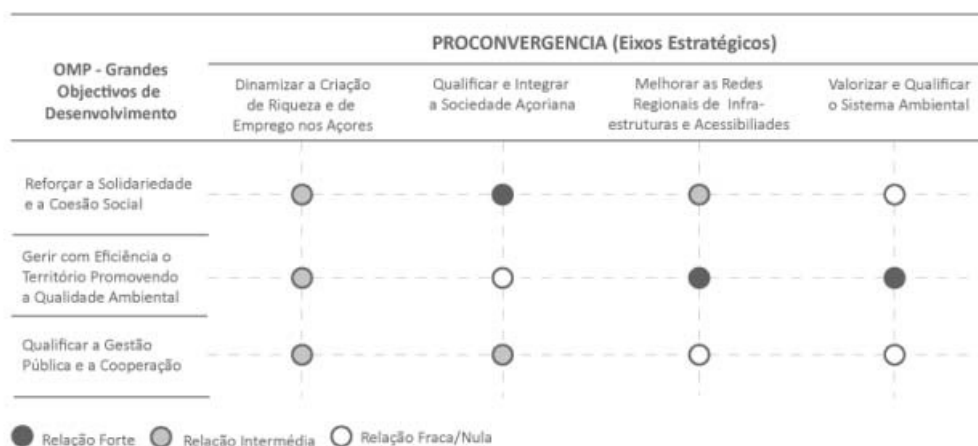
Com efeito, o PROCONVERGENCIA, no eixo prioritário “Dinamizar a Criação de Riqueza e de Emprego nos Açores” prevê o co-financiamento de sistemas de incentivos ao investimento privado, o apoio a infra-estruturas de prestação de serviços às empresas, o apoio à investigação, fomento de I&D em contexto empresarial, a utilização das TICs e a eficiência administrativa.

No eixo prioritário “Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana” estão contemplados financiamentos comunitários à rede de escolas, património cultural, equipamentos de saúde e de protecção social. Nos dois eixos seguintes, no caso das infra-estruturas de acessibilidade são apoiadas as redes regionais de infra-estruturas de transportes; no da valorização e qualificação do sistema ambiental, acções de ordenamento do território, rede de infra-estruturas de saneamento, recursos ambientais e prevenção de riscos naturais.

Ao nível das agendas propostas num e no outro, é natural que as OMP e os Planos Anuais, os quais concretizam em acções concretas a estratégia definida, se cruzem em matéria de programação, em ordem também a se absorver e aplicar em obra concreta o volume de fundo estrutural FEDER colocado à disposição da Região neste programa, que ascende a muito perto dos mil milhões de euros.

**Coerência Externa das OMP:
Relações de Interdependência com o PROCONVERGENCIA**

OMP - Grandes Objectivos de Desenvolvimento	PROCONVERGENCIA (Eixos Estratégicos)			
	Dinamizar a Criação de Riqueza e de Emprego nos Açores	Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas e Acessibilidades	Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	●	●	○	●
Promover o crescimento Sustentado da Economia	●	●	●	●

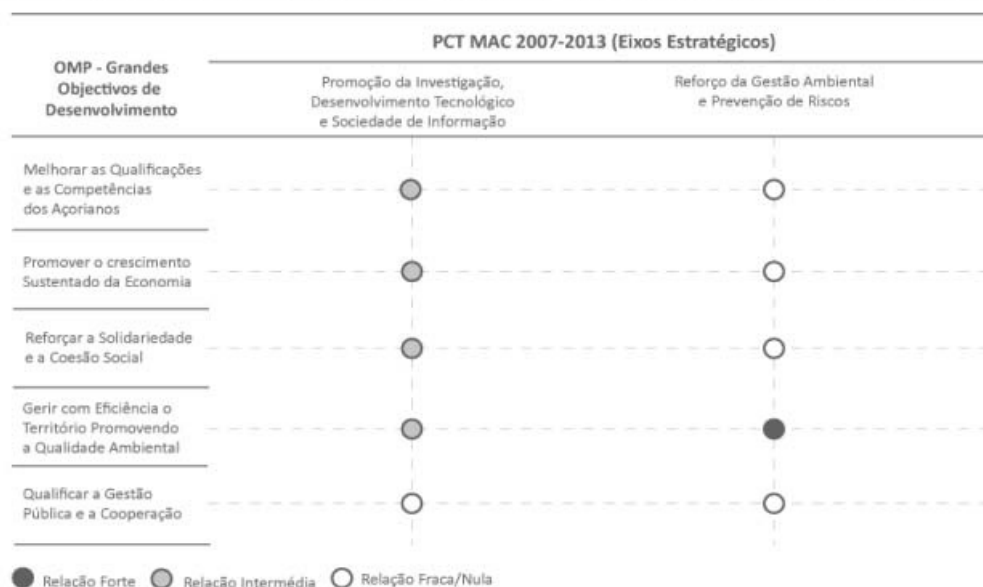


Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias

Para a avaliação da complementaridade do PCT MAC, 2007-2013 com os Grandes Objectivos de Desenvolvimento definidos, optou-se pela não consideração do eixo 3 – Cooperação com Países Terceiros e Articulação com a Grande Vizinhança, tendo em conta a sua especificidade e dotação financeira reduzida.

No eixo 1 - Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Sociedade de Informação, do PCT MAC, observa-se uma relação significativa com as OMP, de forma homogénea e transversal a quase todos os objectivos. Este Programa prima pelo desenvolvimento de projectos de investigação nas mais diversas áreas como a tele-medicina, a educação, a informação empresarial, o turismo, entre outras, sectores estes definidos ao longo dos Grandes Objectivos de Desenvolvimento considerados. No que concerne ao eixo 2 – Reforço da Gestão Ambiental e Prevenção de Riscos, a complementaridade já se torna mais específica, dirigida a sectores como a energia, o ambiente, a planificação do território e a gestão costeira.

Coerência externa das OMP: Relações de Interdependência com o Programa de Cooperação Transnacional, 2007-2013



FSE**PRO- EMPREGO**

De acordo com as estratégias definidas, o Programa Operacional PROEMPREGO tem como fim a qualificação e diversificação das condições de empregabilidade, a valorização do sistema produtor de conhecimento relevante para a inovação e competitividade do modelo de desenvolvimento açoriano e a promoção de condições de coesão social. Neste sentido, considera-se que existe uma forte complementaridade entre os 3 primeiros objectivos definidos nas OMP e os eixos do PROEMPREGO. A formação e qualificação profissional, de públicos e privados, o apoio ao empreendedorismo, a formação de activos na óptica da competitividade regional assente na sociedade de informação e do conhecimento, o desenvolvimento de instrumentos vocacionados para sectores como a educação e a solidariedade social são um conjunto de exemplos de medidas que comprovam a complementaridade efectiva entre os objectivos definidos nos documentos de planeamento regional e nos instrumentos de intervenção comunitária.

**Coerência externa das OMP:
Relações de Interdependência com o PROEMPREGO**

OMP - Grandes Objectivos de Desenvolvimento	PROEMPREGO (Eixos Estratégicos)		
	Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do Emprego qualificado e do empreendedorismo	Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial	Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis a partir da promoção das suas condições de inclusão
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	●	●	●
Promover o crescimento Sustentado da Economia	●	●	●
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	●	○	●
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	●	●	●
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	●	○	○

● Relação Forte ● Relação Intermédia ○ Relação Fraca/Nula

B) OUTRAS INTERVENÇÕES DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

PRORURAL

O Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores – PRORURAL acolhe as intervenções no mundo rural financiadas pelo fundo comunitário FEADER, que veio substituir o anterior fundo estrutural FEOGA.

Da apresentação em matriz das OMP e dos Objectivos do PO observa-se uma forte interacção, com maior ênfase em 3 dos 5 objectivos definidos nas OMP. No Grande Objectivo “Qualificar os Açorianos”, a complementaridade é evidenciada entre os diversos eixos definidos no PRORURAL, em especial para o eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores Agrícola e Florestal, confirmado pela promoção da formação e qualificação dos agentes envolvidos no sector agro-florestal, pelo rejuvenescimento da população agrícola, entre outros objectivos definidos. O maior grau de interdependência é verificado no Objectivo definido nas OMP “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, uma vez que é através deste objectivo que se projecta as linhas orientadoras, em termos de planeamento para a temática da Agricultura e Florestas, para o quadriénio 2009-2012. A outra inter-relação mais relevante diz respeito à temática ambiental, transversal a todos os instrumentos de planeamento, comprovada pela relação entre o objectivo “Gerir o Território e a Qualidade Ambiental” definido nas OMP e o eixo 2 do PRORURAL - “Melhoria do Ambiente e Paisagem Cultural”.

Coerência externa das OMP:
Relações de Interdependência com o PRORURAL

OMP - Grandes Objectivos de Desenvolvimento	PRORURAL		
	Aumento da competitividade dos sectores agrícolas e florestais	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Cultural	Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	●	●	●
Promover o crescimento Sustentado da Economia	●	●	●
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	●	●	●
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	●	●	○
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	○	○	●

● Relação Forte ● Relação Intermédia ○ Relação Fraca/Nula

PROPESCAS

Os investimentos na fileira das pescas são apoiados, financeiramente por fundos comunitários, através do actual FEP, que sucedeu ao anterior fundo IFOP.

Numa avaliação efectuada à coerência entre os Objectivos das OMP e os eixos prioritários do Programa PROPESCAS, constatamos que a relação de maior complementaridade é observada no objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, na medida em que é neste que se enquadra a componente de planeamento referente ao sector das Pescas. Outras relações de complementaridade são verificadas também nos objectivos “Qualificar os Açorianos” e “Gerir o Território e a Qualidade Ambiental”, ou seja mais uma vez e à semelhança dos outros Programas, denota-se a atenção para sectores chave como a formação de activos, o turismo, a protecção do ambiente e a valorização do património histórico e natural da Região.

**Coerência externa das OMP:
Relações de Interdependência com o PROPESCAS**

OMP - Grandes Objectivos de Desenvolvimento	PROPESCAS			
	Adaptação da Frota de Pesca Regional	Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca	Medidas de Interesse Geral	Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca
Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos	○	○	●	●
Promover o crescimento Sustentado da Economia	●	●	●	●
Reforçar a Solidariedade e a Coesão Social	○	○	●	○
Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental	●	●	●	●
Qualificar a Gestão Pública e a Cooperação	○	○	○	○

● Relação Forte ● Relação Intermédia ○ Relação Fraca/Nula

No capítulo seguinte deste documento far-se-á uma apresentação do financiamento comunitário disponível para a Região durante o período 2007-2013, cuja negociação favorável permitiu uma dotação global de meios financeiros de cerca um bilião e meio de euros.

Esta apresentação teve como aspecto principal, mostrar de forma simples a articulação entre o enquadramento destes meios financeiros e as propostas regionais, conferindo segurança na absorção destes recursos e juntamente com a contrapartida regional (pública e privada) alavancar uma despesa de investimento global suficiente para operacionalizar a estratégia regional de desenvolvimento.

6. OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

O Governo dos Açores delineou uma estratégia própria e diferenciada em matéria de afectação dos fundos comunitários, para o período de programação 2007-2013 da política europeia de coesão.

Com efeito, em primeira linha, foi decidido pela concentração dos meios financeiros em instrumentos de programação de âmbito regional, situação diversa da do anterior período, em que alguns apoios aos agentes regionais se encontravam em programas operacionais de âmbito sectorial/nacional. A única excepção prende-se com o Fundo de Coesão em que, por imperativo regulamentar, toda a intervenção

no país fica consagrada num único programa, mas mesmo aí, as intervenções a compartilhar na Região estarão concentradas num eixo específico e exclusivo. Em segunda linha, foi desenvolvida uma negociação que permitiu um acréscimo substancial dos fundos europeus em relação ao anterior Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

A reforma da política europeia de coesão e o novo quadro financeiro saído das perspectivas financeiras 2007-2013, originaram a redução do número de instrumentos financeiros, de cinco para três, deixando os fundos destinados ao desenvolvimento do mundo rural e das pescas de ser considerados como fundos estruturais, para serem considerados em linhas orçamentais específicas. Por outro lado, observa-se um acréscimo de programas operacionais, por via da nova regra sobre financiamento, um fundo por cada programa.

O quadro da intervenção da Região tem a seguinte configuração: um programa participado pelo FEDER, o PROCONVERGENCIA, um outro participado pelo fundo FSE, o PRO-EMPREGO, um eixo participado pelo Fundo de Coesão no programa temático nacional, com a designação de Programa Operacional de Valorização do Território - POVT, e ainda a participação da Região no Programa de Cooperação Transnacional Madeira-Açores-Canárias. As intervenções participadas pelo novo fundo comunitário para o mundo rural, o Fundo Europeu de Apoio para o Desenvolvimento Rural (FEADER), que substitui o anterior FEOGA, estão consubstanciadas num programa que tem a designação de PRORURAL. No caso das pescas, a componente regional recebeu a designação de PROPESCA, e será participada pelo novo Fundo Europeu das Pescas (FEP), que substitui o anterior IFOP.

Em termos financeiros os valores disponíveis de financiamento comunitário para a Região para o período de 2007-2013 atinge os 1,5 milhões de euros para uma despesa pública de investimento de 1,9 mil milhões.

Programas Operacionais 2007-2013

	Unidade: euros		
	Despesa Pública	Fundo Comunitário	Contribuição Regional
PROCONVERGENCIA	1 190 905 450	966 349 049	224 556 401
PRO-EMPREGO	223 529 413	190 000 000	33 529 413
POVT	100 000 000	70 000 000	30 000 000
PRORURAL	322 891 382	274 457 675	48 433 707
PROPESCA	39 437 713	33 522 057	5 915 656
PCT MAC	6 027 963	5 197 049	830 914
TOTAL	1 882 791 921	1 539 525 830	343 266 091

A seguir apresenta-se uma sinopse das intervenções regionais de programação da política europeia de coesão.



Este programa operacional, participado pelo fundo estrutural FEDER, é o que acolhe maior dotação financeira de todo período de programação 2007-2013 e abrange um leque muito diversificado de sectores e de beneficiários finais das participações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

- qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;
- desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade de vida;
- melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes,
- sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos.
- compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artº 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade.

Neste contexto o PROCONVERGENCIA estrutura-se nos seguintes eixos prioritários:

Eixo 1 - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores

As intervenções propostas neste eixo distribuem-se em duas dimensões: por um lado, o apoio financeiro ao investimento privado de modernização e qualificação da produção regional e à criação de economias externas à actividade das empresas e, por outro lado, inserir o tecido produtivo no contexto de uma sociedade da informação e do conhecimento.

Os apoios financeiros directos às empresas que serão promovidos neste eixo cumprem as orientações existentes para as ajudas de estado ao investimento privado. O leque de sectores abrangidos é

relativamente alargado, cabendo no entanto uma referência específica ao Turismo, enquanto sector emergente e em afirmação no quadro da base económica regional, sendo a política económica enquadrada em programas específicos de ordenamento e de fomento desta actividade nos Açores. Por outro lado, os projectos de investimento privado com localização nas ilhas onde a expressão da iniciativa privada é mais débil terão uma bonificação específica. Neste particular, prosseguirão as parcerias desenvolvidas entre a administração regional e as associações empresariais, que remontam ao segundo Quadro Comunitário de Apoio, no domínio da divulgação e prestação de apoio técnico aos empresários, no acesso aos sistemas de incentivos, com particular incidência, nas ilhas de menor dimensão e potencial.

A oferta de serviços de apoio às empresas, geradores de economias externas à sua actividade, podem assumir uma expressão material (parques tecnológicos, de exposições, industriais, de logística, laboratórios públicos etc.), ou uma dimensão imaterial, mas importante para a afirmação da competitividade dos produtos, como sejam os apoios ao marketing, à publicidade, à promoção e à divulgação, à integração em redes, à constituição de parcerias, entre outras iniciativas.

A dinamização da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico nos Açores, aproveitando-se as vantagens competitivas existentes, designadamente a actividade das instituições que desenvolvem a sua actividade na Região e a existência de uma linha de orientação e de um rumo muito claro sobre esta matéria, constante do Pano Integrado de Ciência e Tecnologia, promovido pelo Governo Regional, para além da redução dos custos de contexto, afirmam-se como segundo pilar da intervenção neste eixo.

Privilegia-se o fomento de parcerias entre institutos públicos e privados, com a Universidade dos Açores, as empresas e os particulares, no sentido de aprofundamento de uma nova cultura científica mais orientada para a produção económica, mais baseada numa componente de diferenciação do produto e de aceitação do risco associado na introdução de novos processos. Procurar-se-á, por outro lado, fixar e valorizar os investigadores e outros recursos humanos, numa perspectiva de cumprimento progressivo de algumas metas fixadas para este domínio de intervenção, ao nível da estratégia de Lisboa, bem como dotar as unidades e equipamentos de condições materiais à função a desempenhar.

Dinamizar-se-á a utilização das novas tecnologias de informação, a sua difusão e aplicação na vida quotidiana, para a formação dos fundamentos de uma sociedade da informação, sem descurar as acções conducentes a uma real eficiência administrativa, no quadro das amplas e diversificadas competências atribuídas à administração regional. A aproximação da administração pública aos agentes económicos e aos cidadãos em geral, a prestação de mais e melhor serviço, num quadro de humanização no relacionamento com a população, o incremento da eficiência dos serviços públicos, com o recurso crescente a novas tecnologias de informação, o e-government, uma melhor assistência técnica na preparação e execução dos programas comunitários são linhas de acção a adoptar no âmbito deste eixo prioritário.

Eixo 2 - Qualificar e integrar a sociedade açoriana

A elevação do nível de educação e qualificação da população será obrigatoriamente uma outra prioridade da política de coesão e desenvolvimento regional, enquadrada neste eixo do programa. As

componentes da política de recursos humanos serão articuladas com as medidas dirigidas ao emprego e à formação profissional, designadamente as inscritas no programa participado pelo FSE, no âmbito de um princípio transversal relativo a uma monitorização estratégica das diferentes programações associadas ao novo ciclo de programação.

A qualificação do ensino e o combate ao abandono escolar, a formação contínua dos profissionais da educação e a requalificação dos recursos físicos e dos equipamentos escolares, são domínios de intervenção da programação a contemplar, no quadro de partilha de responsabilidades e de cooperação entre as autoridades públicas regionais, as autarquias locais, as escolas e as famílias. Naturalmente, será exigido uma abordagem integrada com as prioridades estratégicas na afectação do fundo estrutural FSE. No caso deste programa operacional participado pelo FEDER, pela natureza e finalidade do fundo estrutural, o PROCONVERGENCIA participa os projectos de construção/reabilitação do parque escolar e o seu apetrechamento.

No domínio da cultura a estratégia contempla a produção e a recepção das actividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade. Em particular, no âmbito da defesa e valorização do património arquitectónico e espiritual, para além dos aspectos de salvaguarda, preservação e recuperação, estabelecem-se objectivos de revitalização, de dinamização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando, enfim, a qualidade de vida das populações.

Com menor expressão e de forma complementar serão apoiados pontualmente os investimentos públicos em infra-estruturas de animação local, em função das necessidades específicas.

No sector da saúde pública, os apoios financeiros abrangerão primordialmente a construção/remodelação e equipamento de unidades de saúde, a informatização do sistema, o alargamento da telemedicina.

Neste eixo fica ainda salvaguardada a hipótese de intervenção do fundo estrutural FEDER, em reforço do investimento regional e das participações FSE, no domínio da inclusão e protecção sociais. A estratégia assenta na prevenção do aparecimento ou do agravamento de situações de risco. A programação compreende o apoio à infância e juventude, às pessoas com deficiência, às vítimas de violência doméstica, a integração dos imigrantes no mercado de trabalho, em particular, e na sociedade açoriana, em geral, numa perspectiva de inclusão social e de igualdade de oportunidades.

Eixo 3 - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades

A qualificação do espaço físico, entendido como a existência de infra-estruturas, de equipamentos e de sistemas organizados de forma eficiente nas parcelas do território, são elementos indispensáveis na oferta de condições de vida condignas e de economias externas à actividade das empresas, à própria sustentabilidade do crescimento económico e do funcionamento do sistema social e da qualidade de vida das populações, em geral. Neste domínio destaca-se este eixo prioritário do PROCONVERGENCIA orientado para a qualificação das redes de infra-estruturas de mobilidade.

No quadro das infra-estruturas rodoviárias, serão participadas obras de construção e de reabilitação da rede viária, em ordem a uma maior eficiência no movimento de pessoas e bens e ao aumento da segurança da circulação rodoviária.

Na consolidação e modernização dos transportes marítimos, o leque de medidas de investimento público, em articulação com as administrações dos portos regionais, orienta-se naturalmente para a modernização e equipamento das infra-estruturas portuárias, incluindo não só a valência comercial como, em algumas situações, algumas funções de recreio marítimo e/ou de pesca. Será igualmente estimulado o desenvolvimento de acções para dinamizar o tráfego inter-ilhas de pessoas e bens, bem como a elaboração de estudos e de outros instrumentos de planeamento sectorial para uma melhor eficiência da gestão e do ordenamento do sector.

Eixo 4 - Valorizar e qualificar o sistema ambiental

Ainda no domínio da qualificação e valorização do território regional, este eixo prioritário consubstancia a valorização e qualificação do sistema ambiental.

Desde a preparação e implementação de instrumentos e de estudos, até à intervenção directa na implementação de planos de ordenamento das bacias hidrográficas e das orlas costeiras, constituem-se como áreas de intervenção neste domínio.

A protecção e a valorização dos recursos hídricos e da qualidade ambiental, a conservação da natureza, a formação e a promoção ambiental são vectores de actuação, no quadro específico da política ambiental a prosseguir. O alargamento e a melhoria dos sistemas de recolha, tratamento e destino final de águas residuais e de resíduos sólidos, da responsabilidade das autarquias locais, serão priorizados em função dos espaços onde os níveis de atendimento não sejam satisfatórios.

No caso particular dos recursos hídricos de superfície, as acções a desenvolver nas lagoas dos Açores serão apresentadas a comparticipação ao Fundo de Coesão. Estas acções articulam-se com as medidas agro-ambientais comparticipadas pelo FEADER.

A adopção de sistemas de prevenção e gestão de riscos serão apoiados, enquanto elementos de segurança das populações e dos equipamentos.

Eixo 5 - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

Este eixo prioritário e alguns domínios de intervenção são exclusivos dos programas operacionais das Regiões Ultraperiféricas.

A Minimização dos Efeitos da Ultraperiferia, constitui-se como uma prioridade estratégica no quadro da política de Coesão da União Europeia, tendo sido estabelecida uma dotação específica para cada uma das sete regiões ultraperiféricas, nos termos do conceito definido no Tratado, prevendo-se inclusivamente a possibilidade de financiamento de subsídios à exploração, aspecto inovador nas elegibilidades do FEDER.

Nos termos da regulamentação aplicável, a dotação financeira afecta a este eixo do PROCONVERGENCIA é repartida entre compensação dos custos de serviços públicos (mínimo de 50% da dotação específica) e em apoio a investimentos de natureza infra-estrutural directamente relacionados com esta problemática.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que corresponde 966,3 milhões de euros de comparticipação comunitária.

O valor das candidaturas aprovadas nos Açores no PROCONVERGENCIA ultrapassa já o montante de 209 milhões de euros de investimento, para uma comparticipação do fundo estrutural FEDER de cerca de 164 milhões de euros.

Na sequência do último relatório sobre a execução financeira dos programas operacionais que integram o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), reportado a 31 de Dezembro de 2008, o PROCONVERGENCIA lidera os níveis de execução médios evidenciados para todo o QREN.

Neste âmbito, observa-se que no PROCONVERGENCIA a execução financeira atinge já 42,3% do valor global dos projectos aprovados, representando a mais elevada taxa de execução financeira de todos os programas integrados no QREN. O volume de despesa pública validada de 87 milhões de euros corresponde a uma taxa de execução de 7,2%, sendo a taxa de execução média do QREN e do FEDER respectivamente de 1,9 % e de 1,5%.

Foram pagos às diferentes categorias de promotores, um montante de cerca de 68 milhões de euros de comparticipação comunitária, representando mais de 35 % de todos os pagamentos FEDER registados no país, para o conjunto dos programas financiados por aquele fundo estrutural.

Destaca-se em 2008 a apresentação do primeiro Grande Projecto do país à Comissão Europeia. Trata-se de uma candidatura da Região relativa a aquisição de 2 navios ferries para operação inter-ilhas, com um valor global de investimento de 57 milhões de euros. Estes navios, um com 97 metros de comprimento, lotação para 750 passageiros, 74 camas e capacidade para 144 viaturas e o outro, de menor dimensão, com 70 metros, capacidade para 400 passageiros e transporte de 34 viaturas, poderão navegar nos mares açorianos a partir de meados de 2009.



PRO-EMPREGO

Este programa operacional assenta numa grande finalidade estratégica que consiste na colocação da intervenção FSE ao serviço de um novo ciclo de desenvolvimento e de políticas públicas para a RAA no qual a qualificação das pessoas, o papel do conhecimento, a inovação na valorização dos recursos endógenos regionais e a disseminação de uma cultura de empreendimento e de iniciativa assumem um estatuto de prioridade máxima. A percepção dos desafios que tal mudança coloca à coesão social e territorial dos Açores conduz coerentemente à valorização da problemática do desenvolvimento social, incluindo neste domínio uma nova importância ao combate à iliteracia.

Em estreita relação com a finalidade estratégica acima mencionada, o PO organiza-se em torno de 6 domínios de intervenção:

Empregabilidade de jovens;

- Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado;
- Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo;
- Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D;

- Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento;
- Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo.

Estes seis domínios de intervenção são organizados de modo não só a servir os objectivos estruturantes que justificam a sua existência, mas também a dar resposta diferenciada a algumas prioridades transversais de toda a programação FSE.

Assim, os seis domínios devem, na especificidade das suas tipologias de projecto, criar condições para a disseminação de novos comportamentos de empreendimento e de iniciativa, favorecendo a emergência de empreendedorismo de vários tipos: como complemento fundamental das políticas de empregabilidade e formação; empreendedorismo de oportunidade e com base em conhecimento científico e tecnológico e empreendedorismo de necessidade, ajustado às políticas de inclusão e desenvolvimento social. Do mesmo modo, a promoção da igualdade de género associada à garantia de mais elevadas taxas de participação e emprego feminino e a valorização das TIC como instrumento de combate aos efeitos penalizadores do isolamento e da fragmentação territorial são também entendidas como prioridades horizontais, dando origem seja as sub-tipologias em determinadas tipologias de projectos dos seis domínios de intervenção seja a critérios de elegibilidade transversais à generalidade das tipologias. As tipologias e sub-tipologias de projecto previstas no programa evidenciam um forte potencial para a maximização dos pontos fortes e atenuação dos pontos fracos no mercado de trabalho regional, identificados no primeiro ponto do documento.

• **Empregabilidade de jovens**

- Formação profissional de qualificação inicial
- Transição para a vida activa

• **Consolidação das condições de empregabilidade no sector privado**

- Formação de activos
- Apoio à inserção das mulheres em meio laboral

• **Modernização do tecido produtivo e apoio ao empreendedorismo**

- Fomento e disseminação do empreendedorismo
- Formação profissional intra-empresas

• **Empregabilidade e empreendedorismo com base em I&D**

- Investigação em contexto empresarial
- Formação avançada
- Formação avançada de suporte a projectos de empreendedorismo de base tecnológica.

• **Competitividade regional na sociedade da informação e do conhecimento**

- Apoio à formação generalizada e especializada em TIC
- Qualificação para a modernização de serviços de Administração Pública

• **Inclusão social por via da qualificação, do emprego e do empreendedorismo**

- Melhoria dos níveis de literacia e de qualificação básica da população açoriana
- Projectos-piloto de Formação – Acção para a Inclusão Social

- Apoio à consolidação de um mercado social de emprego
- Qualificação para a modernização das organizações do terceiro Sector

Em termos financeiros ao PRO-EMPREGO está afecto um envelope financeiro de fundo estrutural FSE de 190 milhões de euros, a que se adiciona 33,5 milhões de contrapartida pública e mais 40 milhões de financiamento privado, podendo, na totalidade, atingir-se cerca de 264 milhões de euros a despesa afecta à execução deste programa operacional.

No ano de 2008, foram apresentados 251 pedidos de co-financiamento tendo sido aprovado um montante global de 50.286.503,42€.

Foram ainda efectuados pagamentos aos promotores no montante de 5.187.120,28€, correspondentes, essencialmente, a adiantamentos.

No que respeita à execução financeira validada, a mesma ascendeu a 1.127.806,00€.

O valor aprovado corresponde ao financiamento de 1823 acções de formação, repartidas por 901 cursos, abrangendo 155.576 formandos. Está prevista a realização de formação em todas as Ilhas.



**REDES E EQUIPAMENTOS
ESTRUTURANTES NA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES**

A aplicação do Fundo de Coesão na Região Autónoma dos Açores no período de programação 2007-2013 estrutura-se e combina duas grandes linhas de orientação: corresponder às áreas de intervenção definidas para este fundo comunitário e, principalmente, financiar projectos relevantes e complementares da intervenção operacional comparticipada pelo fundo estrutural FEDER, designadamente nos eixos prioritários relativos às redes de infra-estruturas de acessibilidades e à valorização e qualificação do sistema ambiental.

Com estes pressupostos, e tendo em consideração que este instrumento financeiro tem o objectivo último de contribuir para o reforço da coesão económica e social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável, para os Açores são fixados dois grandes objectivos estratégicos para a intervenção deste fundo:

- Melhorar os níveis de eficiência e de segurança do transporte marítimo no arquipélago, e
- Aumentar os níveis de protecção ambiental, no domínio dos recursos hídricos e dos resíduos, e do desenvolvimento sustentável, pelo aproveitamento dos recursos renováveis na produção de energia eléctrica.

A natureza dispersa e afastada das ilhas açorianas, a sua posição central no Atlântico norte, conjugada com as características do mar envolvente, confere especial prioridade e atenção aos portos comerciais existentes, obrigando a uma estratégia de requalificação, modernização das infra-estruturas e uma adaptação dos meios de operação e de movimentação de mercadorias. Perspectiva-se a apresentação de candidaturas com localização física no grupo central de ilhas.

Ao nível do ambiente e das energias renováveis, a prioridade na afectação do Fundo de Coesão irá no sentido do reforço da qualidade de recursos hídricos superficiais, designadamente para a recuperação e correcção de situações de eutrofização das lagoas, e também a gestão de resíduos. O reforço da produção de energia eléctrica a partir de recursos endógenos, será também uma prioridade na afectação dos recursos financeiros, perspectivando-se a construção/ampliação de centrais eólicas e de aproveitamento hidroeléctrico.

Estas linhas de intervenção serão devidamente articuladas com as demais previstas para os próximos anos, sejam as participadas por fundos comunitários, sejam exclusivamente por fundos regionais, inserindo-se em áreas de intervenção vitais para o funcionamento da economia, mas também, para a preservação de valores e activos, designadamente os de natureza ambiental, tão característicos deste território insular.

O envelope financeiro deste eixo específico da Região no programa operacional Valorização do Território ascende a 70 milhões de participação comunitária, a que corresponde, para uma taxa média de financiamento de 70% a uma despesa de investimento de cerca de 100 milhões de euros.

Em 2008 foi apresentada para co-financiamento a candidatura de Requalificação Ambiental das Bacias Hidrográficas das Lagoas das Furnas e Sete Cidades.

PRORURAL

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL), enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política da União Europeia de desenvolvimento rural, sendo participado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

A definição da estratégia de desenvolvimento rural para o período 2007-2013 tem subjacente o conjunto de especificidades de natureza geográfica, económica, social e ambiental que caracterizam a Região e que exigem respostas particulares das políticas de desenvolvimento rural, tendo em conta os efeitos conjugados das seguintes “classificações” da Região: Região ultraperiférica, Região integrada no Objectivo Convergência, Região Desfavorecida e Região Predominantemente Rural.

O PRORURAL compreende as dimensões económica, ambiental e social que se entrecruzam e complementam, sendo definido como grande objectivo estratégico global do desenvolvimento rural da Região: a promoção da competitividade das empresas e dos territórios, de forma ambientalmente sustentável e socialmente estável e atractiva.

Este grande objectivo global estrutura-se e em 5 objectivos estratégicos:

- dois objectivos de natureza transversal:
 - Reforçar a coesão territorial e social;
 - Promover a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.
- três correspondentes a áreas temáticas:
 - Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal

- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais.

A operacionalização do PRORURAL assenta nos seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal

- Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal, promovendo a formação e qualificação das pessoas em actividade no sector, os serviços e as acções destinados à divulgação e actualização contínua de conhecimentos, assim como o rejuvenescimento da população agrícola e alterações estruturais significativas em explorações transferidas.
- Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-florestal, através da promoção da cooperação e da organização para o mercado de todos os agentes que actuam nas diversas fileiras de produção; da criação de novos produtos, processos e tecnologias que valorizem as produções regionais, de investimentos materiais e imateriais destinados à modernização e reestruturação das empresas do sector e ao aumento da qualidade e do valor acrescentado da produção; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais.
- Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal, através do desenvolvimento e requalificação da rede de caminhos agrícolas e rurais e das estruturas de abastecimento de água e de fornecimento de energia eléctrica; de operações relacionadas com o ordenamento agrário e a estruturação fundiária, e de infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento da actividade florestal.

Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural

- Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas, através de apoios à manutenção da actividade agrícola em todo o território da região (zona desfavorecida).
- Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas, através do incentivo à introdução ou manutenção de práticas agrícolas e modos de produção que promovam a protecção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico, nomeadamente nas zonas Natura 2000, a protecção dos recursos hídricos e do solo e a atenuação das alterações climáticas; e do apoio a investimentos não produtivos com objectivos ambientais.
- Promoção da gestão sustentável das terras florestais, através do apoio ao alargamento e melhoria da sustentabilidade dos povoamentos florestais, nomeadamente nas zonas Natura 2000, contribuindo para a protecção da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas florestais, a atenuação das alterações climáticas, o reforço do papel protector das florestas quanto aos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais; e do apoio à prevenção e compensação dos efeitos de catástrofes naturais no potencial silvícola.

Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural

- Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural, através da diversificação de actividades nas explorações agrícolas, da criação e desenvolvimento de microempresas e do desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer.

- Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais, através da criação e desenvolvimento de serviços básicos de apoio à economia e população rurais e da promoção da conservação e valorização do património rural.
- Desenvolvimento de competências ao nível local, através da promoção do potencial humano necessário para a diversificação das economias locais e o fornecimento de serviços de base local e da aquisição de competências com vista à animação e preparação e execução de estratégias locais de desenvolvimento.

Eixo 4 – LEADER

- A integração da Abordagem LEADER na programação, através da prossecução dos objectivos do Eixo 3, incluindo a execução de estratégias locais de desenvolvimento, a execução de projectos de cooperação, o funcionamento dos GAL e a aquisição de competências e a animação dos territórios.

Eixo 5 – Assistência técnica

- Respeita às actividades de preparação, coordenação, informação, gestão controlo acompanhamento e avaliação do PRORURAL.

Em termos financeiros o PRORURAL poderá atingir um valor global de despesa na ordem dos 377,8 milhões de euros, a que corresponde 274,5 milhões de euros de comparticipação FEADER, 48,4 milhões de comparticipação do orçamento regional e uma contrapartida privada de 54,9 milhões de euros.



O Programa para o Desenvolvimento das Pescas assenta na criação das condições para a competitividade e sustentabilidade do sector pesqueiro regional, tendo em conta a aplicação de regimes de exploração biológica e ecologicamente sustentáveis; a melhor organização do ramo da captura, transformação e comercialização; o robustecimento da actividade produtiva empresarial, a diversificação e acréscimo de mais valias e a garantia da qualidade dos produtos da pesca.

O desenvolvimento sustentável do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores depende de uma visão estratégica comum, de uma política integrada, de um melhor conhecimento científico e técnico, da cooperação institucional entre os parceiros do sector, da valorização dos profissionais e da sua participação activa em sistemas de governação responsáveis e eficazes de forma a que o sector das pescas se torna mais competitivo num quadro de globalização a nível mundial.

Importa realçar a necessidade de ser aprofundada a discriminação positiva que, nos termos do artigo 299º do Tratado, se deve dar aos operadores sedeados nesta Região Ultraperiférica.

Assim, as linhas orientadoras para o desenvolvimento do sector das pescas da Região Autónoma dos Açores, pressupõe a inclusão no PROPECAS, dos seguintes eixos prioritários:

Eixo Prioritário 1 – Adaptação da Frota de Pesca Regional

Apoiar a modernização das embarcações de pesca, em particular na motorização, nos equipamentos de bordo e em melhoramentos no casco, convés e cabine; os pescadores e armadores da pequena pesca costeira; a aquisição, por pescadores com idade inferior a 40 anos, da primeira embarcação de pesca usada. Apoiar projectos-piloto no âmbito da diversificação e reorientação da actividade da pesca em pesqueiros regionais; experiências de pesca em pesqueiros externos; apoiar abates selectivos de embarcações de pesca que não tenham as adequadas condições de trabalho de segurança. Apoiar sócio economicamente os profissionais envolvidos em paragens temporárias da sua actividade por razões imprevistas; apoiar a substituição de artes de pesca por outras mais selectivas e amigas do ambiente e aquisição de dispositivos de dissuasão acústica que afastem os cetáceos das artes de pesca.

Eixo Prioritário 2 – Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca

Apoiar investimentos relativos à construção e aquisição de equipamentos para instalações de produção com vista à introdução da actividade aquícola no arquipélago; a modernização das unidades conserveiras; a construção de novas unidades de transformação e de filetagem de pescado congelado; a construção de novas unidades da indústria transformadora tradicional resultantes de deslocalizações por exigências de ordem ambiental ou de planos de ordenamento do território. Promover investimentos que tenham por objectivo a certificação da qualidade dos produtos transformados e a diversificação da produção; a dinamização dos circuitos de comercialização, os investimentos que incrementem as exportações para a União Europeia e para países terceiros e que melhorem a competitividade, a produtividade e a capacidade concorrencial do sector; os investimentos que visem aumentarem o valor acrescentado dos produtos da pesca; os que criem postos de trabalho qualificados e permitam aquisição de conhecimentos e de tecnologias, novas ou inovadoras, através de parcerias entre as empresas e o sistema científico e tecnológico, como universidades e laboratórios.

Eixo Prioritário 3 – Medidas de Interesse Geral

Apoiar medidas de interesse colectivo desenvolvidas com a participação de organizações de produtores, que visem contribuir de forma sustentável para uma melhor gestão ou conservação dos recursos haliêuticos, que controlem as condições de acesso às zonas de pesca, que fomentem a realização de parcerias entre cientistas e profissionais do sector das pescas e que promovam métodos ou artes de pesca selectivos; medidas de interesse colectivo promovidas com a participação de organizações de produtores e que se destinem à realização de investimentos em equipamentos e infra-estruturas de produção, transformação e comercialização, à melhoria das competências profissionais ou das condições de trabalho e de segurança no sector; promover a implementação de planos de melhoria de gestão de capturas e da qualidade dos produtos da pesca; proteger e desenvolver a fauna e a flora aquáticas; a divulgação e promoção dos produtos da pesca e da aquicultura; a realização de estudos que visem o conhecimento do perfil do consumidor e as novas tendências do mercado e sobre o contributo da certificação dos produtos da pesca e sobre o desenvolvimento de novos produtos; a formação profissional, a criação de marcas, a comercialização e marketing; a valorização, promoção e

desenvolvimento de novos mercados para os produtos piscícolas; a transformação de embarcações de pesca, para fins de formação ou de investigação no sector das pescas ou outras actividades não ligadas à pesca, como por exemplo a museologia e turismo; apoiar projectos-piloto; consolidar e expandir as estruturas técnicas e operativas; os sistemas SIFICAP e MONICAP.

Eixo Prioritário 4 – Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca

Possibilitar o pluriemprego aos profissionais do sector, permitindo a prática de uma actividade complementar no mar, como seja a actividade turística; criar novos postos de trabalho na comunidade piscatória, através de investimentos que visem o desenvolvimento económico, social ou mesmo cultural, como por exemplo na área da restauração, formação, serviços e pequenos núcleos museológicos locais; Incentivar a criação ou modernização de pequenas infra-estruturas que beneficiem as comunidades mais dependentes da pesca, nomeadamente as relacionadas com o mar, turismo, protecção do ambiente e valorização do nosso património histórico e natural.

Eixo Prioritário 5 – Assistência Técnica

A inclusão deste eixo prioritário no PROPESCAS é justificado pela necessidade de financiar as medidas de preparação, acompanhamento, de apoio técnico e administrativo, de avaliação e de auditoria necessárias à execução das diferentes fases do programa.

O PROPESCA terá afecto um montante de fundo comunitário de 33,5 milhões de euros, que permitirá alavancar uma despesa de investimento de 44,7 milhões de euros, considerando adicionalmente o esforço financeiro das autoridades públicas regionais e a participação dos privados.



O Programa de Cooperação Transnacional Açores – Madeira - Canárias, para o período de programação 2007-2013, constitui uma aposta na cooperação como elemento de valor para o desenvolvimento integrado das regiões envolvidas e destas com os países terceiros circunvizinhos.

O objectivo global que sustenta a estratégia adoptada no Programa consiste em, por um lado, incrementar os níveis de desenvolvimento e de integração socioeconómica dos três arquipélagos, fomentando uma estratégia que visará o impulso da sociedade do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, e, por outro, melhorar os níveis de integração socioeconómica do espaço de cooperação com os países de proximidade geográfica e cultural.

Os objectivos específicos que contribuirão para alcançar os eixos estratégicos do Programa, em coerência com o objectivo global, são os seguintes:

- Promover a I+D+i para superar o atraso das regiões do espaço em relação ao continente.
- Aumentar o nível de protecção e melhorar a gestão das zonas costeiras e dos recursos marinhos.

- Melhorar a gestão sustentável dos recursos hídricos, da energia (especialmente renováveis) e dos resíduos.
- Prevenir os riscos sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes naturais.
- Favorecer o desenvolvimento dos países terceiros vizinhos.
- Reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos das três regiões e dos países terceiros vizinhos.

Os Eixos Estratégicos definidos para a consecução dos objectivos globais e específicos do programa são os seguintes:

Eixo 1 – Promoção da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Sociedade de Informação;

Eixo 2 – Reforço da Gestão Ambiental e da Prevenção de Riscos;

Eixo 3 – Cooperação com Países Terceiros e articulação da Grande Vizinhança;

Eixo 4 – Assistência Técnica

O Eixo 1 estabelece como prioridades o desenvolvimento de áreas de Investigação, Inovação e de Desenvolvimento Tecnológico com aplicação no tecido produtivo dos territórios do espaço, de redes transnacionais de cooperação e transferência tecnológica e científica, em áreas como os transportes, a biodiversidade, a saúde e a inovação em gestão turística e a promoção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a redução da problemática relacionada com a fragmentação insular e o afastamento do espaço de cooperação, em áreas como a administração electrónica, a gestão urbanística e territorial, a educação, a informação socioeconómica e ambiental, entre outras.

No Eixo 2 são definidas como prioridades a prevenção de riscos naturais (sísmicos, vulcânicos, marítimos, climáticos e outras catástrofes), a gestão sustentável dos recursos hídricos, a energia e os resíduos, a protecção e gestão de zonas costeiras e recursos marinhos e a segurança marítima e costeira.

Por último, no Eixo 3 são definidos como objectivos o impulsionamento do desenvolvimento de um espaço comum de crescimento e integração económica, social e cultural entre as regiões ultraperiféricas da Macaronésia e os países terceiros vizinhos através de acções de cooperação com benefício mútuo, o favorecimento de estabelecimento de laços estáveis de cooperação institucional, o de servir como experiência piloto de cooperação territorial entre a União Europeia e os países terceiros através da implementação de fórmulas operativas de coordenação dos fundos FEDER e FED e o reforço do papel das regiões ultraperiféricas como plataforma para a cooperação territorial entre a União Europeia e os países vizinhos.

O Plano Financeiro Conjunto do Programa apresenta um custo total previsto que ascende a 65.169.525 euros e a comparticipação do FEDER a 55.394.099 euros, que corresponde a uma taxa máxima de ajuda comunitária de 85% para a zona transnacional.

A percentagem de contrapartidas nacionais, que ascende a 15%, resulta do nível de contrapartidas propostas por cada Estado-Membro. Este montante de recursos nacionais atinge os 9.775.426 Euros, procedentes do sector público.

A Região Autónoma dos Açores e da Madeira, neste conjunto, têm disponível, cada uma, a participação FEDER de 5.197.049,50 €. A Comunidade Autónoma de Canárias, por seu turno, dispõe de uma participação FEDER de 45.000.000 €.

A repartição do FEDER por Eixo Prioritário do Programa, para a Região Autónoma dos Açores, estrutura-se da seguinte forma:

Eixos Prioritários		Unidade: euros FEDER
Eixo 1:	Promoção da investigação, desenvolvimento tecnológico, inovação e sociedade da informação.	2 314 671
Eixo 2:	Consolidação da gestão do meio ambiente e da prevenção de riscos.	1 820 555
Eixo 3:	Cooperação com países terceiros e articulação de grande vizinhança	750 000
Eixo 4:	Assistência Técnica	311 823
TOTAL		5 197 049

No decorrer do ano de 2008, procedeu-se ao lançamento da primeira Convocatória – Convocatória n.º 7/2008, de 1 de Setembro – para a apresentação de projectos aos Eixos 1 e 2 do Programa e decorreu de 1 de Setembro a 30 de Outubro. O FEDER total disponível para esta Convocatória para a RAA é de 4.135.226 €.

Nesta convocatória, foram apresentadas 106 candidaturas, com a participação de entidades açorianas. Relativamente à aprovação de projectos, estima-se que tenha lugar durante o 1º semestre de 2009.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa

Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

O Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, estabeleceu o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, alterando de forma substancial o quadro legal que regia os empreendimentos turísticos.

O novo regime jurídico, que assenta nos princípios da simplificação, da responsabilização e da qualificação da oferta, veio introduzir mecanismos de agilização do procedimento de licenciamento, uma maior responsabilização dos promotores e novos requisitos a observar pelos empre-

endimentos turísticos, em ordem à qualificação da oferta, bem como à consagração de uma fiscalização mais eficaz por parte das entidades públicas.

Para o desenvolvimento turístico que se tem verificado na Região Autónoma da Madeira tem contribuído, entre outros factores, a aposta que tradicionalmente tem sido efectuada na qualificação e competitividade da oferta turística, em especial na qualidade e na excelência dos empreendimentos turísticos.

A adaptação à Região Autónoma da Madeira do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, tem como preocupação essencial salvaguardar as especificidades e as necessidades de desenvolvimento turístico desta Região Autónoma, especialmente no que tange aos empreendimentos turísticos.

Pretende-se garantir, por um lado, os níveis de qualidade já alcançados e, por outro, reforçar as condições de qualificação e de competitividade da oferta hoteleira de modo a projectar ainda mais dinâmica e modernização empresarial neste sector de actividade.